



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**188ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Ata da ordem dos dias 13 e 14 de abril de 2011**

**BRASÍLIA – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**188ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Local:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

**Data:** 13 e 14 de abril de 2011

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e onze teve início a Centésima Octogésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE, Carlos Eduardo Ferrari. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS: Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS e Representante Titular da Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE; Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira Brenda Ferreira Silva, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, FONSEAS; Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheiro Antônio Santos Barbosa Castro, SAGI; Conselheiro José Ferreira Crus, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira Célia Mota de Carvalho, FONSEAS; Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, CONGEMAS; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheiro Pedro Vilmar Ost, União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Fundação ORSA; Conselheiro Antônio Celso Pasquini, União Social Camiliana; Conselheiro Renato Saidel Coelho, Associação da Igreja Metodista; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Federação Espírita Brasileira; Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira; Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Associação Brasileira de Autismo; Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araujo, FENEIS; Conselheiro José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheiro Samuel Rodrigues, Movimento Nacional de População de Rua; Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, Federação Nacional das APAES; Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, CNTSS/CUT; Conselheira Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho, OAB; e, Carlos Rogério de Carvalho Nunes, CTB. **Visitantes:** Sheila Alves Barros, CEAS/AL; Maria de Fátima Costa Barros Coutinho, CEAS/AL-FONACEAS; Maria Joaquina de Jesus, CEAS/GO – FONACEAS; Alexandre Soares Fernandes, CEAS/GO; Mirella Martins Oliveira, CAS/DF; Ana Beatriz de Almeida, CAS/DF; Ricardo Cassiano de Souza Rosa, CONJUR/MDS; Aداuri José Ferreira, Comunidade Terapêutica Nova Vida, Votuporanga/SP; e, Célia Regina Silva, CMAS/Carapicuíba/SP. **ABERTURA. ABERTURA.** Dando início à reunião, o senhor Presidente solicitou à Secretária-Executiva a verificação do

quorum: Conselheiros Titulares e na Titularidade: Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues; Conselheiro Antônio Santos Barbosa Castro; Conselheiro José Ferreira Crus; Conselheira Célia Mota de Carvalho; Conselheiro Sérgio Wanderly Silva; Conselheiro Pedro Ost; Conselheiro Antônio Celso Pasquini; Conselheiro Cláudio Eduardo Ferrari; Conselheiro Samuel Rodrigues; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes; Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari. Conselheiros Suplentes: Conselheira Marisa Rodrigues da Silva; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana; Conselheiro Renato Saidel Coelho, Conselheira Leila Pizzatto; Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo; Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos; e, Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa. A seguir, o senhor Presidente informou fazer sete dias do massacre do Rio de Janeiro, pedindo ao Conselho um minuto de silêncio em solidariedade às famílias. A seguir, colocou em votação a Ata da 187ª Reunião Ordinária do CNAS, indagando se havia alguma observação. Em não havendo a Ata foi considerada aprovada pelo Pleno. O Presidente indicou a pauta para a reunião: **12.04.2011. Manhã: 09h30 às 12h:** - Reunião da Comissão de Conselhos. **Tarde: 14h30min às 18h:** - Reunião da Comissão de Financiamento; - Reunião da Comissão de Normas; - Reunião da Comissão de Política; **18h às 20h:** - Reunião da Presidência Ampliada. Dia **13.04.2011. Manhã: 09h às 09h15min:** - Aprovação da Ata da 187ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta; **09h15min às 10h:** - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros; **10h às 12h:** - Relato do GT que discute parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos. **Tarde: 14h às 16h:** - Avaliação do Encontro Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social; **16h às 17h30min:** - Relato do GT que discute o inciso III do artigo 2º da LOAS; **17h30min às 18h:** - Relato da Comissão Técnica do concurso logomarca do CNAS - *Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2*. Dia **14.04. 2011: Manhã: 09h às 11h:** - Relato da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social; **11h às 12h:** - Relato da Presidência Ampliada. **Tarde: 14h às 15h:** - Relato da Comissão de Financiamento; **15h às 16h:** -Relato da Comissão de Política; **16h às 17h;** - Relato da Comissão de Conselhos; **17h às 18h:** - Relato da Comissão de Normas. Dia **15.04.2011: 9h às 17h:** - Encontro da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social com os Conselhos Estaduais de Assistência Social. O Presidente indagou se havia alguma observação com relação à Pauta. Em não havendo, a mesma foi considerada aprovada pelo Pleno. Prosseguindo, passou para **Informes da Presidência e da Secretaria-Executiva**, pela Secretária-Executiva: *“Informes gerais. Ausências Justificadas: Conselheira Marisa Rodrigues, dias 30 e 31 de março de 2011, Encontro dos Trabalhadores do SUAS, em virtude de compromisso Institucional; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, dia 30 de março de 2011, Encontro dos Trabalhadores do SUAS , em virtude de compromisso Institucional; Conselheira Célia Mota, dias 01 de abril de 2011, IV Reunião da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, em virtude de compromisso institucional; Conselheira Rita Coelho, dia 11 de abril de 2011, Reunião da Comissão de Ética, em virtude de compromisso institucional; Conselheiro José Geraldo França Diniz, dia 11 de abril de 2011, Reunião da Comissão de Ética, em virtude de compromisso institucional; Conselheira Ana Carolina Pinheiro Carrenho, dia 12 de abril de 2011, Reunião da Comissão de Normas, em virtude de compromissos institucionais, enviando e-*

mail justificando sua ausência nos dias 13 e 14 de abril; Conselho Antonio Celso Pasquini, dia 14 de abril, 188ª Reunião Ordinária do CNAS, por compromissos profissionais; Conselheira Anna Cláudia Romano Pontes, dias 12, 13 e 14 de abril de 2011, 188ª Reunião Ordinária do CNASP em virtude de viagem a trabalho; Conselheira Fátima Rampin, dias 12, 13 e 14 de abril de 2011, 188ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de férias; Conselheira Iolete Ribeiro da Silva, dias 12, 13 e 14 de abril de 2011, 188ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de compromissos institucionais; Conselheiro José Geraldo França Diniz, dia 13 de abril de 2011, 188ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de compromisso institucional assumido anteriormente; Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, dia 13 de abril de 2011, 188ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de compromisso Institucional assumido anteriormente. **E-mails enviados:** Convocação para o Conselheiro Renato Saidel representar o CNAS na 103ª Reunião Ordinária da dias 05 e 06 de abril de 2011, Brasília/DF; apresentação pelo Sr. Luiz Otávio - Coordenador da CGSVS na 187ª Reunião Ordinária do CNAS; Resolução CNAS Nº 7, de 21 de fevereiro de 2011, que define o período para realização das Conferências de Assistência Social em 2011; convocação para os Conselheiros Renato Francisco dos Santos Paula, Frederico Jorge de Souza Leite, Renato Saidel, José Araújo da Silva, Marisa Rodrigues da Silva, José Crus e Eutália Rodrigues participarem da IV Reunião da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, dia 01 de abril de 2011, Brasília/DF; informações sobre capacitação à distância referente ao Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF); Portarias Nº 93 e 94 sobre designação de Conselheiros; convocação para os Conselheiros Titulares e Suplentes participarem do Encontro Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social, dias 30 e 31 de março de 2011, Brasília/DF; convocação para os Conselheiros Samuel Rodrigues, Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, Leila Pizzato, Renato Saidel Coelho, Simone Aparecida Albuquerque, Sérgio Wanderly Silva, Maria do Socorro Fernandes, integrantes do Grupo de Trabalho — GT, constituído pela Resolução nº 03/2011 (para discussão de forma ampla e intersetorial, do inciso III do artigo 2º da LOAS) para a 1ª reunião no dia 11 de abril de 2011, Brasília/DF; comunicado enviado aos Conselhos Nacionais sobre transmissão on line do Encontro Nacional dos Trabalhadores do SUAS; Informativo ASCOM/MDS: 'Mais de 300 trabalhadores da Assistência Social participam de encontro nacional'; convocação para os Conselheiros Renato Francisco dos Santos Paula, José Geraldo França Diniz, Rita de Cássia Freitas Coelho, Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho, José Araújo da Silva e Wagner Carneiro de Santana participarem da Reunião da Comissão de Ética, dia 11 de abril de 2011, Brasília/DF; Memorando e Manifesto do CNAS sobre o Orçamento da Assistência Social enviado ao Gabinete da Ministra do MDS Tereza Campello; Portaria MDS/SNAS nº 90, de 23 de março de 2011, que a Secretária Nacional de Assistência Social do MDS convalida a descentralização dos recursos orçamentários do Fundo Nacional de Assistência Social ao Instituto Nacional do Seguro Social, para pagamento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social e da Renda Mensal Vitalícia, repassados em janeiro e fevereiro de 2011; degravação da 187ª Reunião Ordinária do CNAS e Ata da Oficina para Proposições para Subsidiar o CNAS na Definição dos Trabalhadores da Assistência Social; Programação do Encontro Nacional dos Trabalhadores do SUAS, ocorrido nos dias 30 e 31 de março de 2011; convocação para os Conselheiros Nacionais, Titulares e

Suplentes, participarem da 188ª Reunião Ordinária do CNAS, nos dias 12, 13 e 14 abril de 2011, em Brasília/DF; convocação enviada aos membros da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social: Conselheiros Renato Francisco dos Santos Paula, Frederico Jorge de Souza Leite, Renato Saidel, José Araújo da Silva, Mansa Rodrigues da Silva, Célia Mota e José Crus para a Reunião com os Conselhos Estaduais de Assistência Social, no dia 15 de abril de 2011, Brasília/DF; manifestação sobre o Dia Mundial da Consciência Autista, comemorado no dia 02 de abril, para conhecimento e ampla divulgação; Resolução CNAS nº 8, de 29 de março de 2011, que prorroga por 90 (noventa) dias o prazo para o Grupo de Trabalho, instituído pela Resolução nº 38, de 11 de novembro de 2010, Publicado na Seção 2, do Diário Oficial da União de 29 de novembro de 2010, apresentar à Plenária do CNAS as proposições e produtos do trabalho realizado; Pauta da 103ª Reunião Ordinária da CIT e resumo da 187ª Reunião Ordinária do CNAS, para o Conselheiro Renato Saidel; Resolução CIT Nº 2, de 03 de março de 2011, que dispõe sobre o processo e metodologia de pactuação da revisão da Norma Operacional do Sistema Único de Assistência Social — NOB SUAS 2005;- Documento “Orientações Gerais para o Processo de Realização das Conferências de Assistência Social nos municípios, estados, Distrito Federal e Nacional”, com as alterações sugeridas pela Comissão em 01 de abril de 2011, para os Conselheiros Membros da Comissão organizadora; reenviado em 08 de abril de 2011; Ata da 187ª Reunião Ordinária do CNAS; Informe sobre a divulgação feita na reunião da CIT sobre a votação do PL SUAS no Senado Federal; Pauta da 188ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, publicada no Diário Oficial da União de 07/04/2011; Informe sobre a aprovação do PL SUAS na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal; Informe sobre a composição da Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Assuntos Sociais do Senado; notícia divulgada pela ASCOM/MDS sobre a aprovação do PL SUAS; Resolução CNAS nº 9, de 11 de abril de 2011 — DOU 12/04/2011 que suspende os efeitos do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS concedido à Fundação Instituto de Ensino para Osasco - FIEO, CNPJ: 73.063.166/0001-20, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos da Ação Popular n. 2007.34.00.030236-4.Portaria MDS n 118, de 8 de abril de 2011 — DOU 12/04/2011 que altera a Portaria Nº 625, de 10 de agosto de 2010, que dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do cofinanciamento federal aos Estados, Distrito Federal e Municípios e sua prestação de contas, por meio de sistema eletrônico no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e dá outras providências. **Participação do CNAS.** O Presidente do CNAS participou da reunião plenária do FONSEAS para apresentar informações referentes à VIII Conferência Nacional de Assistência Social no dia 23 de março de 2011, Brasília/DF; o Presidente do CNAS não pôde comparecer à 9ª Reunião da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Saúde e a Coordenadora de Financiamento do CNAS, Jamile Maria Calado acompanhou a referida reunião; o Vice-Presidente do CNAS, Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, participou da Reunião com representantes de governo nas Comissões Organizadoras das Conferências Nacionais previstas para 2010-2012 e a Secretária Geral da Presidência da República, juntamente com a Secretária-Executiva do CNAS, Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho, dia 24 de março de 2011, Brasília/DF; o Vice-Presidente do CNAS, Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, participou da Reunião da Comissão Organizadora da 1ª

Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social – Consocial, dia 29 de março de 2011; o Conselheiro Renato Saidel representou o CNAS, na 103ª Reunião Ordinária da CIT, nos dias 05 e 06 de abril de 2011, Brasília/DF. IV. **Comunicado.** O Presidente do Conselho Nacional de Saúde encaminhou, no dia 07 de abril de 2011, convite para o Ato Solene, que aconteceu no mesmo dia em celebração ao Dia Mundial da Saúde; o Conselheiro Wagner Carneiro de Santana encaminhou e-mail ao CNAS informando a recomposição da Mesa-Diretora do CONSEAS/SP, conforme disposto a seguir. Presidente: Wagner Carneiro de Santana - Sociedade Civil - representante de Entidades de Assistência Social; II - Vice-Presidente: Salete Dobrey - Poder Público - representante da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social - SEDS; III - Primeiro-Secretário: Darcy Diago Finzetto - Sociedade CMI - representante de Moradores de Rua; IV - Segundo-Secretário: Fátima D'Áuria - Poder Público - representante da Casa CMI do Estado de São Paulo; o Conselheiro Samuel Rodrigues encaminhou convite para inauguração do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis - CNDDH, no dia 07 de abril de 2001, em Belo Horizonte/MG; o Conselho Estadual de Assistência Social - CONSEASJSP encaminhou ofício de agradecimento da participação do Conselheiro Renato Saidel pela sua apresentação e colaboração na Reunião Ampliada do Conselho de 16/02/2011. **Designação de Conselheiro.** PORTARIA nº 93, de 21 de março de 2011, que designa Célia Mota de Carvalho para compor o CNAS, na qualidade de Membro Titular do Governo, representando o Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado de Assistência Social - FONSEAS, em substituição à Conselheira Marta de Oliveira Sales. - Portaria Nº 94, de 21 de março de 2011, que designa Nelma de Azeredo para compor o CNAS, na qualidade de Membro Suplente do Governo, representando o Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado de Assistência Social - FONSEAS, em substituição à Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues. Portaria MDS Nº 122, de 8 de abril de 2011, que designa Eutália Barbosa Rodrigues para compor o CNAS, na qualidade de Membro Titular do Governo, representando o MDS, em substituição à Conselheira Gisele de Cássia Tavares. Portaria MDS Nº 123, de 8 de abril de 2011 — DOU 12/04/2011 que designa Antônio Santos Barbosa Castro para compor o CNAS, na qualidade de Membro Suplente do Governo, representando o MDS, em substituição ao Conselheiro Caio Nakashima. **Audiências realizadas.** Data: 25/03/2011 - Solicitante: Dr. Napoleão Alves Coelho, Advogado da Cruz Vermelha Brasileira - Assunto: Processo 71010.001796/2006-41. Participantes: Dr. Napoleão Alves Coelho, Advogado da Cruz Vermelha Brasileira, Christianne Camargo Menezes, Coordenadora de Normas e Dialuana Larissa Loup, Funcionária da Coordenação de Normas. Procedimentos: O processo nº 71010.001796/2006-41 da entidade já foi julgado (registro e certificado) pela Resolução nº 30, de 15 de março de 2007 (DOU 22.103/2007). Havia sido encaminhada certidão informando que o processo estava sem decisão e seria encaminhado ao Ministério competente, de acordo com a Lei nº 12.101/2009. A Coordenação de Normas verificou o erro e tomará as providências necessárias para corrigi-lo. O advogado informou que encaminhará requerimento ao CNAS, para receber manifestação sobre o ocorrido. **Site.** Inclusões: Logomarca da VIII Conferência Nacional de Assistência Social; Instruções sobre “O que são Conferências” e sugestões de páginas virtuais para pesquisa e consultas; Orientações aos CEAS para a Criação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais da Assistência Social;

*Resolução CNAS nº 38/2010, que foi consolidada com a alteração ocorrida pela Resolução CNAS nº 8/2011 (Prorrogação de prazo do GT); Resolução CNAS nº 8/2011, que prorroga o prazo para o GT para discutir parâmetros, caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos, apresentar à Plenária do CNAS as proposições e produtos do trabalho realizado; Notícia principal, manifesto do CNAS sobre o Orçamento da Assistência Social. **Aniversariantes de Abril.** Rita de Cássia Coelho, dia 03; Iolete Ribeiro, dia 05; Renato Saidel, dia 12; Brenda Silva, dia 15; e, Frederico Leite, dia 29".* O senhor Presidente cumprimentou os aniversariantes e o Conselheiro Wagner por assumir a presidência do Conselho Estadual no seu estado. Registrou a presença da futura representante da FENATIBREF, Conselheira Jane Clemente, e o Dr. Ricardo, da CONJUR. **Informes do MDS.** A Conselheira Simone justificou a ausência da Secretária Nacional, Sra. Denise, por compromissos de agenda. A seguir, apresentou o livro lançado pelo MDS, coordenado pela SAGI e em parceria com a UNESCO, chamado "*Políticas Sociais para o Desenvolvimento – Superar a Pobreza e Promover a Inclusão*", resultado do seminário internacional conduzido pelo MDS. Indicou outro livro lançado pelo MDS, registrando a história da experiência brasileira do Fome Zero, vendo-se a possibilidade de distribuição para todos os Conselheiros. A Conselheira Simone informou que o governo brasileiro, através do MDS, estava fechando um segundo acordo de cooperação com o BID, denominado Programa de Fortalecimento do SUAS, falando sobre seu objetivos e os eixos que contemplava, planejando-se um grande evento nacional de divulgação desses estudos e equipamentos construídos com recurso de cooperação. Informou que tinham um grande caminho até a assinatura oficial, com o Conselho Nacional, não sendo apenas consultado, mas tendo grande interesse em um programa específico para o fortalecimento do SUAS. Relatou que sido prorrogado o prazo para que os Conselhos municipais e estaduais de Assistência Social pudessem avaliar as contas do IGD dos municípios e dos estados referentes ao exercício de 2009. Esclareceu que os recursos do IGD, passaram a integrar o mesmo sistema de avaliação de contas dos recursos dos serviços a partir de 2010, sendo por isso que os Conselho estavam avaliando o exercício de 2009, com o prazo prorrogado até trinta e um de maio. A Conselheira Simone solicitou aos Conselheiros estaduais e municipais presentes, bem como aos representantes do Fórum de Conselhos estaduais, CONGEMAS e FONSEAS que ajudassem a divulgar os novos prazos. Informou que o Ministério havia apresentado na CIT uma proposta de encaminhamento da melhoria dos indicadores de CRAS no Brasil, passando para a Conselheira Maria do Socorro trazer essa informação. A Conselheira Maria do Socorro, em nome da SNAS, apresentou uma solicitação de pauta da próxima reunião, para discutir os resultados e metas dos CRAS nos períodos anuais. Falou sobre a Resolução nº 05, da CIT, pactuada em 2010 e que estabelecia metas de desenvolvimento, esclarecendo sobre a verificação em 2008 de CRAS com indicadores insuficientes, e o desenvolvimento de um plano de providências a longo prazo, falando sobre o assunto. Indicou as metas mais difíceis de serem atingidas, falando sobre a dificuldade em indicar um coordenador, mesmo sem dedicação exclusiva e sobre a inexistência de ferramentas que permitissem o acesso dos CRAS às informações. A Conselheira Maria do Socorro esclareceu que na grande maioria dos casos, os problemas daquele município que não havia atingido as metas daquele CRAS seriam resolvidos com uma boa organização e o acompanhamento do estado e do Conselho

Municipal. Informou que o MDS já estava trabalhando essas questões, com um GT elaborando orientações técnicas disponibilizadas pela internet no informe SUAS, assim como várias outras estratégias, além de preparar os estados para realizar esse acompanhamento, conforme previsto na Resolução 08. A Conselheira Maria do Socorro indicou que o relatório final de execução de seu plano de providências tinha que ser acompanhado pelo Conselho Municipal, encaminhado para o estado e posteriormente para o MDS para validação. Concluindo, a Conselheira Maria do Socorro indicou que com relação a esse informe das metas poderia ser estabelecida uma pauta de discussão na próxima reunião. O Presidente manifestou que verificariam como encaixar essa discussão na pauta, a qual precisaria ser acatada pelo Pleno. Indagou à Conselheira Simone se o livro havia sido produzido em formato acessível e se em um Programa de Fortalecimento do SUAS, quando se falava em viabilização de estrutura física, haviam pensado em financiamento ou apoio para a questão da acessibilidade. O Conselheiro Clodoaldo ponderou que o grande desafio era contar com fontes seguras de financiamentos à políticas sociais, indagando quantos desses CRAS recebiam verbas federais, e quantos funcionam com recursos de municípios, e se existia uma relação na não conformidade apresentada com relação ao financiamento. A Conselheira Leila indagou como o Fórum Nacional de Gestores Estaduais e o CONGEMAS eram mobilizados para levar aos seus estados e municípios as dificuldades apresentadas. Solicitou mais um exemplar do livro sobre políticas sociais para desenvolvimento, informando a realização de Seminários sobre o assunto e que no dia 12 aconteceria outro evento, promovendo a apresentação desse livro. A Conselheira Célia relatou o posicionamento do FONSEAS com relação ao aprimoramento dos CRAS, existindo um planejamento de encontros trimestrais entre Secretários em Brasília, com o MDS repassando todas as informações para todas as Secretarias Estaduais. Informou ter sido publicada em 2010 na CIT uma Resolução sobre o fluxo de procedimentos e para acompanhamento da oferta de serviços, com estado, município e o próprio governo federal tendo competências nessas questões, indicando as atividades de cada um. A Conselheira Célia observou que poderiam fazer uma análise mais aprofundada sobre o cumprimento destas tarefas dos estados e trazer posteriormente, falando sobre a deficiência de recursos humanos para o acompanhamento dessas questões. A Conselheira Marisa informou que o CONGEMAS e o COEGEMAS tinham uma articulação direta, tendo conhecimento de todas as deliberações tanto do CNAS quanto da CIT. Relatou as dificuldades em alguns estados, principalmente quanto à gestão do SUAS, com sua entidade fazendo pressão para que essa política fosse implementada. Destacou que o FONSEAS e o CONGEMAS precisavam se unir e nivelar esse entendimento, com os COEGEMAS fazendo um esforço quase que individual nesse processo. Que era preciso sentar e rever o pacto federativo em suas competências, para dar o aporte do monitoramento, sobretudo nesta política do SUAS. O Conselheiro Sérgio Wanderly falou sobre esses espaços de articulação, explanando sobre o que a CIT significava para o país, assim como o papel da CIB para a construção da política de Assistência Social e que deveriam funcionar em todos os estados, indicando que por melhor que se caminhasse na CIT e nas CIBs, quem deliberava ao final eram os Conselhos. A Conselheira Célia, dirigindo-se à Conselheira Marisa, observou que não havia preocupação da parte do FONSEAS com a ausência desses entes no processo de construção do SUAS, falado sobre a troca de

gestores municipais e a dificuldade que esse procedimento acarretava. Informou que no dia 23 de março haviam realizado uma reunião de Secretários Estaduais e cuja maioria já havia sido substituída, mas perseguindo o fortalecimento dessa relação, como falado anteriormente. A Conselheira Simone falou sobre o modelo de monitoramento e de acompanhamento que estavam fazendo, ponderando que os mesmos Secretários que cobravam um dos outros estavam sentados no CNAS, assim como a direção do CONGEMAS, FONSEAS e MDS, com o debate mostrando o valor que os entes vinham dando para o debate do SUAS. Ponderou que havia que conceituar melhor, mas sendo um indicador de pactuação de responsabilidade dos governos estaduais, municipais e federal baseado em informações prestadas por municípios e estados, falando sobre a situação dos CRAS em decorrência da falta de condições dos municípios. A Conselheira Simone ressaltou que discutiam a melhoria dos indicadores do CRAS o que poderia ser feito e um modelo de acompanhamento de acordo ao capítulo segundo e o art.12 da LOAS, dizendo que era responsabilidade do Governo Estadual apoiar técnica e financeiramente aos municípios, cabendo-se a mesma função em relação aos estados. O Conselheiro Sérgio Wanderly relatou o acontecido com as placas dos CRAS, ao que a Conselheira Simone ponderou que não deveriam ter medo de trazer essas discussões, citando os recursos, a dubiedade das normas ou com várias interpretações no âmbito do sistema. Observou que era preciso incorporar os resultados dos indicadores criados no sistema, com a Conferência sendo útil para os Conselhos de Assistência Social, informando que no dia seguinte discutiriam sobre os CRAS e a melhoria da qualidade do serviço. Indicou que quando fossem discutir os patamares, poderiam trazer o modelo de monitoramento e de acompanhamento e técnico, porque era importante que o Conselho também acompanhasse as discussões colocadas pelos gestores. Com relação aos CRAS que não haviam atingido as metas, 88% tinham financiamento do Governo Federal, podendo trazer mais informações posteriormente. Esclareceu que o livro não estava em formato acessível, havendo uma discussão sobre essa questão. Quanto ao financiamento para construção da rede privada, informou que os CRAS não estavam incluídos, com o estudo que avançariam contemplando os benefícios que poderiam ser encontrados no CRAS e na rede conveniada. Esclareceu que não haviam avançado mais no estudo do CRAS, porque ainda não havia o pacto da tipificação do serviço, mas que agora com certeza tinham condição de construir uma proposta para a expansão da rede privada, o que não significava que não estavam preparando outros tantos que contemplavam a rede socioassistencial privada. Concluindo, a Conselheira Simone falou que esperava que na próxima oportunidade pudesse responder as perguntas sobre acessibilidade com mais afetividade. O Presidente informou que o MEC havia desenvolvido um protocolo de acessibilidade gratuito chamado MEC Basis, com o MDS podendo conversar para viabilizar esse protocolo e realizar suas publicações. Quanto ao financiamento da rede privada, observou que caberia uma conversa e com o MDS já tendo ouvido o BNDES, ponderando que teriam uma rede efetiva quando tomassem como parâmetro a qualidade. Manifestou sua satisfação com o programa de fortalecimento do SUAS, sugerindo que o Conselho sentasse com o BID para o conhecer mais a fundo e se manifestar publicamente por meio de nota apoiando essa iniciativa que, com certeza daria um salto de qualidade para o Sistema. O Conselheiro Antônio Castro passou a informar sobre a capacitação de Conselheiros

Municipais, falando sobre a conversa com o MEC para a apropriação do MEC Basis e a publicação de materiais, relatando o que vinha sendo feito pela SAGI. Indicou o lançamento de um CD com todas as publicações da SAGI, com o livro sendo providenciado e com o lançamento em formato eletrônico de todo o material existente no site do Ministério, assim como a preocupação de converter esse material para o MEC Basis. Com respeito à capacitação dos Conselheiros Municipais tratado na Plenária anterior, indicou a sua paralização em função de alguns questionamentos feitos pela CGU sobre o processo de contratação das empresas. Relatou que havia conversado e chegado a um entendimento no sentido de que a definição do edital e do contrato que se propunha pagar 100% do valor do contrato por 70% de execução continha um erro formal. Que se a SAGI conseguisse comprovar materialmente que o preço praticado estava compatível com os de mercado, o processo de execução podia ter continuidade normalmente. O Conselheiro Antônio Castro informou que haviam recebido da SAGI uma pesquisa de preço de alguns dos lotes de capacitação, estando em processo de elaboração da nota técnica que demonstrava que o preço praticado estava compatível com o preço de mercado, inclusive com tendência para baixo. Concluindo, observou que esperavam no prazo de um mês retomar o processo de capacitação, dando continuidade a esse projeto de tamanha importância para a efetividade e sucesso da PNAS no Brasil e para a democracia participativa. O Presidente registrou que o CNAS havia sido formalmente comunicado através de um memorando, manifestando sua satisfação pela condução dessa questão. **Relato da CIT.** O Conselheiro Renato Saidel relatou a reunião realizada nos dias 5 e 6 de abril, onde havia sido proposto que o informe da Conselheira Maria do Socorro fosse apresentado no CNAS, considerando que o mesmo teria que atuar nesse sentido. Indicou a apresentação do aplicativo que disponibilizava para estados e municípios as informações referentes à apuração das metas de desenvolvimento do CRAS pelo Sr. Caio Nakashima, conforme disponibilizado no site do MDS. Que estava sendo estudada pelo MDS a organização de um prontuário para o usuário como uma referência para uma padronização nacional para as equipes. Relatou a aprovação da Resolução da CIT que instituiu parâmetros nacionais para o registro das informações relativas aos serviços ofertados pelos CRAS e CREAS, e definia condições para informações que deveriam ser coletadas, organizadas e armazenadas para as referidas unidades, além de trazer outras normatizações sobre a expansão dos serviços socioassistenciais. Relatou o problema de acesso ao sistema com senhas, tendo sido encaminhado ao MDS 79 Conselhos. O Conselheiro Renato Saidel informou sobre o encontro nacional do CONGEMAS de 18 a 20 de abril, com o tema “*Os colóquios dos serviços regionalizados e informes do FONSEAS*”, falando sobre o que seria tratado. Indicou o informe do MDS sobre a capacitação do sistema de acompanhamento e gestão do sistema do PROJOVEM, o SISJOVEM e a senha no SUASWEB, informando quem deveria assinar os ofícios para sua liberação. Falou sobre a carta/manifesto sobre as comunidades terapêuticas enviada pela Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, com a CIT encaminhando para o CNAS articular com o Conselho Nacional de Saúde para tratar desse tipo de instituição. Encerrando seu relato, o Conselheiro Renato Saidel informou que a discussão no dia 6 de abril sobre a NOB/SUAS estava no item 7, sobre o aprimoramento da gestão do SUAS. **Informe dos Conselheiros.** O Presidente, na participação do CNAS, informou a presença do Vice-Presidente do CNAS na reunião com representantes

do governo nas Comissões Organizadoras das Conferências Nacionais, e também na Comissão Organizadora da I Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social, o qual traria informações mais detalhadas sobre esses encontros, podendo abrir um espaço na pauta para esse relato. Em relação à CONSOCIAL, havia sido produzido e aprovado nessa última reunião o Regimento Interno da Conferência, tendo participado apenas do primeiro encontro. O Presidente indicou que esse documento poderia ser disponibilizado por e-mail aos Conselheiros, assim como os convidar para uma apresentação, relatando as ações da CONSOCIAL para 2011. O Conselheiro José Araújo comunicou que no último mês de março havia sido eleito Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Paraná. O Presidente indicou a participação das Sras. Brenda e Raílde na CONSOCIAL como representantes do MDS, podendo trazer alguns informes. O Conselheiro Sérgio Wanderly informou a realização do Encontro Nacional do CONGEMAS no Pará em 18, 19 e 20, convidando os presentes para o evento, relatando as mesas que seriam colocadas e as autoridades que participariam, assim como os assuntos que seriam tratados, inclusive sobre a implantação do SUAS. Indicou a fala da Conselheira Simone sobre os problemas existentes nos municípios e suas causas, com o recurso não chegando para a capacitação. Indicou os problemas existentes no site e as inovações que gostariam de implementar, relatando que os temas a serem tratados haviam sido votados, destacando a importante parceria do MDS para esse evento. O Conselheiro Sérgio Wanderly falou sobre levar os Conselheiros para esses encontros, tentando ser um espaço de qualificação e capacitação para se avançar, havendo aproximadamente 1.500 inscritos. Concluindo, ponderou que havia dificuldades, mas que as estavam superando com a parceria do Governo do Estado e principalmente do MDS. O Conselheiro Samuel registrou que o Movimento Nacional da População de Rua, dos catadores e uma rede de parceiros, dentre eles o MP/MG, havia inaugurado no dia 07 o Centro Nacional de Defesa dos Direitos da População de Rua e dos Catadores. Falou sobre o cronograma de atividades do mesmo e a viabilidade de sua descentralização nos estados do Paraná, de São Paulo, e Bahia dentro de um ano. Registrou sua indignação, relatando que o Movimento em Curitiba havia disputado uma cadeira no CMAS e não havia conseguido, passando para outra pessoa, a quem procurariam conhecer e saber se tinha base representativa. O Conselheiro José Araújo indagou se havia alguma resposta sobre o memorando/manifesto que haviam encaminhado para a Ministra do MDS, Sra. Thereza Campelo, com o Presidente esclarecendo que esse informe seria feito no dia seguinte no Informe da Presidência Ampliada, dia em que seria recebido pela Ministra como representante do CNAS para tratar desse manifesto. A Conselheira Maria Godói informou ter conseguido o material sobre o tema da Proteção Social e que seria debatido em julho na Conferência Mundial na OIT em Genebra. Esclareceu que esse tema havia sido pautado para a reunião da sua entidade no mês de maio, encaminhando para o Presidente o material conseguido e que também seria disponibilizado para os Conselheiros. Concluindo, informou que na reunião de maio haviam falado sobre o convite a um representante da OIT no Brasil, para falar sobre o assunto, devendo ser objeto de debate no Conselho a possibilidade de participação nessa Conferência. O Presidente lembrou que esse debate seria feito inicialmente na Comissão de Financiamento, indicando que a discussão sobre o Piso Mundial de Proteção Social na Conferência

Mundial de Seguridade Social havia sido excelente. Cumprimentando os presentes, o Conselheiro Frederico justificou seu atraso e informou a participação no encontro de Psicólogos Latinoamericanos que aconteceria do dia 18 ao dia 23, em Havana, preparatório para outro maior em Montevidéu. Que a Federação também estava em processo de discussão das Políticas Públicas no Brasil, relatando a troca de experiência e conhecimentos com os integrantes das demais categorias. A Conselheira Simone sugeriu para a Conselheira Maria Aparecida que o SUAS fosse pautado, considerando o enorme esforço para sua internacionalização, questão que traria para a Conferência. A Conselheira Maria Aparecida ponderou que não tinham governabilidade de pautar o SUAS, destacando a importância de participação de uma delegação brasileira para relatar a situação nacional. O Conselheiro Frederico indicou a entrevista do Ministro da Saúde na revista da ADES, da Fiocruz, sobre *“a universalização se alcança com saúde, previdência e assistência integradas”*, podendo ser acessada via internet pelos Conselheiros. O Presidente informou ter participado da reunião do CONAD na semana passada, sendo apresentado na oportunidade o relatório de monitoramento da convenção internacional da ONU sobre pessoas com deficiência, trazendo como um dos principais pilares estruturantes o Sistema Único de Saúde e de Assistência Social, sugerindo convidar a equipe que estava fazendo o monitoramento. Relatou estar coordenando o Comitê Técnico Científico no VI Encontro Latinoamericano de Cegos, nos dias 6 a 9 de maio, estando no México para fechar a organização do evento que ocorreria em 2012 com a temática da participação cidadã, repassando por e-mail as informações sobre o evento. Concluindo, convidou a todos para participarem da Feira Internacional de Reabilitação, Tecnologia e Acessibilidade em São Paulo, no Pavilhão Imigrantes, com um stand coordenado pela FENAVAPE. A seguir, passou para o Item **Relato do GT que discute parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos**, pelo Coordenador, Conselheiro Wagner Carneiro que informou a exposição em tela do relato da reunião do GT instituído pela Resolução CNAS 38/2010, e entregue em via impressa, agradecendo, também, os cumprimentos por ter assumido a presidência do Conselho Estadual de Assistência Social: *“A reunião realizou-se dia 23 de março, das 10 às 18 horas. Conselheiros do GT presentes: Wagner Carneiro de Santana (Fundação Orsa); Renato Francisco dos Santos Paula (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS); Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho (Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil); Clodoaldo de Lima Leite (Federação Espírita Brasileira); Leila Pizzato (Associação Antônio Vieira); Marisa Rodrigues da Silva (Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social); Ausência Justificada dos Conselheiros: Simone Aparecida Albuquerque (Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS); Eutália Barbosa Rodrigues (Fórum Nacional de Secretários de Estados de Assistência Social); Participação do Presidente do Conselho Carlos Eduardo Ferrari (Federação Nacional das Associações para Valorização das Pessoas com Deficiência). Tema: ‘O papel das entidades que desenvolvem ações de assessoramento e de defesa e garantia de direitos e o papel das entidades no SUAS’. 10h às 12h: A Sra. Carolina Gabas Stuchi, Diretora do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS da SNAS/MDS, acompanhada da Sra. Ana Paula Gonçalves e Sra. Clara Carolina de Sá, trouxe apontamentos, proposições e questões sobre a regulamentação dos serviços e atividades no campo da defesa e garantia de direitos e do assessoramento. O Sr. Luis Otávio Pires Faria, Coordenador-*

*Geral de Serviços de Vigilância Social do DGSUAS/SNAS/MDS, apresentou o Censo SUAS da Rede Privada. A pesquisa abrangeu apenas as entidades privadas que possuem convênio com o município, pois ainda não existe o Cadastro Nacional de Entidades. 14h às 18h: Apresentação da Gritas Brasileira. O Sr. Ademar Bertucci, representante da entidade, acompanhado do Sr. Adelmo Severino, falou que a Cáritas desenvolve ações, com a participação das bases, para a mobilização e transformação social voltadas a um projeto de desenvolvimento. Pontuou os parâmetros que orientam a atuação da entidade: direitos coletivos, direitos em contextos emergenciais, direito ao desenvolvimento socioeconômico, direito ambiental, direito e articulações estratégicas, direito de participação política e direito à diversidade cultural. Também falou sobre a importância de valorizar e preservar os fundos solidários. Apresentação da Federação Nacional das APAES. A representante da entidade, Sra. Sandra Marinho Costa, falou que a Federação trabalha para o fortalecimento das associações sociais de auxílio às pessoas com deficiência. Explicou que a entidade nasceu como articuladora de políticas e ações, para garantir o acesso a direitos e a busca por novos direitos. Destacou quatro programas estruturantes no trabalho da Federação: 1. Autodefensoria e autogestão: qualifica as pessoas com deficiência intelectual e múltipla e fornece o apoio necessário para que elas manifestem suas vontades e representem o movimento. 2. UNIAPAE: ensino à distância para capacitar e mobilizar profissionais, gestores, pais e pessoas com deficiência. 3. Programa de Monitoramento e Avaliação das Ações das APAES: mediante visitas in loco. 4. APAE em Rede: facilita o acesso à informação. A representante da Federação entende que a natureza da APAE é de entidade de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e solicitou ao CNAS que discuta esse conceito. Apresentação do Instituto Pro Bono. O Sr. Marcos Fuchs, representante da entidade, falou que o Instituto fomenta e promove a advocacia e o voluntariado no direito, para o atendimento de instituições sem fins lucrativos, com enfoque na promoção dos direitos humanos. Acrescentou que cuidam de questões trabalhistas, previdenciárias, tributárias, estatutárias entre outras. Destacou que o Instituto Pro Bono faz um serviço social e traz um pouco de estrutura para o terceiro setor. Apresentação da Federação de Entidades Assistenciais de Santo André - FEASA, entidade filiada à Rede Brasileira do Terceiro Setor - REBRATES. A representante da entidade, Sra. Maria Inês Vilalva, falou que a Federação congrega entidades e oferece assessoria a todas as entidades socioassistências inscritas no Conselho, de forma continuada, em todos os campos: contábil, financeiro, redação de documentos técnicos, busca de certificações e atos declaratórios, entre outros. Além disso, mencionou outras atividades que desempenham: desenvolvimento de recursos humanos; orientação para a constituição, criação jurídica e profissionalização de entidades, denunciando aquelas que não têm lisura na prestação de contas; papel articulador e reivindicatório, para discutir convênios com a prefeitura, por exemplo; e auxílio a pessoas com interesse em adoção, um serviço de prestação direta. Ao final, solicitou a tipificação dos serviços dos grupos de apoio à adoção e das associações que trabalham com egressos do sistema prisional. Pediu, ainda, que o tratamento de dependentes químicos esteja vinculado não apenas à saúde, mas também à Assistência Social, pois é um problema habitual entre a população de rua. Apresentação do Conselho Municipal de Belo Horizonte. A representante do Conselho, Sra. Ana Paula Simões Hilário, falou da discussão que tiveram sobre a caracterização das entidades no campo do assessoramento e da*

defesa e garantia de direitos, que resultou em uma resolução para orientar a rede social quanto à inscrição municipal. Falou da dificuldade em diferenciar as entidades que atuam na defesa e garantia de direitos daquelas que prestam assessoramento, porque, na prática, muitas desempenham as mesmas atividades e também realizam atendimento. Além disso, mencionou a dificuldade de identificar a atuação preponderante. Questionou sobre a existência de características exclusivas do assessoramento e da defesa e garantia de direitos. Ressaltou a importância da discussão sobre a representação dessas organizações nos Conselhos nas vagas destinadas às entidades e não como representantes de usuários. Solicitou, ao final, mais clareza na definição dos serviços, a especificação detalhada de requisitos mínimos e um esforço em pensar sobre as entidades que estão funcionando de maneira irregular, sem inscrição ou com a inscrição vencida. **Propostas de encaminhamentos:** 1. Solicitar à Cáritas que, com base na sua experiência, descreva as atividades que seriam características de fundo financiador, ou seja, aquelas ações desempenhadas por entidades que tem a capacidade de captar recursos e repassar para pequenas entidades e pequenos projetos. Espera-se, com isso, obter contribuições para a caracterização dessas atividades como assessoramento, de uma forma que não configure a arrecadação de recursos com reversão da isenção para outras atividades que não são de fato assistenciais. 2. Solicitar ao Instituto Pro Bono e à REBRATES que tragam apontamentos sobre o que consideram estar sendo executado pelas entidades a eles vinculadas, na área da defesa e garantia de direitos e na área do assessoramento. É relevante identificar: o público atendido, suas vulnerabilidades e as defesas que devem ser feitas para a construção de novos valores. 3. Aguardar o material que está sendo elaborado pela OAB, com questionamentos, observações e estudos para a identificação de situações que caracterizam a defesa e garantia de direitos e o assessoramento. Wagner Carneiro de Santana, Coordenador do Grupo de Trabalho". O Presidente informou ter participado da reunião, mas que não estava presente na hora do relato da Cáritas, indicando o que havia sido colocado sobre a importância dos fundos solidários e questionando de que se tratava. Observou que na fala da FENAPAE destacava a importância de se aprofundar o conceito de entidades de reabilitação de pessoas com deficiência, faltando dizer no relato que esse conceito estava na convenção internacional da ONU, sendo importante que constasse do relato. O Conselheiro Wagner esclareceu que com relação ao Fundo havia sido um pedido da Sra. Carolina, Diretora do DRSP, com o Conselheiro José Araújo passando a fazer uma explanação geral sobre esse conteúdo que haviam ficado de encaminhar antes da próxima reunião do GT que seria na quinta-feira. O Conselheiro José Araujo esclareceu que era FDS, Fundo Diocesano de Solidariedade, oriundo das doações das campanhas de fraternidade e destinado para projetos na área relativa à campanha daquele ano, sendo ecumênico e com qualquer entidade podendo apresentar projetos. A Conselheira Maria Auxiliadora falou sobre a apresentação do Conselho Municipal de Belo Horizonte, relatando sobre a dificuldade de identificar o papel das instituições, com o próprio Conselho, antes da visita, devendo traçar o perfil da instituição para evitar a dificuldade na comunicação. A Conselheira Jane, agradeceu a acolhida, relatando que como na Cáritas, tinham alguns relatos da KNH, instituição alemã, o Fundo Cristão e a Visão Mundial, que tiveram as suas inscrições negadas no município de Recife, impedindo a execução das suas ações e os quais poderiam ser chamados a relatar essa situação, com a concordância

do Conselheiro Renato Saidel sobre esse convite. A Conselheira Simone esclareceu que as entidades haviam sido convidados para um momento específico no GT, solicitando a compreensão de todos e tendo tranquilidade para conduzir os trabalhos sem dar nenhum entendimento de registro ou de degravação, de que o GT havia priorizado alguma entidade. A Conselheira Jane esclareceu que sua colocação havia sido no sentido de verificar os procedimentos adotados pelo CNAS nessas situações. O Conselheiro Pasquini indagou sobre o tempo disponível para o trabalho desse GT, ao que o presidente informou ser até agosto. O Conselheiro Wagner concordou com as palavras da Conselheira Simone, com o GT sendo bem democrático nas suas funções, relatando que algumas entidades haviam sido convidadas e não puderam comparecer. Esclareceu que no próximo encontro definiriam estratégias para poder caminhar isto com muita tranquilidade, agradecendo contribuição dos Conselheiros e de algumas entidades. O Presidente indagou ao Pleno se poderia passar a palavra para a Comissão de Ética com um informe pelo Conselheiro José Araújo, que informou que a Comissão de Ética havia se reunido no dia 11, com a seguinte pauta: escolha do Coordenador, a ser referendada pelo Pleno; ajuste do Código de Ética de 2005, o que deveria ser decidido pelo Pleno; atuação de Conselheiros em eventos como representantes do CNAS; estabelecimento de alguns critérios éticos com participação dos Conselheiros, motivo de outras reuniões da Comissão; Operação Fariseu, com a Comissão de Ética, depois de avaliar a questão, havia concluído que esse assunto não era de sua competência, a menos que a Plenária decidisse o contrário. O Presidente observou que a escolha do coordenador era prerrogativa da Comissão, com o Pleno não tendo que opinar. Sobre o Código de Ética, não sabia se existia algum indicativo da Plenária que justificasse sua reforma, mas que a questão das redes sociais poderia ser um caminho, motivando essa discussão. Indagou quem havia sido indicado para coordenador, com o Conselheiro José Araujo informando ter sido sugerido seu nome. O Presidente deixou o registro em ata que desconhecia a informação regimental que o Pleno deveria referendar o coordenador da Comissão de Ética, submetendo o nome do Conselheiro José Araújo. Em não havendo nenhuma manifestação contrária o nome do Conselheiro José Araujo foi aprovado pelo Pleno para coordenar a Comissão de Ética. O Conselheiro Clodoaldo cumprimentou a Comissão pelo trabalho, questionando sob quais aspectos da Operação Fariseu a Comissão havia se debruçado. A Conselheira Simone indagou à Secretária-Executiva quais as condições e os motivos previstos pelo Regimento Interno para a revisão do Código de Ética. Inquiriu sobre a participação de Conselheiros, o que não estava contido no código, indagando sobre a necessidade de incluir critérios éticos aos Conselheiros. O Conselheiro José Araujo observou que o Código de 2005 falava de certificação no CNAS, sendo um capítulo superado e necessitando ser ajustado para as novas condições. Indicou a falta de referência à representatividade dos Conselheiros em nome do Conselho, e que na opinião da Comissão não deveria ser incluído diretamente no Código, mas se referindo a um regulamento que estariam desenvolvendo com relação ao assunto. Com relação à colocação do Conselheiro Clodoaldo informou ter havido uma indicação do Presidente no mês de outubro, de que a Comissão de Ética estudasse a possibilidade de rever a situação em que estava a Operação Fariseu, com a mesma entendendo não haver motivo para que levantasse essa questão. Ponderou que se a Plenária tivesse interesse nesse assunto, a mesma criaria um GT para

fazer essa averiguação. O Presidente se opôs à Comissão, deixando registrado esse posicionamento, considerando importante que o CNAS tomasse conhecimento da situação atual da operação, solicitando autorização à Plenária para se buscar informações. A Secretária-Executiva referiu-se ao questionamento da Conselheira Simone, esclarecendo que no Regimento Interno do CNAS não constava como quorum qualificado das alterações do Regimento Interno. “Art. 26. Ao Conselheiro é facultado solicitar o reexame de qualquer resolução normativa, justificando possível ilegalidade, incorreção ou inadequação técnica, e submete-se ao plenário, e o plenário delibera”. Observou que quando o Código tratava da certificação, não falava dentro dos ritos da prestação, da certificação no CNAS, mas do assunto de certificação, que ainda era de domínio desse Conselho. O Presidente observou haver duas questões: uma referente ao Código, indagando em que moldes se faria essa alteração; e outra referente à operação Fariseu, colocando em discussão. O Conselheiro Pedro Ost esclareceu que a escolha do Coordenador constava no artigo 41, §2º, e em relação à Operação Fariseu, cabia mais discussão pela Plenária para ver que posições deveriam tomar sobre a questão, com pessoas tendo sido envolvidas nesse processo. O Conselheiro Pasquini destacou que a Resolução da Comissão de Ética indicava que a mesma se reuniria sempre que necessário por convocação do Presidente e a quem deveria convocar se considerassem necessária a sua revisão. Quanto à operação, considerava que deveria se solicitar também ao MDS e à Consultoria Jurídica, que deveria estar acompanhando esse caso, tendo as informações mais recentes, que se manifestassem e trouxessem ao pleno a situação atual. O Conselheiro Clodoaldo observou que com relação à operação Fariseu, havia escutado que alguns Conselheiros que estavam arrolados pela operação em questão também queriam uma definição, por entender que haviam sido injustiçados. O Presidente indagou sobre o encaminhamento a ser feito, ao que o Conselheiro Frederico manifestou seu entendimento de se fazer uma releitura e uma adequação à realidade atual, do que era ser um Conselheiro Nacional de Assistência. Com relação às informações do processo da Operação Fariseu, encontrava que tinham a obrigação de buscar as informações, concluindo esse procedimento. O Conselheiro Wagner ponderou que com relação ao Código de Ética, haviam constatado a necessidade de adequação, principalmente quanto aos Conselheiros do CNAS, independente de seu segmento, o que deveria ficar esclarecido no Código, embora o Regimento trouxesse essa questão, adequando-se o texto, com a comissão entendendo que somente avançaria nesse trabalho se a Plenária entendesse a necessidade dessa alteração. Após mais algumas colocações sobre a necessidade de revisão, o Presidente indicou dois **encaminhamentos**: 1) atualização do Código de Ética de acordo com as novas demandas do Regimento Interno; e, 2) nova regulação de representação. Quanto à Operação Fariseu, que o Conselho buscasse informações do *status* atual dessa situação para informar a Plenária, o que poderia ser feito pela CONJUR. O Conselheiro José Araujo informou que o artigo 16 do código dizia que cabia à Comissão de Ética receber denúncias e propostas para averiguação de infração ética que lhe forem encaminhadas, com a operação chegando ao crime, não cabendo mais à Comissão examinar a questão. O Presidente observou que ficava como encaminhamento que fosse feita essa demanda para que essa pesquisa do *status* atual fosse trazida para conhecimento do pleno. A Conselheira Maria Auxiliadora informou que haviam trazido um material

sobre seguridade social e saúde, previdência e assistência, dando um panorama geral e para ser distribuído aos Conselheiros, sendo sua contribuição como Confederação dentro da central, a respeito do tripé da seguridade social no país. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião para o almoço, convidando para que retornassem às 13h30min. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente informou uma inversão de pauta, trazendo o **Item Relato da Comissão Técnica do concurso logomarca do CNAS.** Antes dessa apresentação, solicitou à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheira Simone Aparecida Albuquerque; Conselheira Célia Mota de Carvalho; Conselheiro Sérgio Wanderly; Conselheiro Pedro Ost; Conselheiro Antônio Celso Pasquini; Conselheiro Clodoaldo de Lima; Conselheiro Samuel Rodrigues; Conselheiro Frederico Jorge de Sousa Leite; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes; Conselheiro José Ferreira Crus e Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria. Conselheiros Suplentes: Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa; Conselheiro Wagner Carneiro; Conselheiro Renato Saidel Coelho; Conselheira Leila Pizzato; Conselheira Maria Auxiliadora Pereira de Araújo; Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos. O Presidente passou para o Conselheiro José Araujo que procedesse à leitura do relato que seria feito pela Conselheira Marisa: *“Memória da reunião da Comissão Técnica do Concurso para Criação de Logomarca. Data: 06/04/2011. Horário: 14h às 16h30min. Local: sala 102 do CNAS. Membros da Banca Avaliadora: José Flávio Ferdinando Maciel - Coordenador de Publicidade da ASCOM/MDS; Rafael Lampert Zart – Designado da ASCOM/MDS; Tomás Nascimento - servidor da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI/MDS; Profa. Monique Vidal - Coordenadora Geral de Publicidade e Propaganda da EMBRATUR e Prof. MBA em Eventos do LESE; Prof. Cláudio Delamare - responsável pelo Laboratório de Criação e Produção Gráfica do IESB; José Ranieri Clemente Braga - Assessor da Secretaria Executiva/CNAS; Apoio: Thais Pereira Braga - Gabinete CNAS;1) Procedimentos adotados para a escolha da logomarca. Conforme encaminhamento do GT criado para definir a identidade visual do CNAS, por meio da Resolução CNAS nº 30, de 05 de outubro de 2010, foi instituída a Comissão Técnica com o objetivo de selecionar as três melhores propostas de logomarca, em conformidade com o art. 10, do Edital nº3, de 14 de dezembro de 2010. No período de 15 de dezembro a 31 de março de 2011 o CNAS recebeu 29 propostas de logomarcas. Os trabalhos e as justificativas dos candidatos foram disponibilizadas à Comissão Técnica, na seqüência de numeração de 1 a 29, conforme determina no Edital nº03/2010, os componentes da banca examinadora não tiveram acesso as fichas de inscrição. 1.1 Encaminhamentos da Comissão Técnica do Concurso Logomarca do CNAS. Em planilha individual, que segue anexo, cada membro da Comissão Técnica emitiu pontuação de 0 a 100 para cada logomarca examinada de acordo com os critérios fixados no Edital nº3/2010: até 25 pontos para originalidade; até 25 pontos para criatividade; até 25 pontos para aplicabilidade e até 25 pontos para o conteúdo explicativo. Ao término, somou-se a pontuação dada por cada membro a cada urna das propostas analisadas, depois consolidou-se as notas em planilhas, conforme Anexo, e extraiu-se a média da pontuação de cada candidato. A escolha foi realizada por classificação das mais votadas, levando em consideração os critérios citados acima. As três propostas classificadas, que irão à julgamento na 188ª Reunião Plenária do CNAS são: proposta do candidato nº 28; proposta do candidato nº 9; e proposta do*

candidato nº18. A escolha da proposta da logomarca vencedora ocorrerá na Reunião Plenária do CNAS por meio de votação, conforme Regimento Interno deste Conselho. 1.2. Trabalhos recebidos fora do prazo. O CNAS recebeu no dia 11 de abril de 2011 uma proposta com data de postagem de 5 de abril de 2011, conforme o Edital nº 01/2011 as inscrições foram prorrogadas até o dia 31 de março, de acordo com o regulamento o candidato foi desclassificado e informado por meio de ofício. Mariza Rodrigues da Silva, Coordenadora do GT/CNAS nº 30/2010.” A seguir, o Presidente agradeceu a presença do Sr. José Flávio, da ASCOM, solicitando ao Conselheiro José Araujo a leitura da Ata: “Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Reunião da Comissão Técnica do Concurso para Escolha da Logomarca do CNAS. Local: CNAS. Brasília – DF. Esplanada dos Ministérios. Bloco F. anexo do Ministério da Previdência Social. Sala 102. Data: 06/04/2011. Componentes da banca avaliadora: José Flávio Ferdinando Maciel - Coordenador de Publicidade da ASCOM/MDS; Rafael Lampert Zart – Designado da ASCOM/MDS; Tomás Nascimento - servidor da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI/MDS; Prof. Monique Vidal - Coordenadora Geral de Publicidade e Propaganda da EMBRATUR e Profa. MBA em Eventos do IESB; Prof. Cláudio Delamare - responsável pelo Laboratório de Criação e Produção Gráfica do IESB; José Ranieri Clemente Braga - Assessor da Secretaria Executiva/CNAS; Apoio: Thais Pereira Braga - Gabinete CNAS. A Comissão Técnica reuniu-se às quatorze horas do dia seis de abril de dois mil e onze, no Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, na Esplanada dos Ministérios, Bloco F, anexo do Ministério da Previdência Social, sala 102, e avaliou vinte e nove propostas, individualmente, atribuindo notas de acordo com os quatro critérios determinados pelo Edital nº 03/2010. Após contabilizadas todas as notas, definiu-se três finalistas na seguinte ordem: 1ª proposta candidato nº28; 2ª proposta candidato nº 9; e 3ª proposta candidato nº 18. Seguem anexadas as tabelas de pontuação de cada membro da banca e também tabela consolidada do resultado final. Segue assinatura dos membros”. O Sr. José Flávio falou sobre as três propostas apresentadas e os critérios observados, com os textos variando em relação ao entendimento do conceito do Conselho, informando a justificativa de cada participante. Apresentou os trabalhos em questão, analisando a proposta de cada um dos mesmos, apresentando um resultado bastante equilibrado, com o conselho estando bem representado e esperando que o CNAS fizesse uma boa escolha, colocando a ASCOM à disposição. O Presidente indagou se caso a Plenária quisesse conhecer do quarto ao sexto colocado haveria possibilidade, ao que o Sr. José Flávio informou que de acordo com a atas isso não seria possível, mas que o material estaria à disposição de todos, no prazo de cinco anos. O Presidente abriu para discussão, com os Pleno manifestando sua opinião a respeito dos trabalhos apresentados e agradecendo à ASCOM pela competência e seriedade nesse projeto. A seguir, o Presidente passou para a votação para escolha da logomarca, com a Secretária-Executiva procedendo à chamada nominal dos Conselheiros: Conselheira Simone Aparecida Albuquerque. “Por um Conselho Nacional forte, voto no número dois.” Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues. “CNAS forte, proposta 2.” Conselheira Brenda Ferreira Silva. “Movimento e dinamismo, 1.” Conselheiro José Ferreira Crus. “Proposta dois.” Conselheira Célia Mota de Carvalho. “Proposta dois.” Conselheiro Sérgio Wanderly Silva. “Proposta um.” Conselheiro Pedro Ost. “Proposta um.” Conselheiro Antônio Celso Pasquini.

“Proposta um.” Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite. “Dinamismo e movimentação, um.” Conselheira Maria do Carmo. “Conselho forte, inclusive aquele símbolo me lembra uma corrente forte, então, proposta dois.” Conselheiro Samuel Rodrigues. “Movimento e dinamismo, proposta um”. Conselheiro Frederico Jorge de Sousa Leite. “Movimento e dinamismo, proposta um”. Conselheira Maria Aparecida Godói de Faria. “Conselho forte, proposta dois.” Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes. “Proposta do movimento e dinamismo, número um.” Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari. “Movimento e dinamismo, proposta um.”. A seguir, o Presidente solicitou uma salva de palmas para acolher a proposta número um como nova logomarca do Conselho Nacional, com dez votos e seis votos para a proposta número dois. Solicitou à equipe de apoio que identificasse o nome do vencedor e que participaria na Conferência Nacional. O Conselheiro Pedro Ost observou a importância de se agradecer também à entidade que havia feito as doações dos prêmios, sendo importante a manifestação do Conselho. O Presidente indicou que não apenas agradeceriam à entidade dos Maristas nesse momento, mas também formalmente, por escrito, o que também seria mencionado quando da entrega dos prêmios. O Presidente informou que o vencedor havia sido o Sr. Eduardo Silva Ferreira, de Brasília; em 2º lugar, Sr. Edgar Ígor Batista dos Santos, de Salvador, Bahia; e o 3º colocado, Sr. Alan Montenegro, de Curitiba, Paraná. Encerrando o Item, o Presidente agradeceu a todos que haviam participado, resgatando as palavras do Conselheiro José Crus, com esse processo sendo muito rico para o Conselho, com a efetiva participação popular. Prosseguindo, passou para o **Item Avaliação do Encontro Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social**. Passou para a Secretária-Executiva proceder à leitura de alguns dados: *“O encontro nacional dos trabalhadores aconteceu dias 30 e 31 de março de 2011, com um número de trezentos participantes. Participaram do encontro trabalhadores com assento nos Conselhos Municipais de Assistência Social das capitais, em número de 20, da região sudeste foram 4 participantes, região norte 3, nordeste 7, centro oeste 3, e sul 3. Trabalhadores com assento no CEAS, e o CAS-DF, 24. Região sudeste 2, norte 7, região nordeste 8, região centro-oeste 4, sul 3. Representantes do Fórum Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social 45. Sudeste 8, norte 9, nordeste 16, região centro-oeste 6, sul 6. Sistematizadores, facilitadores, colaboradores e convidados, 35. Representantes das entidades nacionais de parte dos trabalhadores, 176. Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais, 28. Associação Brasileira de Antropologia, 8. Conselho Federal de Serviço Social, 20. Conselho Federal de Psicologia, 28. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 28. Federação Nacional dos Assistentes Sociais 13. Federação Nacional dos Psicólogos, 28. Federação Nacional de Sociólogos 14. Grupo Pró-Organização Nacional dos Pedagogos, 2. Conselho Federal de Economistas Domésticos, 6. União Brasileiras de Associações de Musicoterapia 1. Sobre a transmissão online do encontro nacional, ao vivo tivemos 2.500 acessos, 976 usuários e ao vivo, no dia 30 de março, às 10:41, 198 usuários, aproximadamente vinte horas de acesso. É importante também registrar que foram protocolados alguns documentos durante o encontro nacional. Carta ao CNAS dos membros das associações representativas das categorias no Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Organizacional, na União Brasileira das Associações de Musicoterapia, Federação Brasileira de Psicólogos, Associação Brasileira de Antropologia, Grupo Pró-Organização Nacional de Pedagogos; Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais,*

*Conselho Federal de Economia Doméstica. Outro documento dos representantes da Associação Brasileira de Antropologia, para a plenária do Encontro Nacional dos Trabalhadores de Assistência Social, autores os representantes da ABA, assinado pelo Presidente. Outro documento, a participação dos antropólogos e antropólogas no SUAS, de autoria da Associação Brasileira de Antropologia, assinado pelo presidente. Outro documento é o ofício do gabinete da presidência 030/2011, autor Antônio Herald, presidente do Conselho Regional de Economia Doméstica. CRED 1073. Outro documento, Terapia Ocupacional – A atuação na Assistência Social e no movimento socioambiental, socioeconômico e cultural, de autoria da ABRATO. Outro documento é a entrega de relação de documentos referentes à musicoterapia, da União Brasileira das Associações de Musicoterapia. Um último documento, a nota técnica da Federação Nacional de Sociólogos, de março de 2011. Vale registrar a realização da oficina Proposições para subsidiar o CNAS na definição dos trabalhadores do SUAS, que aconteceu no dia 18 de março de 2011, com a presença de 50 participantes entre representantes de universidades das cinco regiões brasileiras, que atuaram como facilitadores, sistematizadores e colaboradores durante o processo de debate, bem como servidores do MDS, e deste Conselho Nacional”. O Presidente solicitou ao Coordenador da Comissão de Políticas, Conselheiro Frederico, fazer a leitura da avaliação feita pela Comissão: “A Comissão de Política avaliou como um sucesso a realização do encontro nacional dos trabalhadores do SUAS, realizado nos dias 30 e 31 de março de 2010, pela qualidade dos painelistas, riqueza dos debates, organização e logística do evento. A transmissão do encontro nacional pela internet foi um diferencial que oportunizou a participação de 2500 acessos, 976 usuários. Todos foram unânimes em reconhecer o esforço do CNAS, o apoio do MDS no empreendimento desta agenda ousada e precursora, que em tempo recorde realizou uma série de encontros de forma democrática, transparente e participativa. O processo de debate iniciou com uma reunião de planejamento iniciado em agosto de 2010, com a participação de trabalhadores com assento nos CMAS das capitais, e CEAS e CAS-DF, trabalhadores dos Fóruns Estaduais e Municipais, feito até 31/10/10, e representantes do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, passando pela realização dos cinco encontros regionais. Reuniões do grupo de trabalho que colaboraram na construção do processo: Oficina com pesquisadores e professores de universidades das cinco regiões que atuaram como facilitadores, sistematizadores e colaboradores do encontro nacional. A programação do encontro permitiu tranquilizar os trabalhadores quanto às suas expectativas, ampliando o debate acerca da gestão do trabalho no âmbito do SUAS. Outro impacto relevante neste processo descentralizado e participativo, coordenado pelo CNAS, foram os encontros regionais que possibilitaram a criação de espaços de organização, articulação e mobilização das categorias profissionais, propiciando a criação dos Fóruns Municipais e Estaduais dos trabalhadores do SUAS, bem como o início do desenvolvimento de agendas locais e regionais em relação ao tema. O encontro regional, por sua vez, facilitou e possibilitou o fortalecimento do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, onde foi realizada a Plenária que elegeu, após finalização do encontro nacional a coordenação colegiada, composta pelas seguintes entidades: Conselho Federal de Serviço Social; Federação Nacional dos Assistentes Sociais; Federação Nacional dos Psicólogos; Federação Nacional dos Psicólogos; e Grupo Pró-Organização Nacional dos Pedagogos. Esse processo gerou um material*

*riquíssimo, que inclui a consolidação dos encontros regionais e nacional, bem como os estudos das categorias nacionais presentes no SUAS, a partir de legislações específicas, grade curricular, CBO, Código de Ética e outras legislações. O resultado deste processo de debate para reconhecimento das categorias no SUAS que culminou nas categorias nacionais, leva a uma gama de desafios e proposições de agendas para os diversos atores, gestores federais, estaduais e municipais, conselhos, fórum de trabalhadores, universidades, associações de ensino e pesquisas, e entidades de categorias profissionais, entre outros.”*

O Presidente observou a existência de alguns indicadores de caminhos para se avaliar, a partir dos avanços e desafios colocados, precisando fazer parte dos debates colocados. Observou que havia superado todas as expectativas de forma muito positiva, com o segmento dos trabalhadores, sendo muito maduro para cuidar que não se perdesse o rumo de tudo que havia sido construído e saindo fortalecido para as Conferências. Destacou que também havia sido mostrada a grandeza e a complexidade do trabalho no SUAS, e o quanto podiam avançar. O Conselheiro Carlos Rogério discorreu sobre a primeira impressão de que seria um trabalho muito difícil, mas destacou que a articulação entre todos os colaboradores havia contribuído para o debate e posterior consenso entre os participantes. Observou que os trabalhadores da Assistência tinham muito a muito a percorrer, do ponto de vista do reconhecimento do seu trabalho prático, do atendimento à população, da concepção da Assistência, da política, do histórico que vários trabalhadores tinham das entidades privadas. Informou ter participado de todas as oficinas, com o trabalho sendo encerrado com chave de ouro. A Conselheira Leila falou sobre o trabalho realizado na preparação desse trabalho e que havia culminado nesse encontro nacional, apontando algumas questões: que havia ficado dentro do foco do Conselho Nacional, de sua competência; a excelente qualidade das mesas de trabalho; a organização do evento, com todos os aspectos de excelente qualidade. Ressaltou o esforço da equipe para a realização deste evento, apesar das dificuldades que o Conselho estava vivendo em sua operacionalização, a serenidade com que os trabalhos haviam sido conduzido, o que havia possibilitado o reconhecermos a pertinência das outras categorias dentro da Assistência Social e a identificação de novos valores nas falas colocadas. Concluindo observou que todos estavam de parabéns com o trabalho realizado, tendo sido um grande aprendizado. A Conselheira Simone ponderou que esse encontro havia sido muito importante para a SNAS, agradecendo ao Conselho Nacional e reconhecendo o trabalho da equipe que coordenou os trabalhos, as discussões e as orientações públicas, muito importantes na condução de uma política pública, falando sobre a importância da área da gestão do trabalho e que era nova no MDS. Ponderou que esse encontro havia trazido muitas questões novas e sobre as quais teriam que refletir, falando sobre as mesmas, inclusive havendo um reconhecimento e a necessidade de avançar na área da educação permanente. Parabenizou os representantes dos trabalhadores pela sensibilidade e política de reconhecer que o SUAS tinha sua história própria, sendo preciso amadurecer, mas não abrir mão de implantar a mesa de negociação, para poder negociar e aprofundar várias questões importantes para o Sistema. Ponderou que teriam que fazer algo com tudo o que haviam escutado, tendo um material gravado, degravado, houve debates, destacando que esse Seminário não tinha o objetivo de terminar, mas que vinha dar um rumo de discussão do Conselho Nacional. Concluindo, indagou aos membros da

Comissão de Política, se haviam discutido essas questões ou tinham uma proposta para fazer. O Conselheiro Clodoaldo destacou ter sido uma vitória do CNAS, sendo o início de uma jornada para a consolidação do SUAS, entendendo ter sido fundamental para o reconhecimento dos direitos e deveres dos trabalhadores do Sistema. Falou sobre a importância do trabalho realizado nesse primeiro encontro, possibilitando conhecer todos os parceiros. O Conselheiro Clodoaldo encontrava importante que se abrisse um espaço de avaliação para aqueles que haviam participado, esclarecendo as dúvidas e as insatisfações existentes, com as críticas sendo fundamentais para o aprimoramento dos trabalhos desse Conselho. Concluindo, parabenizou a todos pelo trabalho realizado e que havia demandado um grande esforço da parte de todos. O Presidente informou que precisaria passar para a ASCOM até o final da tarde o nome de cada segmento da Sociedade Civil para fazer uma matéria sobre a Conferência, solicitando aos mesmos que indicassem os nomes da Comissão Organizadora, ao que o Conselheiro José Araujo sugeriu que deveriam ser outra pessoa que não fosse membro da comissão, para que todos pudessem participar. O Conselheiro Pedro Ost agradeceu o trabalho realizado, encontrando que a bancada dos trabalhadores, e os demais servidores haviam sido fundamentais para o bom andamento desse evento, resultado também do que havia acontecido nos encontros regionais. Ponderou que o debate havia trazido algumas questões que deveriam continuar sendo discutidas, sendo importante que o CNAS e o Ministério chamassem para si a discussão, em especial sobre o que os trabalhadores precisavam, indicando o CRAS. Falou sobre aqueles que haviam se sentido excluídos, o que era bom para o debate que precisaria ser feito, com a realidade dizendo muitas vezes que tipo de trabalhador era mais necessário em um ou outro local, assim como o fato de indicar doze categorias havia mexido com algumas instituições. Concordou com as colocações da Conselheira Simone que era preciso definir as atividades concernentes a cada profissional, com alguns fazendo o trabalho de outros, o que mostrava como era preciso avançar nessa questão. Encontrava que a questão dos avaliadores deveriam ter um tempo de discussão de alguns processos internos, acreditando que todos haviam saído fortalecidos e desafiados para continuar esse debate. Concluindo, indicou a questão dos recursos, assim como outros temas que deveriam ser elencados para essa discussão. O Conselheiro Frederico agradeceu pelo trabalho realizado que abrangia e contemplava grande parte dos organismos envolvidos, tendo pauta para todos. Destacou o trabalho que as entidades haviam tido para trazer seus afiliados, posicionamento que não havia sido tomado em nenhum outro organismo, inclusive a Saúde. Ponderou que todos deveriam se empenhar nessa luta, com o relato da comissão a ser feito trazendo algumas estratégias, mas que encontravam que ainda eram poucas. Concluindo, ponderou que esse compromisso era um momento de agradecimento, mas ao mesmo tempo estava chamando o CNAS para essa pauta que havia se tornado mais ampla para o mundo do trabalho e para a Assistência Social como um todo. A seguir, foram indicados os nomes para a ASCOM: a Conselheira Maria do Carmo, Conselheira Leila e Conselheira Maria Aparecida. O Conselheiro Clodoaldo informou ter participado como usuário do encontro de Curitiba, destacando o quando havia aprendido em todos os eventos do CNAS e no próprio Conselho. O Conselheiro José Crus agradeceu ao Vice-Presidente e à Conselheira Simone pelo apoio oferecido em todo o processo, sentindo-se orgulhoso de ter participado com a

bancada dos trabalhadores na condução da coordenação, junto com os demais colaboradores, explanando sobre os relevantes atores chamados para o debate, mas ainda existindo desafios a serem vencidos. Ponderou que no dia anterior na avaliação da Comissão de Política, não estavam à vontade, por estarem falando do reconhecimento das categorias presentes na Assistência, solicitando a ajuda dos Conselheiros para definir as estratégias que viriam a seguir, sendo um processo de reconhecimento de Resolução desse Conselho dessas categorias profissionais, falando sobre o trabalho que seria realizado. Indicou que no dia anterior, na Comissão de Política haviam resolvido que na próxima reunião da Comissão, no mês de maio, estabeleceriam as melhores estratégias para se continuar com esse processo que culminaria com uma resolução desse Conselho. Concluindo, o Conselheiro José Crus destacou a necessidade de um convidado ajudar a fazer a leitura das atas, tanto dos encontros regionais, dos encontros com os especialistas, e o encontro nacional para que pudessem ter elementos bastante seguros para a tomada de decisão. O Conselheiro Antônio Castro justificou sua ausência no encontro nacional, mas encontrando esse processo ímpar e profundamente democrático, e certamente dele resultariam decisões e a estruturação de propostas de envolvimento e reconhecimento dos trabalhadores que estivessem à altura do que essa política tinha a oferecer ao país. Parabenizou o Conselho, os Grupos de Trabalho e as Comissões que haviam se envolvido em todo processo, indagando o que seria feito em diante do ponto de vista da ação do Conselho. Observou que o CNAS tinha bastante material em mãos, o qual era preciso organizar, se debruçar sobre o mesmo e estudar para apresentar propostas concretas de como encaminhar os diversos temas e questões que surgiram e que haviam sido pontuadas pelos Conselheiros, em especial pela Conselheira Simone. Informou que estava como substituto do Sr. Caio Nakashima na Comissão de Normas, informando sua trajetória profissional e a melhor maneira de aproveitar sua função no Conselho para contribuir com as questões em tela. O Presidente registrou a importância do suporte da Secretaria-Executiva para que esse evento acontecesse. Observou que acreditava no modelo de participação onde o estado e a sociedade trabalhavam junto, com uma parceria estratégica desse Conselho com a SNAS, destacando o papel da Secretária ao final do evento, fazendo questão de situar o papel do CNAS na sua organização. Agradeceu a todos os segmentos, solicitando uma salva de palmas à coordenação do evento na pessoa do Conselheiro José Crus. A Conselheira Maria aparecida solicitou licença para se retirar, considerando um compromisso com a Ministra do Planejamento e outras entidades. A seguir, passou para o **Item Relato do GT que discute o inciso III do artigo 2º da LOAS**. A Conselheira Leila procedeu ao *“Relato do GT que trata da promoção e integração do mercado de trabalho, este é o inciso terceiro do art. 2º da LOAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CNAS. Memória de Reunião do Grupo de Trabalho do inciso 3º, art. 2º da LOAS. Local: CNAS. Sala 108. Data: 11 de abril de 2011. Integrantes do GT. Leila Pizzato; Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria; Maria do Socorro Fernandes, Renato Saidel, Samuel Rodrigues, Sergio Wanderly e Simone Albuquerque. Ouvinte: Jane Clemente – FENATIBREF. Secretaria-Executiva do CNAS: Carolina Silva, Maria Auxiliadora Pereira, Rosiele Bonfim. Item um, apresentação dos participantes na reunião. Dois, definição da coordenação do GT. Leila Pizzato foi indicada como Coordenadora, e Maria do Socorro Fernandes como Coordenadora-Adjunta. Item três.*

*Sobre o debate. 3.1. cientes da discussão da Comissão de Política que deu origem ao encaminhamento da criação do GT inc. 3º, art. 2º da LOAS. Aqui foi um breve relato. 3.2. Leitura dos materiais recebidos pelo CNAS. a) Resolução CNAS nº 3, de criação do GT, publicada no DOU em 16 de fevereiro de 2011. Prazo para apresentação de proposições e produtos do GT: 60 dias, 16 de abril de 2011. Necessidade de republicar a Resolução prorrogando prazo. B) Ofício 60/2010, de 5 de outubro, a Assistência Social de Botuporanga encaminhando uma ação de 1º encontro regional sobre a certificação de entidade executora do programa de aprendizagem. C) Ofício FEBRAEDA, 22 de fevereiro de 2011, colocando-se à disposição para colaborar com o GT. Cópia enviada ao CNAS de comunicado da FEBRAEDA à Ministra do MDS. D) Ofício da Obras Sociais Irmão Áureo e outra, encaminhando considerações e sugestões do referido tema visando colaborar com a discussão do GT. F) Documento do Fórum Municipal de Aprendizagem Profissional, de Porto Alegre. 3.3. Leitura das legislações relacionadas ao tema. Então, aqui são breves comentários, antes de continuar, então, como este GT teve origem nestes documentos que eu li anteriormente, nós iniciamos, estudando, lendo os documentos e estudando. Então, 3.3.1. Lei do Aprendiz. Lei nº 10.097/2000. A) Decreto 5.598/2005. B) Portaria nº 615/2007. C) Portaria 1003/2008. Apontamentos a partir da leitura. Reconhecimento da qualidade de documentos apresentados pelas entidades acima nominadas, e de importante papel de contribuição na normatização de inciso terceiro art. 2º da LOAS. Legislação voltada para a questão do trabalho. Legislação específica que não é da PNAS, trata-se de educação metódica. Remete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em momento algum menciona a PNAS. A Assistência Social não aparece como política intersetorial. Nem todas as entidades sem fins lucrativos são de assistência. Entidade que não é de assistência pode inscrever algum serviço se o mesmo estiver tipificado como serviço assistencial, planejado, continuado e gratuito. A entidade que trabalha com a família e o jovem no âmbito do trabalho, cuja origem vem do trabalho educativo. Atenção para não penalizar as entidades. 3.3.2. ProJovem. Política para a juventude. O ProJovem é recente. A lei nº 11.592/2008, art. 9º. B) Decreto nº 6.629/2008, art. 11, art. 23. C) Portaria 171/2009. Apontamentos a partir da leitura. O ProJovem Adolescente está na PNAS. Serviço socioeducativos do ProJovem Adolescente deve ser ofertado pelo equipamento público, pelo CRAS e pela entidade de Assistência Social. Público alvo do ProJovem Adolescente é de 15 a 17 anos. Porque as entidades de assistência optaram pelo jovem aprendiz e não pelo ProJovem? Questões para reflexão do GT. Qual o objetivo com que foi pensado o inciso terceiro do art. 2º da LOAS, promoção da integração ao mercado de trabalho? Intersetorialidade. Integração. Qual o papel de cada política, e qual o limite de ação em cada política. Que aspectos diferenciam as entidades do Sistema S das entidades de Assistência Social? Necessidade de debater a relação e as tensões existentes entre a Assistência Social e o trabalho. O sistema de proteção social brasileiro é uma discussão no campo do direito. Não é da PNAS a competência de gerar trabalho e renda, embora se trate de um viés importante na Assistência Social considerando que alguns grupos não conseguirão gerar renda por si próprio sem o apoio do estado, e a organização dos usuários pela via do trabalho, ou seja, o trabalho enquanto realização humana. Ex. a organização dos catadores. Promoção passa pelo viés da proteção com o apoio do estado. Tipificação apresenta pontos de tensão demandando uma definição mais clara*

de serviços, programas e projetos. Definição de conceitos de expressões utilizadas, como enfrentamento à pobreza, mundo do trabalho, trabalho formal, informal e autônomo, intersetorialidade e economia solidária, inclusão produtiva e geração de renda. Como se expressa na prática a proteção social de segurança de sobrevivência, ou de rendimento ou de autonomia. Encaminhamento. Considerando a resolução 16/2010, e o prazo de 19 de maio de 2011 para a inscrição das entidades de assistência social, ou dos serviços, projetos, programas e benefícios, executadas por entidades em preponderância em assistência social propomos: pautar nas Comissões de Política, Normas e Conselhos, por meio dos representantes das Comissões que integram este GT, que seja pacificada a ação de entidades, projetos e programas, e de defesa de direitos que ainda não estão tipificadas ou caracterizadas e normatizadas pelo CNAS, bem como construído no período de transição para adequação a partir das normatizações que encontram-se em processo.

4.2. O planejamento do GT e a agenda de trabalho. Então, só para, antes de entrarmos neste ponto, a partir do estudo dos documentos, das reflexões que foram feitas, o GT entendeu então em estar apresentando esta proposta de trabalho. Reunião 16 de maio. Base referencial. Promoção, então, é um momento de estudo e de reconhecimento daquilo que trata o inciso terceiro do artigo 2º. Promoção da integração do mercado de trabalho, prof. Vicente, que está como convidado para fazer este estudo a partir de alguns convites. Trabalho e assistência social, prof. Jussimeire Isolda. Promoção da inclusão produtiva, Sandra Ichimura, Assistente Social da Secretaria de Assistência Social de Londrina, e professora Maria Lúcia Lopes, da UNB. Proteção e geração de inclusão produtiva, professora Luciana Jacú, assessora da Ministra do MDS. Reunião de 13 e 16, apresentação de experiência. ProJovem trabalhador e adolescente, Alexandre Pires/MDS, Cáritas, Marisa, com convidados a serem definidos por estas entidades. BPC Trabalho, Maria José de Freitas/MDS. Apoio aos catadores de material reciclável, com o MDS, e convite ao CONANDA para comparecer ao final da tarde. Este convite ao CONANDA, em que pese, é porque ele fez uma demanda de que ele pudesse e estaria integrando este GT. Nós entendemos então de convidá-lo para este dia, neste momento, para que nos diga qual a sua intenção. Reunião de 11/07. Sistematização e proposta normativa do CNAS.

4.3. O GT propõe a prorrogação do prazo para apresentação das proposições e produtos do trabalho até a plenária de agosto de 2011, portanto mais 120 dias. Leila Pizzato, Coordenadora do GT.” O Presidente indagou quando seria a próxima reunião, com a Conselheira Leila informando que sempre escolhiam a segunda-feira antes da reunião do CNAS, com a próxima sendo 16 de maio, convidando alguns especialistas para subsidiar nos conteúdos que o GT reputava como importantes. O Presidente observou que gostaria de ouvir do pessoal do Grupo na questão da organização do mercado ou da preparação para o mundo do trabalho para a pessoa com deficiência, indagando se haviam indicado alguém do MDS para promover o debate, como havia sido essa discussão no GT e se havia sido colocado algum encaminhamento específico além do que estava no relato. O Conselheiro Clodoaldo, considerando a importância, também gostaria de saber como o debate havia ocorrido, existindo uma lei que dava interpretação do que colocado pelo Grupo. A Conselheira Simone parabenizou a Coordenadora, e a equipe que havia sistematizado um excelente debate, conforme indicado no relato. Como primeira constatação, falou sobre o programa Jovem Aprendiz que algumas entidades pediam fosse considerado,

tendo procurado informações sobre o mesmo e repassando ao pleno o que haviam conhecido, sendo uma Lei do Ministério do Trabalho. Que a segunda constatação era sobre uma lei feita para normatizar a competência do Sistema S, abrindo possibilidade para as entidades sem fins lucrativos, mas não indicando entidades de Assistência Social sem fins lucrativos, assim como o programa do MTE. Referindo-se aos demais programas relativos ao jovem, esclareceu que a legislação pertinente havia sido discutida, discutindo-se uma questão que perpassava a área da assistência, o chamado tensionamento entre a Assistência Social e o trabalho, informando que aprofundariam a questão na próxima discussão do GT. Informou que haviam convidado o professor Vicente, responsável por colocar esse inciso 3º no artigo 2º. O Conselheiro Clodoaldo questionou como fariam a leitura se aquelas entidades que mesmo cumprindo o artigo 2º, inciso 3º, sobre a promoção da integração no mercado de trabalho, estavam nesse campo, sendo CLT ou MTE. A Conselheira Simone esclareceu que o GT estava aprofundando essa questão para responder posteriormente. A Conselheira Leila relatou que essa primeira reunião havia sido mais de apropriação do tema, partindo-se dos documentos encaminhados pelas entidades sobre o Jovem Aprendiz, e com diferentes posicionamentos. Observou que o GT havia consensuado em fundamentar mais essa questão no campo do trabalho e Assistência Social e trazer uma boa proposta de encaminhamento para o Pleno. A Conselheira Simone esclareceu que não tinham competência de discutir o inciso 2º do art. 2º, sobre a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, mas que não recusariam se o Pleno, que tinha a incumbência sobre o assunto, solicitasse esse apoio. O Presidente falou sobre o desafio que essa questão trazia sobre a empresa e o profissional com deficiência, indagando se o GT iniciado essa discussão ou não. A Conselheira Leila esclareceu que nesse primeiro momento não haviam centrado a discussão em públicos específicos, mas que tratariam dessa questão. O Presidente colocou a equipe da Federação à disposição caso o GT considerasse necessário. A Conselheira Eutália parabenizando o trabalho colocou duas questões: primeiro, que esse debate, tinha um limite muito próximo da política do trabalho, sempre preciso inicialmente regular a política do trabalho; e, a outra questão era que a política do trabalho deveria avançar e sair, não ficando somente na regulação. Ponderou que fosse uma política propositiva, regulando o mundo do trabalho e garantindo a inclusão, surgindo programas que poderia confundir com Assistência Social, discorrendo sobre a questão. Concluindo, a Conselheira Eutália considerava importante trazer um convidado que tivesse experiência nesse campo para ver como conduziram essa discussão, exemplificando com a economia solidária. A Conselheira Leila indagou se a Conselheira Eutália estaria propondo que incluíssem na pauta o tema da economia solidária, que esclareceu que como haviam abordado a questão do apoio aos catadores de materiais recicláveis, organizações que dialogavam com a lógica da economia solidária e não necessariamente com a inclusão ao mercado normal. O Conselheiro Wagner discorreu sobre o Programa Jovem Aprendiz e com o envolvimento da família nesse processo, tendo que fazer um trabalho social antes de qualquer envolvimento. Falou sobre a legislação referente ao ensino e concernente ao MEC, sendo a educação, capacitação e Assistência Social sendo questões que deveriam ser acopladas e discutidas conjuntamente, podendo se convidar alguém do MEC para participar dessa discussão. O Conselheiro Renato de Paula ponderou que tinham que dar uma resposta satisfatória,

tendo que definir onde as entidades que quisessem trabalhar com essa área do inc. 3º do art. 2º se encaixariam e o tipo de prestação de serviços, dentre outras coisas. Encontrava que o Conselho teria que levar em consideração que muitas instituições de aprendizagem estavam vinculadas aos CRAS e CREAS, tendo muitos serviços de Assistência Social, nos termos da tipificação, dialogar com as mesmas e capacitar para que seguissem seu foco. A Conselheira Maria do Socorro destacou que esse GT havia possibilitado saber o caminho que se queria seguir, apesar de ainda não terem as respostas solicitadas. Falou sobre a correspondência enviada pelas entidades e os desafios colocados, sendo que o desafio maior era discutir todo projeto de integração no mundo do mercado de trabalho. Ponderou que haviam verificado que discussão era promoção da integração ao mercado de trabalho, e não promoção da inclusão no mercado, sendo duas questões diferentes, discorrendo sobre a questão e informando sobre a necessidade de convidar especialistas para ajudar na discussão sobre os diferentes assuntos tratados. Ponderou que a meta do GT era incluir no mercado de trabalho, mas o objetivo da assistência era a promoção ou a inclusão da integração, ou as instituições que promoviam a integração do mercado de trabalho. Encontrava o BPC excelente, acabando de concluir seu modelo lógico e podendo convidar a diretora do Departamento para apresentar a avaliação e o trabalho que estava sendo feito em Santo André em São Paulo. O Conselheiro Pedro Ost parabenizou o GT, destacando que o tema não era muito simples e que as entidades envolvidas muitas vezes não conheciam seu rumo. Ponderou que Grupo havia iniciado bem seu trabalho, trazendo vários aspectos que iriam enfrentar, sugerindo a inclusão de uma pessoa do MTE para contribuir nesse debate. Questionou como se poderia fazer a parceria com a educação, com as escolas profissionalizantes, devendo se conversar para se chegar a um consenso sobre essa discussão, tendo muitas questões a serem resolvidas. O Conselheiro José Araujo falou sobre a entidade Ação Social do Paraná, e os programas que executava e, caso fosse de interesse do Conselho, poderiam convidar alguém dessa organização para falar sobre suas experiências. O Conselheiro Clodoaldo ponderou ser necessário aprofundar essa questão, indicando as palavras do Conselheiro Pedro Ost, sobre o fato de que as entidades não sabiam por onde andar. Destacou que o Conselho Nacional tinha necessidade de dizer como se entendia o art. 2º, inc. 3º, ponderando que o conceito de integração e de inclusão, nesse caso, lhe parecia não ter nenhuma diferença para efeito das entidades que estão envolvidas nessa questão. Falou sobre o conceito de inclusão, onde a sociedade deveria estar comprometida com essa questão, promovendo a capacitação, discorrendo sobre a exclusão de pessoas que as colocava em situação de vulnerabilidade. Ponderou a LOAS trazia que a Assistência Social se realizava de forma integrada às políticas sociais, garantindo as mínimas condições sociais. O Presidente discorreu sobre a necessidade de criar um marco legal que suprisse a lacuna provocada pelo avanço nas políticas, decidindo sobre aquelas entidades que estavam fora do setor, ponderando que o inciso 3º tinha muito a contribuir, considerando o avanço do mundo do trabalho. Encontrava serem fundamentais as contribuições do GT, sendo interessante abrir esse debate para consulta pública, mas, considerando o pouco tempo disponível, havia que construir essa regulação o mais rápido possível. A Conselheira Leila informou ter anotado as contribuições feitas, falando sobre o cuidado que o GT mantinha frente a essa matéria, como também, não permitiriam diminuir a importância da LOAS. Falou

sobre as sugestões feitas destacando a cautela do GT em estudar antes as matérias para depois construir uma proposta, discorrendo sobre o que havia motivado esse GT. Ponderou que diante das dúvidas surgidas, o GT havia proposto levar para a Comissão de Normas, de Comissão de Políticas e Conselhos, discutir e pacificar para os Conselhos Municipais o acolhimento dessas entidades, considerando que o CNAS não havia feito nenhuma tratativa quanto não apenas à questão da promoção e integração ao mercado de trabalho, como também, o que cabia às entidades de assessoramento, defesa e garantia de direitos, começando a caminhar nesse sentido. Que havia que ter a cautela suficiente para não excluir entidades, conforme estava no registro desse GT, questionando aquelas que haviam aderido ao Jovem aprendiz e não ao ProJovem, o que gostariam de conhecer. A Conselheira Leila ponderou que tudo isso havia sido discutido cuidadosamente, sendo que o foco do grupo era discutir e oferecer subsídios para que o Conselho decidisse o que cabia à Assistência Social em relação ao inciso 3º e ao artigo 2º. Que não cabia ao Grupo tratar sobre a preocupação de entidades que executavam o Jovem Aprendiz em relação à certificação, pauta que já estava definida. Destacou que a proposta do GT havia sido encaminhada para a Presidência Ampliada, acreditando que a Comissão de Normas traria a sua proposta, assim como as demais comissões, para não prejudicar a entidades e nem os jovens que estavam nesses programas. O Conselheiro Clodoaldo ponderou que essas entidades se configuravam, do ponto de vista legal, como uma entidade de Assistência Social, não auferindo lucros e visando o benefício do cidadão, como as demais. Ponderou que como o Conselho poderia ajudar para que essa entidade se atualizasse e seguisse atendendo o cidadão, fazendo parte da luta da Assistência Social. A Conselheira Leila ponderou que essa fala estava contemplada na preocupação do GT, construindo-se uma proposta de transição, com essas entidades podendo se reorganizar e ficar bem claro seu papel. Destacando o grande volume de trabalho que correspondia ao GT, observou não saber se a prorrogação solicitada seria suficiente. O Conselheiro Antônio Castro manifestou-se contemplado com a fala da Conselheira Leila, discorreu sobre a situação anterior e atual da política do trabalho, ponderando que essas entidades que trabalhavam como instituições de assistência social poderiam ser incluídas por outros argumentos e não pelo texto do inciso em tela. O Conselheiro Renato Saidel ponderou que ainda não haviam tomado nenhuma decisão, visto que a Comissão não dispunha de elementos suficientes para isso, apenas que haviam estudado a legislação sobre aprendizagem e que era voltada para o mercado de trabalho, discorrendo sobre os aspectos que deveriam ser considerados. Ponderou que estavam preocupados com a atividade prática da entidade, dando um período maior para o relatório de atividades e o plano de ação, sendo essa a visão da Comissão. Observou que se aprofundariam sobre o assunto e trazer um posicionamento, devendo ter tranquilidade para se analisar essa situação, estando abertos para receber as instituições que tinham a ver com a PNAS. Ponderou que tinham uma regra geral, que era a Política, a LOAS, a NOB, tentando-se estabelecer alguma coisa a partir desses princípios. Com respeito à preocupação do Presidente sobre as pessoas com deficiência, poderiam trabalhar a questão dessa inserção no mercado de trabalho, trazendo uma proposta com relação à vida comunitária após o relato da Comissão de Normas, mas que estavam se debruçando sobre esse tema. Concluindo, o Conselheiro Renato Saidel destacou que as ações do Conselho nas Comissões eram no sentido de

contemplar todos os anseios e com sua decisão devendo ser respeitada. Que os Conselheiros poderiam enviar suas contribuições por e-mail, ou participar das reuniões para que pudessem colaborar e participar da discussão. O Conselheiro Clodoaldo ponderou que a Comissão deveria ser o prazo ampliado, inclusive para ouvir as organizações, conforme sugerido pelo Presidente. A Conselheira Leila citou as entidades sugeridas para serem ouvidas, fazendo-se uma reunião mais ampliada com a questão da economia solidária. Propôs, frente a todas as sugestões feitas, que o GT tivesse a liberdade de refazer novamente sua agenda na próxima reunião a partir das contribuições feitas, podendo fazer um excelente trabalho, incluindo e não excluindo, mas também deixando claro o que era da Assistência Social. A Conselheira Maria Auxiliadora falou que não seria apenas o deficiente a ser incluído no mercado de trabalho, sendo preciso capacitar a todos os segmentos que estavam fora desse mercado. O Conselheiro Wagner relatou o Fórum que discutia várias temáticas, incluindo a Lei do Aprendiz, inclusive no campo da Assistência Social, podendo trazer subsídios para esse trabalho. A Conselheira Leila indicou que faltava incluir essa última contribuição do Conselheiro Wagner, tendo sido acolhidas as considerações, solicitando que na próxima Plenária pudessem rever todas essas habilitações e trazer os relatos em cada reunião do CNAS. Lembrou que haviam solicitado uma prorrogação de 120 dias desse GT, o que deveria ser deliberado, ao que o Presidente informou que estava como encaminhamento na memória. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião, convidando a todos para retornarem no dia seguinte às 9h. **ABERTURA.** Aos catorze dias do mês de abril, o Presidente reiniciou a 189ª Reunião Ordinária do CNAS, solicitando à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na Titularidade: Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Conselheiro Antônio Santos Barbosa Castro, Conselheiro José Ferreira Crus, Conselheira Célia Mota de Carvalho, Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, Conselheira Maria do Carmo Touroinho Ribeiro, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes e Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria. Conselheiros Suplentes: Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa, Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Conselheira Leila Pizzato, Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Conselheiro José Araújo da Silva, Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos. O Presidente passou ao **Relato da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social**, pela ex-Presidente do CNAS, Valdete de Barros Martins, proposta que seria trabalhada na reunião do dia seguinte com os Conselhos Estaduais, dando as boas vindas à toda a equipe. A Sra. Valdete agradeceu a oportunidade por debater a VIII Conferência Nacional, tirando um documento que pudesse respaldar as Conferências Municipais e Estaduais e, conseqüentemente, a Nacional. O Presidente solicitou ao Conselheiro Renato de Paula que procedesse à leitura do segundo item da memória, objeto de apresentação da Sra. Valdete, retornando posteriormente aos demais: *“Memória da Comissão Organizadora. Hora: de 9h às 18h. Local: CNAS. Conselheiros presentes: Carlos Eduardo Ferrari; Eulália Barbosa (manhã); Frederico Jorge de Souza Leite; José Araújo da Silva; José Ferreira Crus; Marisa Rodrigues da Silva. Ausências justificadas: Eutália Barbosa (tarde); Renato Francisco dos Santos Paula; Renato Sidel Coelho. Convidados: Valdete de Barros Martins - Coordenadora Geral da Relatoria; Beatriz*

*de Paiva - Relatora Geral; Roberta Caldo - Representante da Ascom/MDS. Secretaria-Executiva do CNAS: Christianne Camargo Menezes; Jamile Maria Boueres Calado; Liliane Neves e Maria Auxiliadora Pereira.*

*2. Relatoria da VIII Conferência Nacional: Valdete de Barros Martins, Coordenadora Geral da Relatoria e Beatriz de Paiva, Relatora Geral, apresentaram as Orientações Gerais (passo-a-passo) para o processo de realização das conferências de assistência social nos municípios, estados, Distrito Federal e Nacional. Os integrantes da Comissão Organizadora fizeram considerações quanto ao conteúdo, ajustados posteriormente pela Relatoria, para apreciação da Plenária. **Encaminhamentos:** 2.1. A Secretaria-Executiva enviará para os integrantes da Comissão Organizadora o documento 'Orientações Gerais para o Processo de Realização das Conferências de Assistência Social nos municípios, estados, Distrito Federal e Nacional' 2.2. Os integrantes da Comissão Organizadora terão o prazo até dia 8 de abril para enviar suas contribuições ao CNAS. 2.3. A Relatora terá o prazo até dia 11 de abril para sistematizar as contribuições dos integrantes da Comissão Organizadora e enviar para o CNAS, para que o documento seja remetido imediatamente a todos os Conselheiros do CNAS".*

*A seguir, passou para a Conselheira Valdete, que falou sobre o documento: "Feito o relato da Comissão eu quero só esclarecer o seguinte, com relação ao prazo nós tivemos até agora duas reuniões com a Comissão Organizadora, então com relação ao prazo, de fato encaminhei dia 12 ao Conselho porque nós recebemos sugestões até dia 9, passou um pouquinho do prazo. Mas isso é bom porque com certeza alguns integrantes da Comissões contribuíram e isso é importante para nós e conseguimos ajustar o documento e encaminhar para a Mercês enviar a todos os Conselheiros e Conselheiras para ter a idéia do documento como um todo. Como nós estamos pensando aqui para fazer a apresentação, e aí fazer uma apresentação, evidentemente, de forma mais didática para vocês compreenderem, porque acredito que todo mundo recebeu o documento e percebe que é um documento extenso, ele ficou um documento com 70 páginas. Mas por que a idéia de se pensar um documento que possa trazer a orientação, de fato, para a realização da VIII Conferência incluindo aí aquilo que nós estamos denominando metodologia, tema, subtema, objetivos, roteiro para discussão e os instrumentais que serão utilizados para o relatório das Conferências e o levantamento das mobilizações. E o documento também ponteia, a gente está trazendo esta idéia já da VII Conferência que é uma reflexão sobre o que significa uma Conferência, para que serve a Conferência. Porque nós sabemos que na assistência social, como em outras políticas, os Conselheiros entram e saem de todos os segmentos, governo e sociedade civil. Então, na realidade, é um documento que fica com a intenção de orientar para a Conferência, para se ter um resultado e também para já capacitar, esclarecer algumas dúvidas. Ele tem uma parte deste documento que vai orientar o município, especialmente o município de como ele chama esta Conferência, desde que ato tem que ser feito para chamar a Conferência, como se organiza uma mesa, como são as moções, então é um documento, de fato, orientador. Nós havíamos denominado, como foi denominado na Conferência passada de passo a passo. Aí o Conselho acho que deveria pensar se vai ser esta a denominação do documento, a Comissão imagino que tenha sugerido a permanência deste nome, ou se ele fica como uma documento orientador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Aí já precisamos pensar isso. Então feito isso vou passar aqui para a apresentação do documento e aqui ficaram 20 páginas, a*

gente fez um esforço de trazer para esta apresentação só o conteúdo que vai envolver tema, subtema, roteiro e os instrumentais, que acho que nós temos que nos deter nisso. E depois os Conselheiros podem ler o restante do conteúdo para ver se tem alguma coisa em que podem contribuir. Então seguindo aqui, a Dorinha que vai me ajudar a ir passando? Jamile. Por favor, Jamile, aqui no primeiro momento a gente traz aqui o sumário, que é um sumário extenso porque está bem detalhado, acho que vocês já têm cópia em mãos para acompanhar. No primeiro item a gente traz referenciais históricos da Política de Assistência Social, estamos propondo a linha do tempo da Assistência Social resgatando da LDA até o SUAS. Depois um item que vai falar do marco legal trazendo aqui a referência das principais legislações que norteiam a Política de Assistência Social. Depois no item quatro nós já entramos especificamente na Conferência Nacional de Assistência Social onde a gente tem o tema, subtema, objetivo geral, específico, cronograma, o item que trata da questão da mobilização, entendendo que este item da mobilização é muito importante porque nós precisamos cada vez mais aprimorar o processo de mobilização com a participação dos usuários, especialmente. Então este item 4.6 vai detalhar a mobilização das Conferências Municipais, Conferências Estaduais e do Distrito Federal. A seguir vem um roteiro para discussão dos subtemas, o que podemos denominar também de ementa, ou seja, aquilo que a gente detalha, tem um eixo, um subeixo e estamos detalhando este subtema. O resultado, o que esperamos do resultado do processo de realização das Conferências. Já o item 5 é o item que se refere, realmente, a esta reflexão sobre as Conferências Municipais de Assistência Social, para entender o que são as conferências, o que são as Conferências de Assistência Social, as Conferências Nacionais que já foram realizadas, trazendo o tema destas Conferências, quem deve participar destas conferências, quem são os usuários, as entidades, os trabalhadores. Rapidamente, o que significa participar, o que é controle social, quais as dimensões do controle social, por que o usuário deve participar, o que significa ser protagonista para efetivação das Políticas Públicas, qual o papel dos Conselhos de Assistência Social na participação democrática, qual a relação entre o direito à Assistência Social e o tema da VIII Conferência Nacional. Qual o fundamento legal para a realização das Conferências de Assistência Social? Então como os senhores percebem, este item trata especificamente de trazer, é um chamado à reflexão sobre o papel das Conferências, especialmente do controle social na assistência social. O próximo item, que é o processo de realização das Conferências de Assistência Social, aqui é que oriento aos municípios em como organizar esta Conferência. Preparando a Conferência, como deve ser realizada a convocação da Conferência, quem organiza a Conferência, onde buscar subsídios para o planejamento e realização das Conferências, como mobilizar e qualificar a participação das Conferências em 2011, como divulgar os movimentos de mobilização e a Conferência. Realizando a Conferência Social, dos procedimentos. Então aqui trazendo qual o tempo ideal para a realização da Conferência, como deve ser o credenciamento, como se organiza a abertura oficial, qual a função do Regimento Interno na Conferência Municipal, o que deve ser considerado para as apresentações culturais, como devem ser realizados os painéis, por que são realizados Grupos de Trabalho, o que é a Plenária ao final da Conferência Municipal, quem participa da Conferência Municipal, quem pode ser delegado em uma Conferência, quem são os convidados e observadores, quem poderá ser eleito delegado para Conferência Estadual, como deve ser o processo de

*eleição de delegados para a Conferência Estaduais, o que são moções. Então aqui é um pouco do passo a passo para realizar a Conferência, isso nós estamos trazendo, na VII Conferência nós já tínhamos este roteiro, a gente só teve uma revisão, acrescentou algumas coisas novas, mas nós sentimos ainda a necessidade de que o Conselho possa ter um documento que realmente oriente os municípios, é neste sentido. Depois, no final deste item tem a elaboração do relatório final da Conferência Municipal, a elaboração dele e o encaminhamento do relatório final da Conferência. Então estes são os itens. O item 7 é especificamente do relatório final que vamos tratar aqui, dos instrumentos, da municipal, da estadual e do Distrito Federal. Considerações e recomendações finais, que entra a questão do anexo, a questão da acessibilidade e depois aqui como anexo nós temos um conjunto de anexos que vão desde a minuta do Decreto de convocação, como deve ser. Na realidade estamos entendendo como uma sugestão aos municípios, evidentemente não é nenhuma cartilha que o município tenha que seguir, mas é uma orientação porque alguns municípios têm dificuldades para realizar e organizar suas Conferências. Informes do CNAS, que já foi o primeiro informe, que é a questão da acessibilidade, está incluído aí, modelo de ficha de credenciamento e participação na Conferência Municipal, minuta de Regimento Interno da Conferência Municipal, modelo de ficha de avaliação da Conferência, modelo de relação dos delegados da VIII Conferência Nacional, ficha de inscrição dos delegados, propostas aprovadas na Plenária final da VII Conferência, trazendo o resultado, os dez direitos socioassistenciais, Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais. Distribuição dos delegados estaduais da VIII Conferência Nacional por Unidade da Federação, distribuição dos delegados municipais à VIII Conferência por Unidade da Federação. Então este é o documento todo. Como vocês percebem ele é um documento que tem muitas informações importantes. Com relação aos anexos nós precisamos avaliar a necessidade de incluir algum anexo ou se tem algum anexo que pode ser retirado. Aí acho que é uma avaliação da Plenária. Bem, então nós vamos partir aqui para a apresentação do que estamos considerando essencial para este debate aqui com o Conselho. Bem, o tema nós estamos, e aqui já fazendo mais uma vez a ressalva de que a contribuição da Comissão Organizadora já está posta neste documento, os Conselheiros e Conselheiras que contribuíram nós já colocamos aqui as contribuições, já foram incorporadas de forma que se houver novas contribuições nós vamos incorporar isso no período da tarde para amanhã fazer a apresentação para os Conselhos Estaduais. O tema, “Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores”, a partir da definição do tema maior. Os subtemas, isso até já está na estruturação da gestão do trabalho no SUAS, reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais, fortalecimento da participação do controle social, a centralidade do SUAS, acho que faltou aqui um D, na erradicação da extrema pobreza no Brasil. Os subtemas com o objetivo geral. Avaliar e propor diretrizes para o aprimoramento da gestão do SUAS na perspectiva da valorização dos trabalhadores e da qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios com objetivo específicos, e aí olhando para os subtemas, avaliar os avanços obtidos na gestão do trabalho no SUAS, seu financiamento e propor estratégias para implementação da NOB/RH com mecanismo para qualificar os serviços e consolidar o SUAS no Sistema de Proteção Social não-contributivo brasileiro. Avaliar a qualidade da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social sob a lógica do trabalho articulado em rede, entidades*

socioassistenciais e unidades estatais, do protagonismo e participação dos usuários e da valorização dos trabalhadores. Propor estratégias para o fortalecimento do alcance das atenções ofertadas pelo SUAS no processo de erradicação da extrema pobreza definindo articulações intersetoriais prioritárias e formas de financiamento adequadas. Avançar na propositura de estratégias para a consolidação da participação e do controle social na Assistência Social, como eixo estruturante do SUAS, para o fortalecimento do protagonismo dos usuários e para valorização dos trabalhadores. Então nós construímos quatro objetivos específicos. Então aqui já é o roteiro para discussão dos subtemas. Aqui, como eu disse, a intenção é de trazer o conteúdo que deve ser tratado em cada subtema destes, é uma sugestão, quem vai fazer a palestra, quem vai organizar a Conferência ter este detalhamento como uma referência, do que deve ser tratado neste subtema. Primeiro. Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS: concepção da gestão do trabalho no SUAS; significado do trabalho social e Política de Capacitação; organização dos trabalhadores e controle social; compromissos dos entes federados para implementação da NOB/RH e na gestão do trabalho; equipes de referência e serviços socioassistenciais; metas estabelecidas no Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual; indicador do CRAS (IDCRAS). Vamos ler tudo? Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais. Este subtema ficou extenso, mas é importante que ele possa figurar aqui: centralidade da oferta dos serviços com base na família e no território; avaliação da implementação do SUAS com base nas funções da Política observando o financiamento, a organização, regulação, responsabilidade, funcionamento e reordenamento dos benefícios nas três esferas de governo, tendo como referência a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; 4) Pacto de aprimoramento da gestão estadual; protocolo de gestão integrada de serviços e benefícios; indicador do CRAS do município; indicador do CRAS do estado; utilização do IGD nos municípios; utilização do IGD nos estados; Resolução nº 05/2010 da CIT (patamares de desenvolvimento dos CRAS); Resolução nº 08/2010 da CIT (procedimentos para os entes federados); as resoluções n. 23, 24, 237/2006 e 105 de 3 de dezembro/2009, resolução do CNAS; intersetorialidade; vínculo SUAS; participação dos usuários; Conferências Estaduais, como uma referência para se avaliar esta Conferência, Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual; apoio técnico e financeiro aos municípios; financiamento e repasse fundo a fundo; regionalização dos serviços socioassistenciais; proteção social na assistência social e segurança ofertadas pela Rede Socioassistencial pública e privada na satisfação das necessidades básicas; trabalhadores e aquisição dos usuários; integração entre serviço e benefício na perspectiva da erradicação da extrema pobreza, e; participação dos usuários no controle social. O próximo item, fortalecimento da participação e do controle social: contribuição da participação e do controle social no processo de consolidação do SUAS e na perspectiva da erradicação da pobreza; avanços e desafios dos conselhos de assistência social no Brasil pós SUAS; Limites e possibilidades da organização e participação dos movimentos sociais no SUAS na atualidade; estratégias utilizadas pelos municípios na perspectiva de potencializar participação dos usuários; participação dos usuários como condição para prevenção a riscos sociais. O último subtema, a centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil. Um item que vai precisar ser debatido que é pobreza e desigualdade, direitos humanos e direitos socioassistenciais; a participação do SUAS na geração de oportunidades com base no

*fortalecimento da liberdade e da cidadania; universalização dos direitos sociais na perspectiva da construção de um sistema de proteção social não contributivo; as últimas dimensões da pobreza e o desenvolvimento de estratégias para se enfrentamento; a intersectorialidade no desenvolvimento das Políticas e programas de enfrentamento à pobreza; a vigilância socioassistencial e o combate à pobreza. Bom, então este é o roteiro para orientar o debate nas Conferências Municipais e Estaduais e, conseqüentemente, na Nacional. O relatório, nós temos o relatório final da Conferência Municipal como um instrumental importante. O relatório, a proposta é que ele seja composto em duas partes, a primeira parte seriam as deliberações aprovadas na Conferência, registradas no quadro um e ficha do processo de construção das Conferências, em que teríamos três quadros, o quadro A, o B e o C. A sugestão já aprovada na Comissão é que para cada subtema deverão ser debatidas e aprovadas até três deliberações, considerando a co-responsabilidade dos três entes federados no SUAS de acordo com a abrangência da proposta. Deverá, na medida do possível, indicar a que esfera de governo cabe realizar para contribuir na viabilização da deliberação. Na última coluna deve-se registrar o período, que é o prazo, curto, médio e longo prazo para cada item. Então vocês podem perceber que tem aqui um quadro como proposta já, o quadro 1 que é o principal, das deliberações. Aí temos a parte dois do relatório que seria referem-se aos eventos de mobilização realizados. Nós entendemos que é importante manter estes quadros para saber como os municípios procederam, como foram os eventos com relação à mobilização, ou os eventos preparatórios para a Conferência Municipal. Então o quadro vai mostrar eventos de mobilização realizados, número de participantes, usuários, trabalhadores, entidades, representantes do governo, quais subtemas foram debatidos, se houve dificuldades para participar e avanços. A idéia é que se registre, isso foi bastante debatido na Comissão Organizadora, que se registre este processo de mobilização, como tem sido, se estamos avançando da VII Conferência para esta, já que a VII Conferência foi uma Conferência que tratou da questão do controle social. Então como estamos neste processo de controle social, estamos avançando? Os municípios estão tendo dificuldades? E nós vamos perceber depois, vamos explicar como fazer esta mobilização, uma sugestão de como os municípios podem realizar esta mobilização preparatória para a Conferência Municipal, porque acho que o espaço de participação do cidadão vai se dar na Conferência Municipal e tem que se dar nos espaços, nas unidades, nos serviços, sejam eles nas unidades públicas ou nas entidades socioassistenciais. Então o quadro A registra isso e o quadro B traz um detalhamento da programação e avaliação da dinâmica dos trabalhos na Conferência Municipal. Então traz data e local da Conferência, a programação, número de participantes trazendo os três segmentos e a representação do governo e avaliação da Conferência, pontos negativos e positivos que ficam a critério da relatoria do município para estar debatendo. Então uma observação, esta avaliação deverá conter a realidade do município em cada um dos subtemas tendo como subtema a síntese dos debates dos eventos preparatórios. A idéia é de que cada subtema deve ser debatido e chegar nos pontos fortes e fracos para a partir daí definir resultados esperados em cada esfera de governo. O quadro C, que é a avaliação dos subtemas na Conferência Municipal, então os quatro subtemas, a situação atual, resultados esperados no município, no estado e não União, então é um quadro de avaliação Então o próximo conjunto, o próximo relatório*

*já é o relatório da Conferência Estadual e do Distrito Federal. Também nesta etapa nós estamos prevendo quatro quadros, o primeiro, como já foi o da Conferência Municipal, que vai tratar da deliberação da Conferência Estadual. Então trazer as propostas, três propostas por subtema, indicar aqui as esferas de governo e a questão do prazo estabelecido aqui, observando ali abaixo que para cada subtema deverão ser debatidas e aprovadas até três deliberações. Explicando a parte 2 deste conjunto de quadros que vamos ler a seguir, que é o processo das mobilizações realizadas pelos municípios como forma de preparação para as Conferências Municipais. Então o quadro A vai ser o quadro que vai retratar, porque os municípios vão enviar para o estado um quadro onde vai retratar como foi o processo de mobilização para a preparação das Conferências Municipais. O quadro B, que é o processo das mobilizações já realizada pelo estado e DF, no esforço desenvolvido especialmente para ampliar e qualificar a participação nas suas Conferências, considerando o envolvimento de órgãos gestores estaduais, municipal, das políticas setoriais, habitação, saúde, educação e outras que fazem interface com a Assistência Social, Conselhos de Políticas Públicas e de direitos, fóruns e movimentos similares, entidades e organizações de âmbito estadual ou regional. Então percebam que temos dois quadros, um que vai relatar como foi o processo de mobilização das Conferências Municipais e o segundo que vai retratar como foi o processo de mobilização para as Conferências Estaduais. E o quadro C, que é apresentação da programação e sua dinâmica de trabalho, que é similar ao que vimos no município, a mesma coisa estamos sugerindo para o estado e o quadro D. Aqui estou passando os quadros porque vocês têm em mãos, o quadro A se refere à mobilização realizada pelos municípios, o quadro D a mobilização realizada pelo próprio estado, e o quadro C, que vai tratar da programação da Conferência Estadual, que é a avaliação dos subtemas na Conferência Estadual e/ou distrital, a mesma coisa do município. Então qual a diferença, só para a gente tentar entender os instrumentais. O município vai ter três relatórios, vai apresentar um relatório maior e mais quatro relatórios, o primeiro de deliberação e mais três que vão tratar da mobilização, como foi a mobilização, da programação e avaliação. E o estado quatro porque nós incluímos que seria necessário ter a síntese de como foi o processo de mobilização das Conferências Municipais e depois como o estado também mobilizou para fazer sua Conferência, então são quatro instrumentais para o estado. Então é isso a que demos bastante atenção neste processo de definição porque este é o que os municípios realmente querem em termos de organização da Conferência. A seguir a gente tem o cronograma que já está aprovado pelo Conselho, a gente está colocando aqui como uma referência e temos aí o item sobre mobilização das Conferências de Assistência Social. Não sei se é necessário fazer a leitura. É bom fazer a leitura ou não precisa? Não? A idéia, como eu já tinha mencionado, que a exemplo do que ocorreu no processo de mobilização da última Conferência, que a questão da mobilização foi um item bastante importante, destacado no sentido de que os municípios possam, de fato, qualificar esse debate, que eles possam levar este debate para os vários locais de serviços das unidades, dos programas, dos projetos para possibilitar a participação direta dos sujeitos fundamentais, que neste caso em que estamos falando hoje é dos usuários e trabalhadores. Então para o município criar estratégia, isso aqui é muito mais para estimular, sensibilizar o município para ele se mobilizar neste processo preparatório da Conferência Municipal. O*

*segundo a gente está tratando da organização da mobilização das Conferências. Aqui ainda neste documento estamos trazendo exemplos, identificar onde pode ser feito, se pode ser feita uma pré-Conferência. Plenária, palestra, debate público, reunião, encontro temático, podem ter várias formas de o município realizar um evento preparatório, então aqui estamos sugerindo. E aqui detalhando bastante os serviços, os vários serviços que nós temos, que os usuários devem ser chamados. Para as Conferências Estaduais a mesma coisa, o documento está sem paginação, acho que foi a pressa que não colocamos. Organização para as Conferências Estaduais também, ela já te dá de uma outra forma, em outros espaços porque já houve toda uma preparação para a Conferência Municipal, a Conferência Estadual e a do Distrito Federal se dá de outra forma. No final a gente acrescentou a distribuição dos delegados, como já está aprovado, só como referência, delegados estaduais da VIII Conferência e a distribuição dos delegados municipais da VIII Conferência".* A Sra. Valdete colocou-se à disposição para os questionamentos, com o Presidente sugerindo que discutissem item a item. O Conselheiro Clodoaldo propôs que no documento constasse o conceito de pobreza e de extrema pobreza e qual o corte, por estarem trabalhando nessa nova propositura do governo. A Sra. Valdete esclareceu que esse sumário trazia as partes essenciais do documento, não iniciando pelo tema. A Conselheira Simone, cumprimentando e parabenizando a equipe, destacou o 4º, processo de realização das Conferências Municipais de Assistência Social, sendo que no processo de realização das Conferências duas coisas lhe incomodavam: primeiro, o direito dos delegados, tendo que se discutir tudo a que tinham direito para participar da Conferência; e, segundo, no processo de realização das Conferências Municipais, sobre como devia ser o espaço de realização, relatando os problemas encontrados quanto à acessibilidade. O Presidente lembrou que haviam resgatado da última Conferência o Manual de Acessibilidade, sugerindo seu encaminhamento e também reforçar dentro do documento. O Conselheiro Clodoaldo indicou o nº 5, Conferências Municipais de Assistência Social, tendo no item 5.11, por que o usuário deve participar, faltando uma pergunta sobre quem financiaria a participação do usuário, considerando as suas dificuldades de participação. Item 4.6. O Conselheiro Renato de Paula indicou que já haviam feito algumas considerações no sumário e agora entrariam no documento, com o primeiro item sendo o tema, sugerindo como lema *"Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores"*. A Sra. Valdete falou sobre a legislação que definia o tema da Conferência que era muito longo, criando-se uma logomarca e um lema indicando pelo Conselheiro Renato de Paula, que complementou esse esclarecimento, com a Portaria em seu artigo 3º estabelecendo o escopo temático dessa Conferência, que trataria *"sobre os avanços da consolidação do SUAS com a valorização dos trabalhadores e a qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios"*. Neste sentido, para unificar os debates em âmbito nacional sugerimos como tema, aí que vem *"Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores"*. Que a sugestão do lema não se chocava com essa norma, sugerindo incluir nesse texto a menção à Resolução e ao nome constante e concluir com esse mesmo parágrafo *"neste sentido usaremos o lema"*. O Presidente indagou se havia alguma observação sobre os subtemas. Em não havendo, passou para Roteiro, com o Conselheiro Renato de Paula observando ter sentido falta de um vínculo no roteiro das discussões respeito às metas do Plano Decenal. A Sra. Valdete esclareceu que no subtema sobre reordenamento e

qualificação dos serviços aparecia a questão do Plano Decenal, o que não ocorria nos demais temas. Entendia que essa sugestão era para se fazer uma revisão para que as metas do Plano Decenal pudessem aparecer em todos os subtemas, podendo fazer esse destaque antes de iniciar a discussão dos subtemas. A Conselheira Simone destacou que essa parte do texto havia ficado muito boa, dando algo mais concreto para as Conferências Municipais e Estaduais e trazendo elementos que davam uma direção para essa Conferência, citando os elementos que valorizavam as políticas sociais e econômicas. Observou que faltava dar uma direção para a importância do componente da gestão para qualificar o serviço, além de outras questões bastante importantes, devendo se verificar o que gostariam que viessem dos municípios, mas também da própria avaliação da política estadual, devendo, também, pegar as prioridades do Pacto e colocar todas, assim como a capacitação, que estava faltando. Com relação à questão da centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza não havia como colocar a linha a ser seguida, visto que o governo ainda não havia definido suas orientações, o que seria feito tão pronto fossem indicadas, com os três eixos que comporiam a Política de Erradicação da Extrema Pobreza no Brasil estando inseridos. A Sra. Valdete discorreu sobre o roteiro dos subtemas que haviam trabalhado, esclarecendo cada um dos mesmos e seus objetivos. Indagou, indicando a vigilância, se seria oportuno colocar entre parênteses as funções da Política e se seria suficiente, conforme indicado pela Conselheira Simone. A Conselheira Simone informou que uma das discussões que estavam fazendo, inclusive na NOB-SUAS era que não dava para se falar em melhoria da qualidade dos serviços se o município não tivesse sua gestão organizada, o que era preciso avaliar. Que observavam que não havia uma preocupação do planejamento das ações colocadas no orçamento, sem o que não se conseguiria melhorar a qualidade dos serviços, com as equipes estando sobrecarregadas. A Conselheira Valdete informou que o Conselheiro Renato Saidel havia feito a correção ortográfica do documento, que informou ter feito uma observação na primeira versão do documento como ponto de discussão dos subtemas se as deliberações das Conferências anteriores haviam sido implementadas, o que havia sido motivo de cobrança na Conferência anterior pelos estados e municípios, o que poderia ser feito em um espaço na Conferência. A Conselheira Eutália manifestou ter sentido falta, de que nas etapas estaduais e municipais seria avaliado o processo de implantação do SUAS na própria localidade, o que deveria ser orientado, propondo-se um instrumental de relatório que não prejudicasse essa avaliação. Dirigindo-se à Conselheira Simone, falou sobre o tema da erradicação da pobreza no Brasil, pensando que se poderia trazer os eixos que apesar de colocados ainda não haviam sido apresentados pela Presidente Dilma para contribuir com o debate, mas concluindo que deveria ser como estava posto, relacionar esse tema com o campo de atuação, relacionar a questão do combate à pobreza com o que era a especificidade da Política de Assistência Social na garantia dos direitos socioassistenciais. A Conselheira Célia manifestou-se contemplada com as falas das Conselheiras Simone e Eutália, sugerindo que no roteiro fossem mais específicos para garantir que as Conferências Municipais e as Estaduais, em especial, não fossem apenas um consolidado das Municipais. O Conselheiro Sérgio Wanderly ponderou que, dadas as circunstâncias, teriam que tratar a questão regional no estado, a questão do co-financiamento, o que era mais falta de tratar do que aquelas questões próprias do estado. O Conselheiro José Crus ponderou que estavam

misturados assuntos da Conferência Estadual com a da Municipal, podendo se separar, citando, regionalização, IGD, e tendo questões que eram próprias dos estados e poderiam confundir os municípios. A Sra. Valdete observou que com a fala da Conselheira Eutália poderiam ampliar um pouco mais a idéia, de debater que a Conferência Municipal tivesse um olhar para a caminhada do SUAS naquele município, podendo melhorar a redação e reforçar essa determinação, chamando a atenção do município para esse processo. Com relação ao colocado sobre a extrema pobreza, apesar de não ter sido oficialmente lançado, poderiam deixar um espaço para o tema, discorrendo como esse assunto poderia ser tratado pelo palestrante. Destacou que o propósito dos subtemas era orientar quem faria a palestra, podendo orientar quem debateria os temas nos vários lugares. A Sra. Valdete ponderou que se fossem apenas reorganizar poderiam fazer, mas se fosse questão de conteúdo teria que ser na Plenária, indagando ao Pleno se poderiam consultar a degravação para essa correção. A Conselheira Simone concordou com a Conselheira Eutália que não se deveria colocar os eixos do programa no documento, mas tendo que tomar cuidado ao se reordenar, para não parecer que qualificar o serviço do município não tinha nada a ver com apoio técnico, que estava colocado no quadro que o estado tinha que ofertar para o município. Ponderou que o formato que talvez fosse mais interessante era que os municípios pudessem discutir na competência de cada estado as prioridades elencadas no Pacto de Aprimoramento da Gestão, discorrendo sobre a questão. Com relação a separar os assuntos de Conferência Municipal e de Conferência Estadual, tendo que deixar claro que as prioridades colocadas no Pacto eram de responsabilidade do Governo Estadual. O Conselheiro José Crus indagou se receberiam algum material no dia seguinte, com o Presidente esclarecendo que seria em formato digital. Passou a discutir o relatório a partir do município, com a Conselheira Simone indagou ao GT se havia feito cenários do que significavam três deliberações para cada um desses subtemas, indicando o grande número de propostas que demandaria, indagando se havia sido feita uma prospectiva da quantidade de propostas prováveis de chegar na Conferência Estadual. Observando que essa Conferência não era de planejamento, não cabia discussão de curto, médio e longo prazo, o que estava no Plano Decenal. O Conselheiro Renato Saidel questionou se havia que entrar nesse nível de detalhamento das propostas que seriam encaminhadas para o estado, o que já havia sido feito na Conferência passada e se havia sido satisfatório ou não, para manter ou alterar. Ponderou que o Pleno deveria se posicionar, ao que o Conselheiro Pedro Ost observou que, considerando o número final, não era tão simples para os grandes municípios. A Sra. Valdete observou que o que deveria ser questionado dessa Conferência era que resultados queriam na implementação do Sistema Único de Assistência Social, tendo um tema bastante extenso, e com o Conselho tendo elegido quatro subtemas que estavam detalhados, com quatro grandes objetivos específicos, a partir do que havia que se pensar no que se queria. Com respeito ao número de propostas era favorável que se definisse quantas deliberações queriam de cada Conferência para poder nortear o município e para o estado. Com relação ao prazo também concordava, mas era um debate que havia sido feito na Comissão, que estava trazendo resultados e com esse documento expressando o debate da Comissão Organizadora e sugerindo trabalhar com prioridades ao invés de prazos, conforme a VI Conferência Nacional. A Conselheira Simone falou sobre o que era esperado dessa

Conferência, destacando a importância de profissionais concursados para poder se falar em SUAS, e o que se faria para essa situação, fazer o modelo para tipificação dos serviços, sugerindo que usassem os mesmos critérios da última Conferência para tirar a proposta da municipal para a estadual e da estadual para a nacional, sendo três propostas para cada município nos eixos colocados. A Sra. Valdete ponderou que na anterior não havia a questão do prazo ou prioridades, sendo três propostas por esfera, relatando o que havia sido feito no evento anterior e poder se chegar a um consenso. O Presidente ponderou que seria importante avaliar a prioridade, o tempo e o prazo para provocar o debate. A Conselheira Valdete referiu-se ao material da última Conferência, informando ter sido até três propostas para o estado e o município ficava livre no sentido de deliberar o número de propostas que quisesse, discorrendo sobre essa questão. Destacou que na reunião do dia seguinte os Conselhos Estaduais produziram sua orientação para as Conferências Municipais com base no que o CNAS estaria propondo. A Conselheira Simone concordou com a Sra. Valdete, sugerindo que na reunião do dia seguinte discutissem a Conferência Municipal e se deixaria para discutir o instrumental de Conferência Estadual no próximo encontro. Que poderiam também acordar o calendário dos eventos nessa oportunidade, não sendo bom que as Conferências Estaduais acontecessem antes das Conferências Municipais, ao que o Presidente indicou que fosse colocado um piso de início para as Estaduais, o que não estava indicado, apenas o prazo de fim para as Municipais. A Conselheira Valdete manifestou sua preocupação com relação aos informes repassados, sendo que a proposta da Conselheira Simone era que ao invés de ter um documento que orientasse a Conferência como um todo, deixaria de fora a orientação para a Conferência Estadual, a qual já tinha um tema. Observou que os Conselhos Estaduais já saíam pensando em como se organizariam para apoiar as Conferências Municipais, e conseqüentemente, como pensariam sua Conferência. Destacou que seria melhor se já tivesse um instrumental, uma metodologia que os pudesse ajudar, tendo que se pensar mais a curto prazo, fechando as orientações para o município e não deliberando o número de propostas da Conferência Municipal, que deliberaria quantas fossem necessárias por subtema, de acordo com o debate que ocorresse, mas sendo preciso ter um indicativo de data para trabalhar a questão das Conferências Estaduais. A Conselheira Simone ponderou que em sua opinião o instrumental da Estadual presente era o somatório das Municipais, encontrando que se conseguissem mais um mês para refletir no instrumental da Conferência Estadual como Conferência Estadual e não como somatório das Conferências Municipais. Observou que a Conferência Estadual ainda estava distante, propondo que não levassem o instrumental, com o rumo estando nas ótimas orientações para essa. O Conselheiro José Crus indicou que a Comissão Organizadora havia tido apenas duas reuniões com a Sra. Valdete e com a professora Beatriz Paiva, concordando com a Conselheira Simone de prorrogar por mais um mês o instrumental para a Conferência Estadual, fazendo-se a reunião e lhes repassando as orientações. Que assim a Comissão teria mais tempo para discutir e validar esse instrumental e trazer no próximo Pleno. O Presidente complementou que na reunião do dia seguinte poderiam escutar para se aprimorar o instrumental, questionando qual o encaminhamento final, se incluiriam ou não a questão do tempo. A Sra. Valdete esclareceu que se mantinham os instrumentais, mas deixando livre esse número de propostas por

subtema para o município e como não tinha prazo também não teria prioridade. Que se manteria o instrumental nos quadros, sendo importante registrar como vinha sendo sido feito esse processo de mobilização para a realização da Conferência Municipal, falando sobre os dois instrumentais propostos, um para registro da mobilização das Conferências Municipais e outro para as Estaduais. Relatou a pergunta que havia nascido na Comissão: o que o Conselho Nacional faria com essas importantes informações, se não teriam um banco de dados. Indicou que viria para o CNAS o resultado das deliberações do estado e da Conferência Estadual, com apresentação desses resultados por um convidado, o que gostariam que continuasse. Destacou que no seu entendimento permaneceriam com quatro instrumentais para o município, com o estado já tendo como orientar a Conferência dos municípios, recebendo os documentos para isso. Concordava que poderia adiar mais e trazer os instrumentais com os quais o estado poderia trazer como resultado das Conferências Municipais. A Conselheira Eutália colocou seu entendimento, observando que a etapa municipal era muito importante, pois refletiria nos outros momentos desse processo de Conferência. Entendia que seria apresentado um instrumental que seria importante para os estados e municípios, com o envio de quantitativo de propostas dando-se no âmbito dos estados, o que seria importante que fosse colocado na reunião do dia seguinte. A Sra. Valdete destacou que era preciso fechar o prazo que os Conselhos Estaduais teriam para enviar o relatório, o que não constava no documento, destacando que o prazo final para a Conferência era 14 de outubro. O Conselheiro Clodoaldo sugeriu que essa questão fosse acordada com os Conselhos Estaduais, com a Secretaria-Executiva presente à reunião podendo determinar a data limite, com a Conselheira Simone indicando que teriam que estabelecer essa data, considerando o relatório final a ser feito e todos os procedimentos s serem tomados com respeito ao material, com a concordância do Conselheiro Clodoaldo. A Conselheira Simone reiterou os procedimentos que eram tomados em cada Conferência, para o que havia que ter planejamento, reiterando sua sugestão sobre o prazo. O Conselheiro Renato de Paula observou que havia apenas o calendário das Conferências Municipais e Estaduais, tendo que se detalhar essa questão de entrega e recebimento para posteriormente se conversas com os estados. A Secretária-Executiva falou sobre os procedimentos adotados anteriormente, sendo necessário que fechassem uma data para o recebimento dos relatórios estaduais pelo Conselho Nacional. A Sra. Valdete concordou com essa colocação, indicando que alguns estados não conseguiam cumprir os prazos estipulados e solicitavam prorrogação para envio do relatório. Relatou que alguns Conselhos realizavam a Conferência Municipal e Estadual em um ano e a Nacional em outro, concordando com que o prazo para preparar uma Conferência Nacional tinha que ser maior. A Conselheira Eutália informou ter calculado o prazo necessário, tendo que fixar a data de 22 de outubro para a entrega dos relatórios, concordando que havia que fixar esse prazo, visto que todos queriam ver o resultado das Conferências de seu estado refletido no relatório para ser debatido na Conferência Nacional. O Conselheiro Clodoaldo destacou a importância de parceria entre a Secretaria-Executiva e os Conselhos Estaduais para que não surgissem problemas no decorrer dos procedimentos, considerando as dificuldades existentes. Destacou que à medida que o CNAS dialogasse com os Conselhos Estaduais, os mesmos fariam isso com os Municipais, sendo que o prazo

dato até 7 de agosto deveria ser reiterado. Após colocações do Conselheiro Renato de Paula, o Presidente ponderou que gostaria de levar de modo seguro, deliberado e aprovado as deliberações para a reunião com os Conselhos Estaduais, com a concordância do Conselheiro. Prosseguindo, o Conselheiro Renato de Paula prosseguiu com o item mobilização do Relatório, com a Sra. Valdete complementando que quanto à distribuição dos delegados haviam anexado o que já havia sido aprovado pelo Conselho. O Conselheiro Renato Saidel referiu-se á tabela sobre os critérios quanto aos delegados, conforme conversado pelo Sr. Luis Otávio, o que muito facilitar na organização das Conferências Estaduais. O Presidente passou para o item 1 da memória, com o Plano de Comunicação, com leitura pelo Conselheiro Renato de Paula: *“1. Plano de Comunicação da VIII Conferência Nacional de Assistência Social (anexo). Roberta Caldo representante da ASCOM/MDS, apresentou o Plano de comunicação da VIII Conferência Nacional da Assistência Social, anexo, destacando as seguintes ações e divulgação: Publicidade: - Criação da logomarca e finalização da arte para o material a ser utilizado na Conferência Nacional (cartazes, crachá, pasta, bloco de anotações, painel de fundo para stand de credenciamento, banner, fundo de palco). Eventos: acompanhar junto à empresa vencedora a disposição dos espaços físicos (estandes, salas para oficinas, safa de apoio, secretaria do evento, sala de imprensa, área para alimentação dos paiticipantes, credenciamento e feira). Durante o período da Conferência a equipe de Relações Públicas acompanhará a realização de todo o evento. Produção do roteiro do evento, Mestre de Cerimônias para a abertura, e reunião com a Presidência da República (caso a Presidenta compareça à cerimônia) Comunicação eletrônica: HotSite; transmissão do evento pela internet, desde que esteja previsto no Termo de Referência. cobertura do processo de Conferências de 2011: Conferências Municipais (2 de maio até 7 de agosto de 2011); Conferências Estaduais e do Distrito Federal: (prazo final para realização até 14 de outubro de 2011); VIII Conferência Nacional: (7 a 10 de dezembro de 2011). Pós Conferência Nacional. A título de informe, o CNAS já recebeu a confirmação de que a Voz do Brasil fará a cobertura das Conferências Municipais e Estaduais. Encaminhamentos: A Secretaria Executiva do CNAS deverá disponibilizar à ASCOM/MDS os calendários com datas das Conferências Municipais e das Conferências Estaduais e do Distrito Federal. 1.2. Prever no Termo de Referência da VIII Conferência Nacional os seguintes serviços: a) contratação de jornalista com familiarização com o tema, a partir de agosto, para auxílio na produção da revista e no acompanhamento de Conferências Estaduais e cobertura da Conferência Nacional; b) contratação de produtora para produção de vídeos para a Conferência Nacional (vídeo 1), para gravação do evento (vídeo 2) e para produção de documentário sobre o evento (vídeo 3). Fundamental apontar com antecedência locais nas cinco regiões do país onde o vídeo poderá ser filmado - há diferenças nas cotações de preços para gravação em capitais ou cidades do interior. 1.3. O CNAS e SNAS solicitarão que especialistas da área produzam artigos sobre o tema a partir de agosto. A ASCOM/MDS poderá fazer a revisão final desse material, que será publicado no Portal do MDS e boletim semanal do MOS (que será distribuído para o mailing). 1.4. A Secretaria-Executiva do CNAS deverá disponibilizar os mailings para a ASCOM/MDS. Pulamos o item 2 e vamos ao item 3. Reunião Ampliada com os CEAS e CAS/DF: Data: 15 de abril, em Brasília. Participação: Conselhos Estaduais e CAS/DF; Comissão Organizadora. Coordenação Geral da VIII Conferência e Relatoria Geral.*

Confirmaram presença 25 Conselhos Estaduais e o CAS/DF. Apenas o CEAS de Roraima não estará presente por motivos de estar em reunião Plenária na data. Participarão cerca de 47 pessoas representes dos Conselhos, dentre presidentes, secretários(as) executivos(as) e/ou conselheiros membros da Comissão Organizadora dos estados. A programação, anexa, prevê abertura, em seguida a Relatoria da VIII Conferência fará a apresentação das Orientações Gerais, com previsão de debate e considerações e, em último lugar serão apresentadas informações complementares quanto à operacionalização do Processo de Conferências - 2011 (mobilização, acessibilidade nas conferências, utilização dos estandes na VIII Conferência Nacional etc.)

4. Caderno de Textos para subsidiar os debates nas Conferências de Assistência Social: O Conselheiro Renato de Paula não pode participar da reunião, mas encaminhou o seguinte informe quanto às primeiras providências do Comitê Editorial formado pela Conselheira Leila Pizzato, Conselheiro Renato de Paula. Secretária-Executiva do CNAS, SAGI e ASCOM/MDS, a partir das deliberações do CNAS até o momento: as ementas dos textos estão sendo finalizadas; houve um primeiro contato com as pessoas indicadas pela Comissão Organizadora para escreverem os textos; foi solicitado à SAGI o projeto de lay-out do Caderno de Textos em dois formatos (impressão e internet). Encaminhamento: 4.1. A Secretária-Executiva do CNAS providenciará o envio dos convites e das ementas às pessoas indicadas pela Comissão Organizadora que já confirmaram sua disponibilidade para escrever o texto.

5. Orientações para uso dos estandes e espaços alternativos na VIII Conferência Nacional. Conforme deliberado em reunião de março, a Comissão preparou as minutas de orientações para uso dos estandes, sendo o Informe CNAS nº 02/2011, que define orientações gerais aos CEAS, CAS/DF e gestores estaduais da Política de Assistência Social, para uso compartilhado dos estandes na VIII Conferência Nacional de Assistência Social; Informe CNAS no 03/2011, que define orientações gerais para uso dos estandes e espaços alternativos para reuniões e mobilizações na VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Em anexo, os dois Informes a serem apreciados pela Plenária.

6. Data da próxima reunião da Comissão Organizadora: 28 e 29 de abril. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS, Coordenador da Comissão Organizadora da VIII Conferência da Assistência Social.”. O Conselheiro Clodoaldo, com relação aos eventos, reforçou a colocação da Conselheira Simone sobre a questão da acessibilidade para caracterizar essa preocupação por parte do Conselho Nacional, relatando os problemas ocorridos na conferência anterior. Item 3, sobre a reunião do dia seguinte, com proposta de programação, apresentada pelo Conselheiro Renato de Paula: “Encontro com os Conselhos Estaduais e do Distrito Federal da Assistência Social. Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Edifício Sede, térreo, Brasília/DF. Data: 15 de abril de 2011. Participação: representantes dos Conselhos Estaduais e CAS/DF, Comissão Organizadora, relatoria da VIII Conferência Nacional. Objetivo: Apresentar aos Conselhos Estaduais e ao CAS/DF o tema geral e os eixos estruturantes da Conferência Nacional, as orientações para realização das Conferências de Assistência Social de 2011 discutindo estratégias para mobilização e realização das Conferências Municipais e Estaduais, e potencializar a participação de atores da Assistência Social destacando a participação e o protagonismo dos usuários. Das 8h30 às 9h, abertura. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, Valéria Maria Massarani Gonelli, Secretária Nacional de Assistência Social-Adjunta. De 9h às 9h30, apresentação do

tema da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, Renato Francisco dos Santos Paula, Vice-Presidente do CNAS. De 9h30 às 11h, apresentação das orientações para o processo de realização das Conferências de Assistência Social nos municípios, estados, Distrito Federal e Nacional, Valdete de Barros Martins, Coordenadora-Geral da relatoria e Beatriz de Paiva, Relatora-Geral da relatoria. Das 11h às 13h, esclarecimentos. Das 13h às 14h30, intervalo para almoço. Das 14h30 às 16h, informações complementares quanto ao processo de Conferência de 2011, moderação, orientações para garantia de acessibilidade nas Conferências, orientação para utilização dos estandes, espaços alternativos e outros, Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS. Das 16h às 17h30, esclarecimentos. Às 18h, encerramento."

Item 4. Caderno de Textos, sendo aprovado pelo Pleno. Item 5, as orientações quanto ao uso de estandes e espaços alternativos, com leitura pelo Conselheiro Renato de Paula: "Informe do CNAS N°02/2011, orientações gerais aos CEAS, CAS/DF e gestores estaduais da Política de Assistência Social, para uso compartilhado dos estandes na VIII Conferência Nacional de Assistência Social Conselho Nacional de Assistência Social. 1. Será disponibilizado um estande na VIII Conferência Nacional, para uso compartilhado dos Conselhos Estaduais / CAS/DF, e dos gestores estaduais da Política de Assistência Social. 2. Os Estandes têm como objetivo dar visibilidade aos serviços socioassistenciais e às ações que venham a concretizar o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como divulgar a cultura local, expor e/ou vender publicações, alimentos e artesanatos regionais. No estande também poderá ser distribuído e/ou exposto trabalhos, banners, cartilhas, folhetos, documentos e outros materiais. 3. A organização do evento vai garantir um espaço de 9m2 para cada Estado (com identificação padrão). Cada estande será instalado em local com pontos de rede, para acesso à internet e tomadas. Serão disponibilizadas 01 mesa e 04 cadeiras, e ainda 01 computador com acesso à internet. Para armazenar os materiais disponibilizaremos um depósito coletivo. Obs.: A organização não disponibilizará aparelhos de som para os estandes. 4. Os expositores terão um papel relevante pois farão novos contatos e terão oportunidade para divulgar os trabalhos do CEAS e CAS/DF e também, a atuação da gestão municipal, estadual e do Distrito Federal. 5. A escolha do(s) expositor(es) ficará a critério do CEAS, CAS do Distrito Federal e Órgãos Gestores Estaduais e do DF, e deve ser uma pessoa com condições de passar informações sobre o tema focado pelo Estado. 6. Importante destacar que as pessoas que ficarão nos estandes não participarão dos painéis e grupos de debate a serem realizados na VIII Conferência Nacional. 7. Cada conselho (CEAS e CAS/DF) e órgão gestor de âmbito estadual poderão indicar 02 expositores, sendo que os custos com passagens (ida e volta) serão por conta de cada estado, ficando o CNAS com a responsabilidade de arcar com os custos de hospedagem e alimentação, conforme Termo de Referência. 8. Os dois expositores deverão ser cadastrados na categoria Estandes, até o dia 25/11/2011. 9. O credenciamento dos expositores de estandes deverá ser feita por meio do preenchimento da ficha de inscrição do estande (modelo ANEXO 1) e encaminhada para a Comissão Organizadora da VIII Conferência, pelo endereço eletrônico: [viiiicnf.cnas@mds.gov.br](mailto:viiiicnf.cnas@mds.gov.br). 10. Na ficha de inscrição, o Conselho (CEAS e CAS/DF) e órgão gestor de âmbito estadual deverão informar os produtos e materiais que serão expostos nos estandes. 11. A organização do evento não se responsabilizará por nenhum material e/ou produto exposto nos estandes. 12. Critérios para a venda de produtos nos estandes: a) Será aceito a

venda apenas de materiais que se referem à produção de grupos de geração de renda de usuários de assistência social. b) Poderão ser colocados à venda alimentos não perecíveis e que não exijam refrigeração, devidamente embalados e etiquetados com data de fabricação e validade. c) Deverá ser considerado o tempo de durabilidade dos produtos, uma vez que a realização do evento será de quatro dias. d) A gestão do estoque destes produtos será de responsabilidade de cada conselho (CEAS e CAS/DF) e órgão gestor de âmbito estadual. 13. O material impresso deverá chegar a Brasília com antecedência, sendo a data limite de chegada até o dia 02/12/2011. Após essa data sugerimos que o material seja encaminhado à Brasília pela delegação do estado. 14. O endereço e normas de procedimentos quanto ao envio deste material serão entregues no ato da confirmação da inscrição do estande por parte de cada conselho (CEAS e CAS/DF) e órgão gestor de âmbito estadual. Cabe ressaltar que o custo do envio ficará a cargo de cada órgão usuário do estande. 15. No dia 07 de dezembro, pela manhã, o material enviado com antecedência à Brasília será entregue nos estandes. 16. Ressaltamos que os estandes tem se tomado um espaço político importante para articulações e mobilizações dos participantes da Conferência Nacional. Diante disso, sugerimos que os CEAS e CAS/DF pautem a participação do Conselho, juntamente com o órgão gestor, tendo em vista utilizar esse espaço para dar visibilidade aos trabalhos realizados nos estados e no Distrito Federal. 17. Dúvidas e informações devem ser solicitadas pelo endereço eletrônico da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Anexo I. Ficha de inscrição para uso do estande. 1. Nome da Instituição (Conselho (CEAS e CAS/DF) e/ou órgão gestor de âmbito estadual); endereço; cidade; CEP; e-mail; telefone; fax; 2. Responsável pelo estande; nome; telefone; e-mail; 3. Expositores; quantidade: 01 ou 02; expositor 1; nome; CPF; RG; telefone; e-mail; UF; Órgão Expedidor; expositor 2: nome; CPF; RG; telefone; e-mail; Órgão Expedidor. 4. Relação de materiais/produtos a serem expostos nos estandes; Data de solicitação; Enviar para: viiiconf.cnas@mds.gov.br Assinatura do responsável. Informe nº03, orientações gerais para uso dos estandes e espaços alternativos para reuniões e mobilizações na VIII Conferência Nacional de Assistência Social. A Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional entendendo que os estandes tem se tomado um espaço político importante para articulações e mobilizações dos participantes na Conferência Nacional de Assistência Social, informa que disponibilizará aproximadamente 38 estandes. Cada Estado terá direito a um estande de uso compartilhado entre o CEAS, CAS/DF, com o respectivo órgão gestor. Será ainda disponibilizado um estande para uso do CNAS; do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; dos patrocinadores da VIII Conferência; do Fórum Nacional de Assistência Social; e dos Conselhos de Defesa de Direitos e de Políticas. Além disso, considerando ser necessário disponibilizar outros espaços de mobilização para os participantes da Conferência foi definido: 1. Disponibilizar espaços alternativos para reuniões e mobilizações, como o "Espaço para mobilização dos Usuários"; "A Casa do Brincar"; balcão de informações e sala de reuniões com espaço para 200 lugares. Os critérios para uso deste último espaço serão definidos no Regimento Interno da VIII Conferência Nacional. 2. A utilização dos espaços alternativos para reuniões e mobilizações como o "Espaço para mobilização dos Usuários" serão coordenados, primeiramente, pelos conselheiros do CNAS membros da Subcomissão de Mobilização dos usuários, até a realização da

primeira reunião dos usuários participantes da VIII Conferência Nacional, onde se definirá o uso deste espaço. 3. A utilização dos espaços alternativos como “A Casa do Brincar” será de uso dos filhos dos participantes da VIII Conferência Nacional, presentes no evento. Este espaço contará com a presença de educadores sociais que coordenarão atividades lúdicas e recreativas juntos às crianças e adolescentes presentes. A participação neste espaço terá suas regras divulgadas no local, onde será realizado o cadastro das crianças, juntamente com o dos pais e/ou responsáveis. 4. Os Estandes têm como objetivo dar visibilidade às ações realizadas que contribuem para a concretização do Sistema Único de Assistência Social — SUAS. Nesses estandes poderá ser distribuído e/ou exposto trabalhos, banners, cartilhas, folhetos, documentos e outros materiais. Para a distribuição de materiais como livros, cartilhas e outras publicações, solicita-se que os responsáveis pelos estandes se organizem para que essa seja realizada nos horários de 8h às 9h; 13h às 14h e de 19h às 21h, tendo em vista não interferir nos trabalhos da VII Conferência Nacional. 5. O Estande a ser utilizado coletivamente pelos Conselhos de Políticas e de Defesa de Direitos terá como objetivo dar visibilidade às ações realizadas pelos mesmos e, principalmente, dar visibilidade às ações que têm interface com a Política Pública de Assistência Social, e que venham contribuir para concretizar o Sistema Único de Assistência Social — SUAS. Nesse estande poderá ser distribuídos e/ou expostos trabalhos, banners, cartilhas, folhetos, documentos e outros materiais. Para a distribuição de materiais como livros, cartilhas e outras publicações, solicita-se que os responsáveis pelo estande se organizem para que essa seja realizada nos horários de 8h às 9h; 13h às 14h e de 19h às 21h, tendo em vista não interferir nos trabalhos da VIII Conferência Nacional. 6. A organização do evento garantirá um espaço de 9m<sup>2</sup> para cada estande (com identificação padrão). Todos serão instalados em local com pontos de rede, para acesso à internet e tomadas e serão disponibilizadas 01 mesa e 04 cadeiras e 01 computador com acesso à internet. Para armazenar os materiais disponibilizaremos um depósito coletivo. Obs.: A organização não disponibilizará aparelhos de som para os estandes. 7. A Comissão Organizadora disponibilizará para os espaços alternativos para reuniões e mobilizações infraestrutura adequada. Para o espaço de mobilização dos usuários será garantido um espaço de 9m<sup>2</sup> (com identificação padrão). O espaço contará com pontos de rede, para acesso à internet e tomadas. E, ainda, serão disponibilizadas 01 mesa, 04 cadeiras e 01 computador com acesso à internet. Para armazenar os materiais será disponibilizado um depósito coletivo. 8. A escolha do(s) expositor (es) ficará a critério do órgão/instituição responsável. Essa deverá ser uma pessoa em condições de repassar informações sobre o tema focado pelo estande. 9. Importante destacar que as pessoas que ficarão nos estandes não participarão dos painéis e grupos de debate a serem realizados na VIII Conferência Nacional. 10. Os expositores deverão ser cadastrados na categoria Estandes, até o dia 25/11/2011. 11. O credenciamento dos expositores de estandes será realizado por meio do preenchimento da ficha de inscrição do estande (modelo ANEXO 1) e encaminhada para a Comissão Organizadora da VIII Conferência, pelo endereço eletrônico: [viiiconf.cnas@mds.gov.br](mailto:viiiconf.cnas@mds.gov.br). 12. A organização do evento não se responsabilizará por nenhum material e/ou produto exposto nos estandes. 13. Não será permitida a venda de produtos nos estandes de uso do CNAS, MDS, Conselhos de Políticas Públicas e de Defesa de Direitos, bem como do Fórum Nacional de Assistência Social. 14. O endereço e normas de procedimentos

quanto ao envio deste material serão entregue no ato da confirmação da inscrição do estande por parte de cada órgão/instituição. Cabe ressaltar que o CNAS não se responsabilizará pelo custo do envio de materiais. 15. No dia 07 de dezembro, pela manhã, o material enviado com antecedência à Brasília será entregue nos estandes. Conselho Nacional de Assistência Social. 16. Dúvidas e informações devem ser solicitadas pelo endereço eletrônico da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Comissão Organizadora da III Conferência Nacional de Assistência Social. Anexo I. Ficha de inscrição para uso de estandes.” O Presidente indagou do Pleno se havia mais alguma colocação. Em não havendo, foi aprovada a Memória da Comissão Organizadora. Informou que no período da tarde não estaria presente, participando de uma reunião com a Ministra do MDS, Sra. Tereza Campello.

**ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião para o almoço, solicitando a todos que retornassem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando o evento, o Presidente em exercício solicitou à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na Titularidade: Conselheiro Renato Francisco de Santos Paula; Conselheira Simone Albuquerque; Conselheira Eutália Barbosa; Conselheiro José Ferreira Crus; Conselheira Célia Mota de Carvalho; Conselheiro Sérgio Wanderly Silva; Conselheiro Pedro Ost; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite; Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; Conselheiro Samuel Rodrigues; Conselheiro Frederico Jorge de Sousa Leite; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes. Conselheiros Suplentes: Conselheiro Wagner Carneiro; Conselheiro Renato Saidel; Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo; e, Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos. O Conselheiro Frederico solicitou inversão de pauta, sendo importante que o relato da Presidência Ampliada contasse com a presença do Presidente, visto sua audiência com a Ministra Tereza Campello. O Presidente indagou ao Pleno se havia consenso com essa proposta, sendo acatada pelo mesmo. **Item**

**Relato da Comissão de Normas.** O Conselheiro Carlos Rogério procedeu à leitura da “*Memória da reunião da Comissão de Normas, realizada na terça-feira. Dia doze e abril de 2011. Horário: das 14h às 18h. Local: Sala 102. Conselheiros Titulares presentes: Antônio Celso Pasquini; Samuel Rodrigues; Carlos Rogério de Carvalho Nunes; Renato Francisco dos Santos Paula; Simone Aparecida Albuquerque; Conselheiros Suplentes presentes: Antônio Santos Barbosa Castro; Renato Saidel Coelho; Wagner Carneiro de Santana; Ausência justificada da Conselheira Titular: Fátima Aparecida Rampin. Ausência justificada das Conselheiras Suplentes: Ana Carolina de Barros Pinheiro Carrenho; Lúcia Elena Santos Junqueira; Ausência da Conselheira Suplente: Mariana Menezes Santarelli Roverse. Apoio da secretaria executiva do CNAS: Christianne Camargo Menezes; Ariane de Almeida Rodrigues; Maria de Fátima Teixeira de Souza. Convidadas: Carolina Gabas Stuchi – Diretora do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP. Renata Espíndola Virgílio – Coordenadora-Geral de certificação das entidades beneficentes de Assistência Social. Ana Paula Gonçalves – Coordenadora-Geral de acompanhamento da rede socioassistencial do SUAS. Verificado o quorum, deu-se início à reunião.* 1. Assunto: *Sistematização e regulamentação das competências do CNAS definidas nos incisos III e IV do art. 18 da Lei Nº 8.742/1993, alterados pelo art. 42 da lei 12.101/2009, abaixo transcritos: Art.18 compete ao Conselho Nacional de Assistência Social: (...). III - Acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de Assistência Social no Ministério do Desenvolvimento Social*

*e Combate à Fome; IV - Apreciar relatório anual que conterà a relação de entidades e organizações de Assistência Social certificadas como beneficentes e encaminhá-lo para conhecimento dos Conselhos de Assistência Social dos estados, municípios e do Distrito Federal. A discussão contou com a participação de convidadas do Departamento da rede socioassistencial privada do SUAS - DRSP: A Diretora Carolina Gabas Stuchi e as Coordenadoras Ana Paula Gonçalves e Renata Espíndola Virgílio. Informes do DRSP. A Diretora do DRSP informou que será criada uma comissão interministerial, entre o MDS, a Saúde e o MEC, voltada à uniformização dos procedimentos e entendimentos das respectivas consultorias jurídicas, inclusive quanto à área de atuação das entidades, e à troca de informações sobre os processos. Em seguida, tratou de assuntos que têm sido discutidos entre a diretoria e a Receita Federal. Disse que as entidades certificadas terão que apresentar um plano de contas anual, a ser definido pela Receita Federal. Assim, a receita analisará somente os requisitos para a isenção e os ministérios, somente os requisitos para a certificação. Acrescentou que as representações serão feitas pelas Delegacias Regionais da Receita. Logo depois, informou que os processos de certificação serão objeto de auditoria da CGU e do TCU e que algumas entidades que tiveram a prorrogação do certificado por força da Medida Provisória Nº 446, de 2008, também serão fiscalizadas, pelo Ministério Público Federal do Estado de Santa Catarina. Comprometeu-se a apresentar, na próxima reunião da Comissão, uma planilha de informações sobre as entidades certificadas, no mesmo formato apresentado pelo Fundo Nacional de Assistência Social ao CNAS. Disse que essa planilha será apresentada a cada 3 meses e que o relatório anual será mais substancial, com mais informações qualitativas sobre os processos. Ressaltou que o CNAS deve orientar os Conselhos de Assistência Social quanto à competência para representar, se for verificada prática de irregularidade na entidade certificada, conforme definido no art. 27 da Lei Nº 12.101, de 2009. Por fim, informou que há 4.700 (quatro mil e setecentos) processos no MDS para análise. Relatou que, até o momento, 85 (oitenta e cinco) processos foram decididos e que o DRSP está reestruturando sua equipe técnica. Disse que a listagem com a ordem de análise está no site, sendo prioritários os processos de renovação e de representação anteriores à lei nº 12.101, de 2009; em seguida, serão analisados os processos de concessão anteriores à lei nº 12.101, de 2009; e, por último, os processos posteriores à lei nº 12.101, de 2009, seguindo a ordem de protocolo, independentemente do assunto. Encaminhamentos – aprovados (com as alterações sublinhadas no item 1.2). 1.1. Enviar memorando ao DRSP solicitando que apresente as etapas do processo de certificação (desde o requerimento até a publicação) até a próxima reunião da Comissão, em maio. 1.2. Quando da elaboração da resolução sobre o assunto, incluir disposição definindo que: “os relatórios acerca da certificação das entidades e organizações de assistência social certificadas como beneficentes deverão ser apresentados pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS ao CNAS trimestralmente e anualmente”. 1.3. Pautar na próxima reunião da Comissão, a discussão sobre o art. 27 da lei nº 12.101, de 2009. 2. Assunto: parecer nº 112/2011/CONJUR/MDS, de 22 de março de 2011. Orienta sobre a determinação do TCU para o CNAS reanalisar a validade das resoluções nº 43/2005 e 17/2006 (Acórdão Nº 251/2011 – TCU – plenário). Discussão acerca da competência do CNAS para revisar seus julgados envolvendo CEBAS, após a edição da lei nº 12.101, de 2009. **Encaminhamento** –*

aprovado. 2.1. O presidente do CNAS deve dar cumprimento às orientações contidas no parecer. 3. Assunto: inscrição de entidades na forma da resolução nº 16, de 2010. **Encaminhamentos** – aprovado (com as alterações sublinhadas nos itens 3.1.1 e 3.3 e a inclusão do encaminhamento 3.5). 3.1. Discutir na Presidência Ampliada a redefinição de prazos, conforme proposta seguinte: 3.1.1) Até a reunião do CNAS de agosto de 2011: prazo final para normatizar a caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos, a promoção da integração ao mercado de trabalho (inc. III do Art. 2º da LOAS) e a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária (inc. IV do art. 2º da LOAS); e 3.1.2) Até 30 de abril de 2012: prazo final para as entidades se inscreverem e para apresentarem um plano de ação com as adequações a serem implementadas até o final de 2013 para o cumprimento das novas normativas do CNAS. Esses novos prazos e procedimentos deverão ser incluídos na Resolução nº 16/2010, conforme proposta de alteração contida na minuta em anexo. 3.2. Propor aos grupos de trabalho responsáveis por elaborar as resoluções mencionadas no item 3.1.1 que sigam uma matriz de normatização, nos moldes da resolução nº 109, de 2009, contendo: finalidades estatutárias, objetivos, origem dos recursos, estrutura, público alvo, capacidade de atendimento. 3.3. Propor à Comissão de Conselhos que encaminhe orientações aos Conselhos de Assistência Social sobre o período de transição, incluindo as novas datas definidas. 3.4. Alterar o item E.3 do inc. III do art. 3º da resolução nº 16, de 2010, conforme proposta de alteração contida na minuta em anexo. 3.5. Inserir a discussão sobre a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária (inc. IV do art. 2º da LOAS) nas atribuições do GT instituído pela Resolução nº 3, de 2011. para cumprir essas novas atribuições, o GT será recomposto, sem alteração do número de participantes, conforme nomes que serão indicados. a proposta de alteração da resolução nº 3, de 2011, segue em anexo. 4. Assunto: funcionamento da Comissão de Acompanhamento de benefícios e Transferência de Renda prevista no art. 44 do Regimento Interno. **Encaminhamento** – Aprovado. 4.1. Encaminhar ao e-mail dos Conselheiros da Comissão a proposta de resolução apresentada, para finalização. 5. Assunto: inscrição das organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPS. Discussão para definir a inscrição de serviços, programas, projetos e benefícios realizados por OSCIPS, bem como a possível qualificação destas como entidades de assistência social. A Conselheira Ana Carolina se prontificou a fazer uma apresentação sobre o tema e a convidar o Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dr. José Eduardo Sabo Paes. Encaminhamento – aprovado. 5.1. Assunto transferido para a pauta da próxima reunião da comissão devido à exigüidade de tempo e à impossibilidade de comparecimento do Dr. José Eduardo Sabo Paes. 6. Assunto: debate acerca de como viabilizar a participação do usuário. Para subsidiar o debate, foram resgatadas as deliberações da VII Conferência Nacional Sobre a Participação dos Usuários, bem como o balanço do censo 2010 e resultados referentes aos Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social do DGSUAS/MDS. Todavia, ainda não há resultado para a consulta pública realizada pelo CNAS sobre a participação do usuário. **Encaminhamentos** – Aprovados (com as alterações sublinhadas no item 6.1). 6.1. Solicitar contribuição à ex-presidente do CNAS, Marcia Biondi Pinheiro, para que organize as informações e os documentos obtidos, de forma a subsidiar o debate do tema na Comissão. 6.2. Após a

organização dos documentos, convidar o ex-Conselheiro Nacional Edval Bernardino Campos para conduzir a discussão na Comissão. Carlos Rogério de Carvalho Nunes. Coordenador Adjunto da Comissão de Normas. Minuta de Resolução. Resolução \_\_\_\_, de abril de 2011. Altera a Resolução nº 16, de 5 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de Assistência, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, nos Conselhos de Assistência Social dos municípios e do DF. O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 12 a 14 de abril de 2011, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, RESOLVE: Art. 1º Alterar o item e.3 do inc. III do art. 3º da Resolução nº 16, de 5 de maio de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 3º(...). E.3) recursos financeiros a serem utilizados;(...) Art. 2º Alterar o caput do art. 20 da Resolução nº 16, de 5 de maio de 2010, e acrescentar-lhe um parágrafo único, passando a vigorar com a seguinte redação: Art. 20. As entidades e organizações de Assistência Social inscritas anteriormente à publicação desta Resolução deverão requerer, junto ao Conselho de Assistência Social, a inscrição conforme procedimentos e critérios dispostos nesta Resolução, até 30 de abril 2012. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2. Parágrafo único. As entidades e organizações referidas do caput também deverão apresentar, até 30 de abril de 2012, o plano de ação, referido no inc. I do art. 14, acrescido das adequações a serem implementadas até o final de 2013 para o cumprimento das normativas do CNAS. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Carlos Eduardo Ferrari. Presidente do Conselho.” **Item 1.** O Conselheiro Pedro Ost indicou o encaminhamento 1.2 em relação aos relatórios trimestrais, indagando se haveria uma funcionária apenas para essa atividade, ao que o Conselheiro Renato Saidel esclareceu ser um documento que o Departamento de Certificação encaminharia para o CNAS informando sobre a certificação ou não das entidades, conforme previsto no art. 18, inc. III da LOAS, com a nova redação dada pela Lei 12.101, o que precisava ser revisto. A Conselheira Leila observou que no item 1.1., quando pedia as etapas do processo, que deveriam ficar atentos quanto ao tempo para diligências. O Conselheiro Clodoaldo no item 1.2., “apresentar ao CNAS trimestralmente e anualmente”, questionou a expressão “anualmente” e se estava na Lei 12.101. O Presidente em exercício esclareceu que a lei dizia que o relatório era anual, com o Departamento tendo proposto essa apresentação trimestral ao Conselho para acompanhamento. A Conselheira Simone ponderou que tinham que regulamentar as etapas do processo que estavam nos incisos 3º e 4º do art. 18: Acompanhar, fiscalizar e apreciar o relatório. Esclareceu que no debate com a Sra. Carolina ela havia ficado de contribuir com a comissão e trazer uma definição mais completa de como se iria acompanhar, com a discussão sendo qual a diferença de acompanhar e fiscalizar, e como se dava o processo de acompanhamento, fiscalização e apreciação do relatório. O Presidente em exercício passou ao Item dois, observando que o parecer da CONJUR tinha um único encaminhamento, com o Conselheiro Clodoaldo solicitando maiores esclarecimentos sobre a questão. O Conselheiro Carlos Rogério informou ter sido lido o parecer da CONJUR e na Comissão não havia sido colocada nenhuma posição contrária, esclarecendo não ter acesso ao Acórdão. A Conselheira Simone esclareceu ter um Acórdão 251/2011, do TCU, determinando que o CNAS reanalisasse a validade das Resoluções 43/2005

e 17/2006, com o Presidente do CNAS devendo cumprir essas determinações. A Sra. Cristiane informou que esse documento havia sido encaminhado para a CONJUR, que orientou que essa determinação do TCU fosse revisada, visto que o CNAS não tinha mais competência para revisar os atos praticados antes da lei. Item três, relativo ao processo de transição. O Conselheiro Clodoaldo indicou o item 3.1.1., e sobre o que trazia, observando haver uma Comissão para a caracterização das entidades de assessoramento e defesa de garantia de direitos e outra para promoção e integração ao mercado de trabalho, indagando sobre a reabilitação e habilitação da pessoa com deficiência, se também estava incluída essa questão. A Conselheira Leila informou que havia dois GTs funcionando, sendo um sobre a caracterização de entidades e o outro ainda não existindo. O Conselheiro Renato Saidel observou que parecia haver três Grupos constituídos, solicitando que a Plenária verificasse a questão e até instituisse outro GT para tratar do inciso 3º do artigo 2º, para que também levasse em consideração o inciso 4º, sem o que corriam o risco de comprometer a demanda já existente. Observou a necessidade de ter um processo de capacitação dentro da Comissão para aprofundar e tirar definições. O Conselheiro Araújo corrigiu a expressão “*pessoa portadora de deficiência*” que não se usava mais, com a terminologia certa sendo “*pessoa com deficiência*”. A Conselheira Simone falou sobre as discussões do dia anterior, esclarecendo sobre a questão apontada sobre a importância que o Conselho apontasse para as entidades e para os Conselhos de Assistência Social sendo feito um período de transição com planejamento e o que isso significava. Observou que o item 3.1.1 não trazia nada sobre a existência de GT, mas sim que existia a necessidade de normatização, o que deveria ser feito até agosto de 2011, para se chegar às conferências estaduais com normatizações para serem apresentadas pelo CNAS. Ponderou que na discussão não haviam considerado a criação de mais um Grupo de Trabalho, mas sim que essa competência fosse redistribuída para algum dos GTs constituídos pelo CNAS. A Conselheira Leila, referindo-se à questão da pessoa com deficiência, observou não saber se o GT daria conta dessa discussão com a profundidade que precisaria, sendo preciso estender o prazo. Esclareceu que o GT que participava trataria mais da questão da promoção da integração do mercado de trabalho e não da educação. A Conselheira Maria Auxiliadora, com relação ao item 3.1.1., reforçou as palavras do Conselheiro José Araújo sobre a terminologia usada, solicitando a sua retirada do material em tela, sendo pessoas portadoras de deficiência. O Presidente em exercício ponderou que a colocação do Conselheiro Joe Araújo e da Conselheira Maria Auxiliadora ainda constavam da LOAS, mas podendo ser retirada do relato. Concordava com a preocupação da Conselheira Leila com relação à necessidade do aprofundamento desse tema específico, falando sobre a prorrogação de prazo e orientando as entidades para essa inscrição. Ponderou que havia que fazer outro debate o mais breve possível, caso contrário o cumprimento da Resolução 16 e o reordenamento institucional que estava sendo promovido ficariam comprometidos. Concordava que o tema da habilitação e reabilitação era importante, mas não era o único, e muito provavelmente existiam outros temas de entidades que prestavam tipos de serviços que podiam ser classificados como de Assistência Social, que não estavam e que seriam trazidos pelos GTs. O Presidente em exercício ponderou que haviam prorrogado o prazo até abril de 2012, justamente quando as entidades teriam que apresentar relatórios, parecendo que as situações estavam

casadas: que quando da apresentação do relatório teriam que apresentar o plano do ano. Concordava que o assunto era complexo, mas que havia que enfrentá-lo e tentar tratar no prazo possível, dando tranquilidade para as entidades. A Conselheira Simone se colocou à disposição, relatando os grupos de Trabalho existentes e talvez a necessidade de mudar a Resolução para redistribuir as suas atribuições. O Conselheiro José Araujo informou a legislação sobre o tema “pessoa com deficiência”. O Conselheiro Clodoaldo observou estar propenso à criação de outro GT, mas encontrando a fala da Conselheira Simone bastante realista e que o melhor caminho talvez fosse fortalecer a Comissão coordenada pela Conselheira Leila, fazendo esse encaminhamento. O Conselheiro Sérgio Wanderly concordou com a Conselheira Simone, considerando o grande volume das agendas e com a proposta de inclusão de mais membros para ajudar nesse GT, com o Conselheiro Carlos Rogério se prontificando a participar desse Grupo, incorporando o tema das pessoas com deficiência. A Conselheira Leila observou que havia que revisar a Resolução que havia constituído esse GT, incluindo essa edição, ademais do número de pessoas que o comporiam, sugerindo oito membros. O Presidente em exercício sugeriu alterar AA característica desse GT, por ter que tratar de outros assuntos e podendo se pensar em uma nova recomposição, ou se acatar a sugestão da conselheira Leila e acrescentar mais dois membros. Que se refaria a Resolução atual com as novas atribuições, e se recompunha de acordo com as pessoas interessadas, falando sobre o curto tempo disponível. O Conselheiro Clodoaldo encontrava que a Comissão já estava desenvolvendo seu trabalho, sendo favorável a agregar dois novos nomes. O Conselheiro Renato Saidel falou sobre o que o Regimento Interno trazia, avaliando-se inicialmente o aumento da sua composição e a partir do que fosse consensuado se passaria a posição à Presidência. A Conselheira Leila encontrava difícil fazer um GT muito grande, sugerindo a inclusão de um Conselheiro do segmento dos usuários e que transitasse pela questão da pessoa com deficiência, informando haver atualmente segmento da sociedade civil um representante da bancada dos trabalhadores, um representante do segmento dos usuários, e dois representantes das entidades de Assistência. O Presidente em exercício concordou com essa proposta, não tendo falado em troca, mas em recomposição diante da nova estrutura. O Conselheiro Pedro Ost também se manifestou favorável à essa proposta, visto que todas as manifestações eram em relação ao tempo e não seria o número de membros que mudaria essa situação e encontrando esse um bom número de participantes. O Presidente em exercício indicou haver duas propostas: uma, de agregar um de cada lado na Comissão, ampliando o número de componentes; e, a outra, da Conselheira Leila reforçada pelo Conselheiro Pedro Ost agora, de manter-se o número e se pensar na recomposição, com o Conselheiro Clodoaldo retirando sua proposta. A Conselheira Leila destacou o grande volume de demandas por tratar, com esse GT com um tempo já exíguo, e com um planejamento feito, agregando a questão da habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a LOAS e a promoção de sua integração à vida comunitária. Encontrava desnecessário o CNAS normatizar esses dois incisos do art. 2º, encontrando difícil trabalhar em uma grande Comissão. O Conselheiro Pedro Ost, sugerindo se iniciasse a votação, indicou o nome da Conselheira Maria do Carmo Ribeiro como parte dessa nova configuração, ao que o Presidente em exercício observou que era preciso fazer o encaminhamento antes de indicar os membros para o GT. Após mais algumas considerações, o

Presidente em exercício manifestou que o Presidente gostaria de participar desse processo. Entendia que com a retirada da proposta do Conselheiro Clodoaldo, o entendimento era a a recomposição, mantendo-se o número de membros. Prosseguindo, indagou se havia alguma observação na minuta de Resolução, com o Conselheiro Renato Saidel indicando texto do § único do art. 20 que estava alterando a resolução 16, e sugerindo retirar a palavra “novas”, e quando se falava da palavra “normativas”, era com relação à tipificação da Resolução 16, e normativas anteriores a isto, com a concordância da Conselheira Simone, que indicou “Referidas no Inc. I do art. 14”, para ficar claro que estavam falando do plano de ação do corrente ano, e não de outro planejamento. O Presidente em exercício indagou se havia mais alguma observação. Em não havendo, considerou a Resolução aprovada pelo Pleno. Item quatro sem alterações. Item, cinco, assunto transferido para a próxima reunião da Comissão. Item seis. O Conselheiro Clodoaldo indicou que as informações seriam organizadas pela ex-presidente do CNAS, solicitando à Secretária-executiva que organizasse as informações obtidas, para permanecerem com o CNAS, ao que o Conselheiro Carlos Rogério informou que essas informações. Assim como as obtidas pelo professor Edval, seriam juntadas e trazidas para o CNAS. O Presidente em exercício indagou se havia mais alguma observação. Em não havendo a memória da Comissão de Normas foi aprovada pelo Pleno. A Conselheira Simone sugeriu que a Secretaria-Executiva deveria pedir ao Ministério para dar ênfase no site, e colocar no site do CNAS que havia sido prorrogado o prazo, para tranquilidade das entidades. O Conselheiro Renato Saidel sugeriu a sua divulgação na reunião com os Conselhos Estaduais. O Conselheiro Clodoaldo destacou que essa deliberação era fundamental para as organizações, para os Conselhos, cumprimentando a Sra. Carolina Gabas e os demais membros que participaram dessa discussão, sugerindo sua publicação no Diário Oficial, ao que o Presidente em exercício destacou que sua publicização já havia sido sugerida pelos Conselheiros Simone e Renato Saidel. O Presidente em exercício destacou que a Secretária-Executiva estava informando que a publicação no Diário Oficial era para dar publicidade, podendo sair no DOU na segunda-feira. **Relato da Comissão de Financiamento.** Solicitando conferência de quorum pela Secretária-Executiva, o Presidente solicitou ao Conselheiro Sérgio Wanderly a leitura da *“Reunião da Comissão de Financiamento da Assistência Social. Local: Sala 108 do CNAS. Data: 12/04/2011. Conselheiros Presentes: Carlos Eduardo Ferrari; José Geraldo França Diniz; Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria; Pedro Ost; Sérgio Wanderly Silva; Brenda Ferreira Silva; Maria da Conceição Pires dos Santos. Ausência justificada: Iolete Ribeiro da Silva. Convidados: Dulcelena Alves Vaz Marfins - Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS; Laurimara B. A. Campos - Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS; Jane P. Clemente - Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF. Apoio: Jamile Calado; Mirelle Dantas; Suzany Gonçalves.* 1) *Apresentação do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), referente ao 1º trimestre de 2011. A Coordenadora-Geral de Execução Orçamentária e Financeira da Diretoria-Executiva do FNAS, Dulcelena Alves Vaz Martins e a técnica Laurimara Campos apresentaram o Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do FNAS, apurado pelo regime de caixa, referente ao 1º trimestre de 2011, conforme quadros abaixo. Aí os Conselheiros podem estar observando os quadros enquanto pontuamos as observações. Foi observado*

que o ano iniciou-se com o remanejamento de recursos para suplementação do Programa Bolsa Família, o que correspondeu a 0,57% da dotação inicial aprovada. 1.1) Quanto aos Benefícios Assistenciais: Onde foi destacado que nas ações relativas à Renda Mensal Vitalícia e ao Benefício de Prestação Continuada, do quadro aqui quanto aos benefícios, em se tratando de descentralização e não de empenho, conforme acordo pactuado com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, foi repassado 50% do orçamento e estabelecido que o financeiro obedecerá a um cronograma, que até o dia 16 de cada mês, o INSS enviará para o Departamento de Benefícios Assistenciais e para o Fundo Nacional de Assistência Social o valor de quanto será necessário para execução do financeiro, na medida em que forem realizadas as despesas. Quando chegar o mês de junho, o FNAS repassará os outros 50%. Quanto, aqui, aos serviços, programas e projetos. Destacou-se: Ação 20B8 (Serviço Socioeducativo para jovens de 15 a 17 anos) e a Ação 2060 (Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho) foram executadas em 20,39% e 22,75%, respectivamente, porque existiam valores remanescentes de 2010 em restos a pagar, que foram liquidados em janeiro de 2011; e, além de toda a nossa situação financeira, que já falamos, temos que ter um quadro de que nós repassamos ao CEAS para este ano, então, o dinheiro que teremos para a execução até o próximo trimestre é menor do que tínhamos previsto, ou seja, já utilizamos parte deste recurso. Fora as Ações citadas acima, todas as demais ações estão com um percentual entre 25% e 30%, o que é considerado como boa execução, por ser relativa ao 1º trimestre; A diferença na Ação 20B8 entre o empenhado (20%) e o pago (12%) se deu porque este relatório foi finalizado na data de 31/03/2011 e o pagamento foi realizado no mês de abril, assim igualando o valor empenhado com o pago; A Ação 2583 (Serviços de Processamento de dados BPC/RMV) que tem a execução em 45% deu porque o valor do contrato com a DATAPREV foi reajustado, quase o dobro do valor anteriormente pago, justificando-se esse percentual. 1.3.) Redução de gastos no orçamento público federal. O FNAS realizou estudo demonstrativo que para execução da competência “junho” já se faz necessário crédito suplementar, o que será solicitado à Secretaria de Orçamento Federal no mês de abril. E foi até uma discussão nossa, que na verdade temos até certa tranquilidade até na devolução do recurso que foi para complementar o Bolsa Família, mas na verdade o que nos preocupa é uma leitura da diferença do que tínhamos apresentado como orçamento, e o que veio. Então, em verdade temos sim algumas dificuldades, inclusive que eles tem que fazer esta leitura, até para dizer da competência, o que é necessário, e a questão do crédito suplementar para se fazer frente aos investimentos. **Encaminhamentos:** A Comissão de Financiamento sugere: Aprovar o Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do FNAS, 1º trimestre de 2011, (Resolução, em anexo): ‘Resolução N.º \_\_\_\_ de 14 de abril de 2011. A Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em reunião ordinária realizada nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2011, no uso da competência que lhes conferem os incisos VIII e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Resolve: Art. 1º - Aprovar o Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), 1º trimestre de 2011, apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social (DEFNAS), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), planilha anexa. Art. 2º - Esta

*Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Carlos Eduardo Ferrari. Presidente do CNAS'. Solicitar, por meio de memorando, à SNAS/FNAS a apresentação do déficit orçamentário nas ações do Fundo e o seu real impacto nos programas e ações do FNAS, com cópia do memorando ao Gabinete da Ministra. 2) Encaminhamentos da reunião conjunta com a Comissão de Conselhos: 2.1) Reunião com a Secretaria de Orçamento Federal; 2.2) Apreciação do material orientador sobre matéria orçamentária e financeira (FNAS/CNAS). **Encaminhamento:** Em decorrência da incompatibilidade de agenda para reunião prévia com a Secretaria de Orçamento Federal a fim de preparar o material a ser apresentado na Comissão de Financiamento e de questões de saúde da servidora que a elaboraria, em conjunto com a Secretaria-Executiva deste Conselho, o material orientador aos Conselhos de Assistência Social, o assunto será pautado no mês de maio. 3) Pauta do mês de maio: Parâmetros da proposta orçamentária 2012 (Resolução CNAS nº78/06; Resolução CNAS nº 59/09); Discussão sobre o material do déficit orçamentário nas ações do Fundo e o seu real impacto nos programas e ações do FNAS; **Encaminhamentos da reunião conjunta com a Comissão de Conselhos:** a) Reunião com a Secretaria de Orçamento Federal; b) Apreciação do material orientador sobre matéria orçamentária e financeira (FNAS/CNAS). **Encaminhamentos:** A Comissão de Financiamento sugere: Pautar a reforma tributária para o mês de junho, porque até brincamos que ela está em desuso, e então não vamos colocá-la agora como prioridade; Encaminhar aos Conselheiros da Comissão de Financiamento para apreciação o material orientador aos Conselhos de Assistência Social, quando finalizado; Pautar na Presidência Ampliada convite a Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico para discutir sobre a nova metodologia do Plano Plurianual - PPA na próxima reunião ordinária deste Conselho.”. Item um, apresentação do relatório da execução. O Conselheiro Renato Saidel questionou sobre o pagamento do INSS, se estava previsto em contrato e com o recurso sendo adiantado para essa execução. Solicitou esclarecimentos sobre os valores remanescentes de 2010 que não havia localizado, assim como se havia sido feita a discussão sobre a questão de redução orçamentária, não sabendo se a Comissão se ateu ao seu impacto na ação relativa especificamente ao CNAS. O Conselheiro Sérgio Wanderly esclareceu que a Coordenadora traria as informações sobre a questão do impacto para ser apresentada ao Pleno no próximo encontro. O Conselheiro Renato Saidel falou que gostaria de saber qual o impacto disso dentro do Conselho, não tendo sido avaliada a peça orçamentária e o corte orçamentário na ação 8249, o que havia sugerido como pauta e não tendo encontrado na de maio, sugerindo um item específico do impacto orçamentário na 8.249. A Conselheira Eutália esclareceu ser repasse orçamentário, não sendo recursos financeiros, com a análise sendo sobre os percentuais de execução em cima do orçamento, discorrendo sobre essa questão. O Conselheiro Clodoaldo falou sobre a planilha 1.2, dos serviços, programas e projetos e as ações com nomes diferentes e sem nenhum valor empenhado. Que gostaria de saber o porquê de existir no orçamento e nada havia sido empenhado nessas ações e que na Comissão de financiamento, que sugeria pautar a reforma tributária para o mês de junho, talvez fosse melhor colocar qual a reforma tributária a que estavam se referindo, questionando se era a Reforma Tributária Nacional. O Conselheiro Pedro Ost indicou a pergunta do Conselheiro Clodoaldo sobre a 2B30 e 2B31, esclarecendo que o orçamento era tão pequeno que não impactava, considerando, também, o*

tamanho do país. Falou sobre as despesas discricionárias, que eram do Fundo, relatando os valores existentes nesse e no exercício anterior, esclarecendo a quantia menor existente no fundo nesse ano e as tratativas para que esse recurso retornasse ao Fundo. O Conselheiro Renato de Paula esclareceu que o corte feito por essa gestão do Governo, não tinha nada a ver com esse valor a menos, com o Conselheiro Pedro Ost informando existir menos cerca de R\$ 240 milhões. O Presidente indicou a rubrica com nome diferente e mesmo número, com o Conselheiro Renato de Paula esclarecendo serem duas ações diferentes do mesmo programa. O Presidente passou à votação da Resolução para aprovação da execução orçamentária. A Secretária-Executiva procedeu à votação nominal da Resolução: Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula. “Pela aprovação”. Conselheira Simone Albuquerque. “Pela aprovação”. Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues. “Pela aprovação”. Conselheiro Antônio Castro. “Pela aprovação”. Conselheiro José Ferreira Crus. “Pela aprovação”. Conselheira Célia Mota de Carvalho. “Pela aprovação”. Conselheiro Sérgio Wanderly Silva. “Pela aprovação”. Conselheiro Pedro Ost. “Pela aprovação.” Conselheiro Renato Saidel Coelho. “Pela aprovação”. Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite. “Pela aprovação”. Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro. “Pela aprovação”. Conselheiro Samuel Rodrigues. “Pela aprovação”. Conselheiro Frederico Jorge de Sousa Leite. “Pela aprovação.” Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói. “Pela aprovação. Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes. “Pela aprovação.” Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari. “Pela aprovação.” O Presidente considerou aprovada a execução orçamentária por quinze votos. Encaminhamentos. Item dois. Nenhuma colocação. Item três. O Conselheiro Pedro Ost opinou, quando a Comissão fazia sua sugestão, pautar o debate, e não pautar a reforma. O Presidente considerou aprovada a memória da Comissão de Financiamento. **Item Relato da Presidência Ampliada.** O Conselheiro Renato de Paula procedeu à leitura da “*Memória da reunião da Presidência Ampliada. Data: 12/04/2011. Horário: 18h às 21h. Conselheiros (as): Carlos Eduardo Ferrari - Presidente; Renato Francisco dos Santos Paula - Vice-Presidente; Antônio Celso Pasquini - Coordenador da Comissão de Normas; Frederico Jorge de Souza Leite - Coordenador da Comissão de Política; Eutália Barbosa Rodrigues - Coordenadora da Comissão de Conselhos; José Geraldo França Diniz - Coordenador da Comissão de Financiamento; Apoio: Maria das Mercês Carvalho – Secretária-Executiva do CNAS; Thais Pereira Braga - Assessora do Gabinete CNAS; 1. Proposta de pauta da 1ª Reunião Ordinária 17, 18 e 19 de maio de 2011. 17/05/2011. 09h às 12h. Reunião da Comissão de Conselhos. 14h às 18h. Reunião da Comissão de Financiamento. Reunião da Comissão de Normas. Reunião da Comissão de Política. 18h às 20h. Reunião da Presidência Ampliada. 09h às 09h15. Aprovação da ata da Reunião Ordinária do CNAS e da pauta. 09h15 às 10h. Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros. 10h às 11h. Relato do GT que discute parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos. 11h às 12h. Relato do GT para discussão do inciso III do artigo 2º da LOAS. 14h às 16h.- Relato da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. 16h às 17h. Apresentação da nova metodologia do PPA do Governo Federal - Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. 17h às 18h. Resultado das Metas de Desenvolvimento dos CRAS - Secretaria Nacional de Assistência. Social/MDS. 19/05/2011. 09h às 10h. Presença do Secretário*”

Executivo do MDS, Dr. Rômulo Paes. 10h às 11h. Relato da Presidência Ampliada. 11h às 12h. Relato da Comissão de Política. 14h às 15h. Relato da Comissão de Normas. 15h às 16h. Relato da Comissão de Conselhos. 16h às 17h. Relato da Comissão de Financiamento. 17h às 18h. Relato dos encaminhamentos às denúncias recebidas no CNAS. 2. Articulação do CNAS e Conselheiros nas redes sociais. A Presidência Ampliada reconhece essa nova rede de comunicação e a necessidade de uma discussão sobre o uso dessa ferramenta pelo CNAS e seus Conselheiros. **Encaminhamento:** Solicitar à ASCOM um estudo sobre o uso institucional das redes sociais como uma ferramenta de comunicação do CNAS e as implicações éticas envolvidas. 3. Estratégias de resgate da autonomia do CNAS. 3.1. Reunião do Presidente do CNAS com a Ministra do MDS. **Encaminhamento:** O Presidente do CNAS se reunirá com a Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, no dia 14 de abril de 2011, às 14h30, para tratar do resgate da autonomia do CNAS. A pauta incluirá temas como os prejuízos decorrentes dos cortes orçamentários e da nova sistemática para solicitação/aprovação de planos de viagem para os Conselheiros Nacionais e colaboradores, e as dificuldades de interlocução com os setores administrativos do Ministério que tratam do assunto. 4. Demandas recebidas no CNAS solicitando orientações sobre a composição dos Conselhos de Assistência Social no segmento de entidades de Assistência Social. O CNAS tem recebido demandas de Conselhos de Assistência Social sobre a possibilidade de entidades de atuação mista (saúde e educação) participar da composição dos Conselhos de Assistência Social. Muitos CEAS têm indagado se instituições que atuam na área da saúde e da educação podem compor os respectivos Conselhos Municipais de Assistência Social, uma vez que possuem serviços, programas e projetos inscritos nos CMAS. **Encaminhamento:** Propôs-se pautar o assunto na Comissão de Normas. 5. A Confederação Brasileira de Fundações - CEBRAF solicita a relação de fundações cadastradas no CNAS, bem como dos seus endereços, devidamente atualizados. **Encaminhamentos:** Será enviado ofício à CEBRAF informando sobre os dados publicizados no site do CNAS, para pesquisa no Sistema de Informação do CNAS - SICNAS. Informações atualizadas das entidades certificadas ou em processo de certificação, por área de atuação, deverão ser solicitadas diretamente no Ministério competente, conforme dispõe a Lei nº 12.101/2009. 6. Moção oriunda do 1 Encontro Regional sobre a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social executoras dos programas de aprendizagem remetida ao CONANDA pelo Centro Social de Votuporanga e este ao CNAS. O CONANDA enviou a este Conselho a referida moção, e informa que a questão será discutida na Reunião da Comissão de Política Públicas do CONANDA. Por isso, convida a Comissão de Política do CNAS para participar das discussões no dia 18/04/2011, de 9h às 18h, tendo em vista: a) a transversalidade desta questão; b) a incidência temática no âmbito de regulamentação do CNAS; c) a não inclusão das entidades sem fins lucrativos com finalidade de promoção e integração ao mercado de trabalho pela Resolução CNAS nº 109/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Encaminhamentos:** 1) Enviar ofício ao CONANDA informando que o tema já está sendo discutido pelo GT criado para discutir o inciso III do artigo 2º da LOAS, conforme resolução CNAS nº 03, de 15/02/2011. A referida Moção deverá ser encaminhada ao GT para as devidas considerações. 7. CONVITES. 7.1 O Conselho Estadual de Assistência Social do Goiás convida o CNAS para proferir palestra com o tema 'Papel dos Conselhos de Assistência

Social nas três instâncias governamentais' e para prestar orientação aos Conselhos Municipais de Assistência Social referente à VIII Conferência de Assistência Social, durante o 1º Encontro com Prefeitos, Secretários de Assistência Social e Conselhos Municipais de Assistência Social, no dia 28 de abril, de 8h às 12h, em Goiânia/GO. **Encaminhamentos:** 1) Enviar agradecimento pelo convite e informar sobre a agenda do CNAS que priorizará as Conferências de Assistência Social considerando os limites e novos procedimentos para empenho de despesas com diárias e passagens impostos pelos Decretos vigentes. Destacar a reunião com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e CAS/DF, dia 15 de abril, que tem como objetivo orientar os mesmos sobre o processo de realização das Conferências de Assistência Social nos municípios, estados, Distrito Federal e Nacional.

7.2. O Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo - COMASISP convida o Presidente do CNAS para participar da Reunião de Formação de Base para preparação das Pré-Conferência do município de São Paulo, nos dias 15, 26 e 29 de abril. **Encaminhamento:** O Presidente Carlos Eduardo Ferrari já confirmou presença na reunião no dia 26, tendo em vista que não haverá custos para o CNAS.

7.3 O Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS convida o CNAS para o seu XIII Encontro Nacional, que será realizado nos dias 18, 19 e 20 de abril, em Belém/PA. **Encaminhamento:** O Presidente Carlos Eduardo Ferrari já confirmou presença no Encontro, na mesa de abertura, no dia 18/04, e nos colóquios dos dias 19 e 20/04, com os seguintes temas: 1) O desafio da normalização do SUAS no âmbito municipal; 2) Participação popular e Controle Social na Gestão do SUAS: estrutura e funcionamento dos Conselhos, os processos de conferências; e 3) Definição, organização e acompanhamento de benefícios eventuais.

7.4 Convites recebidos no CNAS para ministrar em seminários/palestras sobre certificação de entidades beneficentes de Assistência Social. **Encaminhamento:** Remeter os convites recebidos sobre certificação ao Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS - DRSP/SNAS/MDS.

8. Informes.

8.1. Kits de material pedagógico doados ao CNAS pela LBV. O CNAS recebeu 36 kits de material pedagógico encaminhados pela Legião da Boa Vontade — LBV, e conforme deliberado pela Presidência Ampliada de abril de 2010, os mesmos serão doados a uma entidade de assistência social. **Encaminhamento:** A Presidência Ampliada também propõe que seja encaminhado um ofício à LBV, agradecendo pelo envio do material escolar.

8.2. Revista da FAAP- Fundação Armando Álvares Penteado. O CNAS tem recebido mensalmente uma edição da Revista da FAAP e a disponibiliza no hall para quem se interessar em lê-la. Carlos Eduardo Ferrari. Presidente do CNAS.” O Presidente indagou se havia alguma sugestão de inserção ou retirada de item de pauta?, ao que a Conselheira Maria Aparecida lembrou que havia sugerido a presença de um representante da OIT para falar sobre o ISSO Mundial de Proteção Social. Considerando que essa Conferência seria em julho e o tempo era pouco, propôs que esse debate fosse feito com o conjunto dos Conselheiros, aproveitando-se melhor a explanação desse membro da OIT. O Presidente indicou que esse tema seria incluído na pauta e posteriormente veria com a Secretária-Executiva o horário para essa explanação. O Conselheiro José Crus sugeriu que três Comissões participassem do debate na parte da manhã, considerando a extensão da pauta a ser vencida. O Presidente falou sobre o plano de viagem, tentando se remanejar a pauta. Indagou se uma hora seria suficiente para essa mas que tentariam ser objetivos, tendo encaminhado por e-mail a documentação

de que dispunha, a qual foi repassada a todos os Conselheiros. A Conselheira Maria Aparecida considerava importante que todos se apropriassem desse material, sendo que após definida a pauta se fizesse o convite de forma oficial à OIT. O Presidente indicou que o tema a ser tratado era o Piso de Proteção Social Mundial, com a Conselheira Simone solicitando que a Assessoria Internacional do MDS fosse convidada para deliberar. Item dois, articulação dos Conselheiros do CNAS, com o Presidente propondo pautar esse item, com o indicativo da Presidência Ampliada sendo que antes de qualquer decisão se solicitasse um estudo para a ASCOM de como que isso se dava nas instituições. O Conselheiro José Araújo informou que a ASCOM poderia informar tecnicamente, considerando que a consulta deveria ser à Assessoria Jurídica. O Presidente discorreu sobre como se articulariam para poder usufruir dessa tecnologia moderna, e que gostaria de propor uma pequena capacitação aos Conselheiros, mas sendo sugerido que antes de qualquer coisa se solicitasse informações para a ASCOM. Após mais algumas colocações o conselheiro José Ferreira informou que haviam conversado com a ASCOM sobre o assunto e que havia recuado, considerando toda a estrutura e pessoal necessário para manter alimentado esse processo. O Presidente esclareceu que a proposta não era essa de rede, mas sim fazer um levantamento e informação para os Conselheiros de como isso funcionava. Propôs que em paralelo fossem pesquisando e procurando, visto que em um curto espaço de tempo essa ferramenta estaria disponível. Item três. Estratégias de resgate da autonomia do Conselho. Informou o encontro com a Ministra Maria Tereza Campello e com a presença da Secretária Nacional, curta, mas bastante pragmática e objetiva, tendo levado o manifesto do Conselho que trazia duas perspectivas, a da autonomia do Conselho, e a dos cortes sofridos pela política pública. Informou ter falado de problemas pessoas que vinha enfrentando sobre suas prestações de contas, com a Ministra entendendo essa situação. Relatou que ela entendia a importância dessa autonomia, e que este debate teria que ser feito inclusive junto ao Ministério do Planejamento, para que fosse feita uma Portaria recolocando essa situação, caminho a ser tratado junto com a Saúde para chegar ao Planejamento. Informou que havia colocado a urgência de se negociar com a Secretaria-Executiva do Gabinete sobre a viabilização de operacionalização das passagens, e que faria uma devolutiva para o Conselho, se comprometendo na fala do Secretário-Executivo em maio, de mandar dados mais concretos quanto à recomposição do orçamento dos programas fortemente afetados pelos cortes. O Conselheiro José Araujo questionou com relação às dificuldades, com o Presidente esclarecendo ter solicitado ao final de 2010, ao serviço de apoio ao Colegiado desse Conselho uma declaração de nada consta com relação às suas prestações de contas, sendo comunicado que havia j inconsistências nas mesmas, pela falta de apresentação de tickets de viagens. Informou que não havia nenhuma legislação que tratasse da necessidade de se apresentar bilhetes não utilizados, falando sobre os transtornos que enfrentava. O Conselheiro José Araujo manifestou sua preocupação com essa situação, com toda a Sociedade Civil devendo solicitar esse nada consta, solicitando à Secretária-Executiva a sua emissão. Encontrava que os cortes eram feitos sem critério e sem levar em consideração as necessidades e as dificuldades que uma política tão importante quanto a do SUAS estava passando neste momento. Deixou o registro de que a Sociedade Civil estava preocupada e, necessitando de ter mais segurança na condução dos negócios do Conselho, em função

dessas situações que vinham ocorrendo, com o Presidente o reconhecimento da Ministra dessa situação. A Conselheira Maria do Carmo computou como grave essa situação, relatando as colocações de outras secretarias sobre a questão e o mal-estar que isso traria ao Conselho e seus membros. O Conselheiro Frederico destacou que o Conselho deveria se posicionar e manifestar sua indignação, esperando que o Secretário Rômulo, ao vir ao Conselho na próxima reunião esclarecesse a situação constrangedora que estavam passando. Que havia esperado que durante a reunião do Presidente com a Ministra, já trouxesse uma solução, o que não havia acontecido e com os Conselheiros devendo se posicionar. O Presidente esclareceu que a Ministra havia prometido a colocar esse item de pauta quanto às prestações de contas, com um pedido de desculpas pela forma que havia sido colocada. Informou que havia solicitado à Secretaria-Executiva que providenciasse algumas informações, podendo apresentar o ofício que havia encaminhado com esses dados e tendo que se dar um voto de confiança. Relatou que estava trazendo essa informação degravada, devendo-se aguardar e verificar quais seriam as providências e no dia 15 de maio quando recebessem o Secretário-Executivo e não houvesse alguma solução, as providências seriam outras. A Conselheira Simone destacou as atitudes tomadas pelo Presidente, com a visita à Ministra e a vinda do Secretário-Executivo do MDS, não vendo que a demanda não estivesse sendo acolhida ou que o Presidente não estivesse tomando atitudes, considerando a audiência pública realizada, que eram acompanhadas e documentadas, sendo importante essa confiança entre o CNAS e o Ministério que sempre havia existido. Falou sobre os procedimentos utilizados e que estavam operando com decreto presidencial e com dificuldades que estavam tentando resolver. Encontrava que a Secretária-Executiva do CNAS deveria colocar dados técnicos para se apresentar para o Secretário-Executivo, do MDS e que estavam sendo levantados, assim como o planejamento do Conselho e seus objetivos, como também sobre a Comissão Organizadora da Conferência e o projeto político do Conselho para esse ano. A Conselheira Simone ponderou que deveriam se preparar para o debate, apresentando a documentação sobre a importância e o papel deliberativo do CNAS, esperando-se a reunião de maio, quando a Secretaria-Executiva, em nome do MDS, responderia às questões colocadas pelo Conselho. O Presidente discorreu que o controle social era uma luta de todos e não de apenas alguns segmentos, sendo ainda mais complexo no âmbito da Assistência. Falou que alguns organismos já haviam conseguido resolver o problema, como a Educação, mas que essa caminhada ainda importava muitos desafios, sendo preciso ter clareza sobre a responsabilidade do CNAS relatando o comprometimento da Ministra, inclusive diante da Secretária Nacional de Assistência. Que tinham um momento muito delicado, mas que era preciso preservar tudo o que havia sido conquistado até esse momento, aguardando-se os próximos passos, a partir do compromisso da Ministra, sendo que dia 15 de maio o Secretário-Executivo do MDS estaria presente, e o que ainda não tivesse sido resolvido, poderia ser debatido. A Conselheira Maria Aparecida, concordando com essas colocações, registrava esse constrangimento, relatando a situação pela qual estava passando e o que deveria ser resolvido. O Conselheiro Renato Saidel, observando que ficaria registrada em ata para conhecimento de todos, destacou que o Conselho sempre havia cumprido o que estava disposto no decreto, estando talvez, frente a outra forma de entendimento dessa normatização.

Que as prestações de contas sempre haviam sido aprovadas pelo departamento específico, que sempre comunicava quando havia algum problema, não tendo recebido nenhum tido de comunicado, considerando importante a emissão do nada consta, conforme solicitado pelo Conselheiro José Araújo. O Conselheiro Wagner destacou a situação que causava angústia e desconforto para todos, mas destacando o posicionamento da Ministra e a presença do Secretário-executivo para resolver essa situação. Relatou os procedimentos que havia realizado, ressaltando que a presença de todos se devia ao compromisso com a área social, estando dentro da área, provavelmente desde a época da constituição da LOAS. A Conselheira Leila manifestou sua satisfação pelo posicionamento da Ministra acolhendo as colocações do CNAS, concordando com as falas anteriores. O Conselheiro Antônio Castro falou sobre a situação atual solicitando esclarecimentos sobre algumas questões e como se daria a execução orçamentária, com o Presidente esclarecendo essa situação. O Conselheiro Antônio Castro ponderou que essas questões não deveriam ser tratadas com o Secretário-Executivo, tendo questões maiores e mais importantes para tratar, e sendo outro o setor encarregado desse assunto. O Conselheiro Renato de Paula destacou que a situação estava sendo tratada de outra forma, com a questão sendo política e tendo implicações na relação desse Conselho, da Secretaria-Executiva, com relação à emissão de passagens com o setor responsável pelo MDS e que o Secretário-Executivo tinha que responde, esclarecendo a situação. O Conselheiro Clodoaldo concordou com as falas colocadas, tendo que se aguardar o que seria resolvido, após o compromisso assumido pela Ministra. Destacou as responsabilidades e o caráter dos Conselheiros, lamentando a fala da Conselheira Maria do Carmo, de que essa questão já havia extrapolado e caído no campo da moral, o que era muito grave e merecendo uma retratação da pessoa que havia feito esse comentário. A Conselheira Maria Aparecida manifestou-se contemplada com essa fala, mas que não queriam apenas explicações, mas sim que fossem tomadas atitudes para resolver essa situação, sendo falta de consideração e respeito com aqueles que estavam construindo uma política justa. O Presidente passou ao Item quatro, sobre demanda do CNAS sobre entidades de educação e saúde, tendo sido encaminhado para Normas, para regulação. Item cinco. A Conselheira Leila falou sobre as entidades que compunham o conselho e que deveria estar inscritas nos CMAS, devendo se agregar mais essa questão à comissão de Normas. O Conselheiro Renato Saidel observou que a Comissão de Normas, quando fosse relatar seu parecer, que levasse em consideração a alteração da Resolução 16 e que haviam acabado de aprovar. Item cinco, demanda da Associação Brasileira de Fundações, com um informe. Item seis, Moção do encontro sobre certificação, enviada pelo CONANDA, comunicando ao órgão que o assunto estava sendo discutido pelo GT, que também o havia convidado para participar da reunião. Item sete, convites. 7.1. Convite do CEAS/GO. Agradecendo e falando da agenda do CNAS. A Presidente do CEAS/GO, Sra. Maria Joaquina, discorreu sobre o evento, esclarecendo a importância da participação do CNAS nessa capacitação, que se tratava de prosseguimento ao trabalho iniciado pelo MDS e disponibilizando-se, inclusive, a mandar transporte para o evento. O Presidente agradeceu o convite e indicou os Conselheiros Eutália e Renato de Paula, informando que o CMAS de São Paulo convidava o CNAS, com encaminhamento ao Presidente, que iria sem custos. Item 7.3. Convite do CONGEMAS. A Conselheira Leila lembrou que havia ficado um ponto

pendente na Comissão de Normas, propondo uma alteração da Resolução que instituiu o GT do inciso III art. 2º da LOAS. Item 7.4? Convites recebidos pelo CNAS para ministrar a capacitação sobre certificação, tendo pactuado com a Dra. Carolina que tudo que se referisse à certificação lhe seria encaminhado, com as inscrições sendo encaminhadas para o Conselho, ao que o Conselheiro Renato Saidel considerou importante que esse trâmite fosse informado àqueles que encaminhassem convites. O Presidente observou que a melhor forma de informar era através dos registros públicos do CNAS.

Item Oito, informes.

8.1. Kit de materiais pedagógicos enviados pela LBV para cada Conselheiro, sendo deliberado na Presidência Ampliada de 2010 que esse material seria doado para uma entidade assistencial do DF..

8.2. Revista da FAPE, com o CNAS, em nome dos Conselheiros, agradecendo à revista da Fundação a ser doada aos interessados.

**Relato da Comissão de Conselhos.** O Conselheiro Renato de Paula informou que a Conselheira Eutália assumia a Coordenação dessa Comissão, que passou à leitura da *“Memória da reunião Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social – CNAS. Data: 12 de abril de 2011. Local: sala 108 / CNAS. Horário: 9h às 13h. Conselheiros presentes: Eutália Barbosa Rodrigues; Brenda Ferreira Silva; Clodoaldo de Lima Leite; José Ferreira da Cruz; Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo; Renato Francisco dos Santos Paula; Renato Saidel Coelho; Samuel Rodrigues; Maria Conceição Pires dos Santos; Leila Pizzato; Sérgio Wanderly. Ausência Justificada. Fátima Aparecida Rampin. Ouvinte: Jane Clemente. Apoio da Secretária-Executiva: Liliane Neves do Carmo; Fernanda Padovan; Lilian da Silva Guedes; Josué Alves dos Santos.*

1. Definir coordenação da Comissão. Atendendo ao disposto no §8º do art. 24 do Regimento Interno do CNAS, foi eleita a Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues como Coordenadora.

2. Assuntos referentes à resolução CNAS nº 16/2010. Conforme deliberado pela Plenária do mês de março, a Comissão debateu sobre a elaboração de anexos para a Resolução CNAS nº16/2010, as minutas em anexo, que consistem em:

2.1. Minuta de comprovante de inscrição de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

2.2. Minuta de indeferimento de pedido de inscrição de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

2.3 Minuta de indeferimento de pedido de inscrição de entidades de Assistência Social. A inscrição de entidades de cunho religioso, foi outro ponto debatido pela Comissão, onde se apontou a necessidade de reforçar, junto aos Conselhos, orientações acerca do assunto. Assim, decidiu-se incluir um item sobre o tema no documento, já elaborado por este Conselho, intitulado ‘perguntas e respostas sobre a Resolução CNAS nº16/2010’. Eu vou parar neste ponto de pauta nº II, para poder ler os anexos. Por favor, os anexos das três minutas aqui, e depois o anexo da proposta de documento a ser inserido no documento de perguntas e respostas sobre a Resolução CNAS nº 16. Bom, então, pela seqüência aqui eu vou começar lendo a proposta de resposta aos Conselhos Estaduais, sobre a questão de inscrição de entidade religiosa. Como proposta da Comissão a ser inserida no documento de perguntas e respostas do CNAS. As entidades religiosas poderão ser inscritas nos Conselhos de Assistência Social? Em conformidade com o parágrafo único do art. 1º da Resolução CNAS nº191/2005 ‘Não se caracterizam como entidades e organizações de Assistência Social as entidades religiosas, templos, clubes esportivos, partidos políticos, grêmios estudantis, sindicatos, e associações que visem somente ao benefício de seus associados que dirigem suas atividades a público restrito, categoria ou classe’. Diante disso, podemos afirmar que as

entidades religiosas, por si só, não são entidades de Assistência Social. Porém, ressaltamos que as entidades de Assistência Social são definidas pelos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados, devendo estes estar em consonância com a Resolução CNAS nº 109/09, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Decreto nº 6.308/2007. A LOAS define em seu art. 9º que o funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo conselho municipal ou no conselho de assistência social do Distrito Federal. Já o Decreto nº 6.308/2007, que regulamenta o artigo 3º da LOAS, define que, além das entidades de Assistência Social, deverão se inscrever os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, executados por entidades que não atuam de forma preponderante na área da Assistência Social. A inscrição será realizada sempre que essas atenderem aos requisitos estabelecidos na mencionada Resolução, mediante a apresentação de documentos comprobatórios. O Art. 7º da Resolução CNAS Nº16/2010 traz os critérios cumulativos que, também, devem ser considerados para a inscrição das entidades de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. O próximo anexo se refere ao comprovante, à minuta de Comprovante de inscrição de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Não sei se é redundante, mas só para lembrar aos Conselheiros que esta demanda veio para a Comissão de Conselhos porque foi observado que nos anexos da Resolução 16 faltavam estes instrumentais. Comprovante de inscrição de, e aí quem vai escrevendo mencionará se é de serviços, programas, projetos ou benefícios. Dirá de onde é o Conselho, o número da inscrição. O(s) seguinte(s) serviço(s) socioassistencial (is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento e, caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço nos mesmos municípios). O(s) seguinte(s) programa(s) socioassistenciais. Bom, o primeiro é para o serviço socioassistencial. Ele vai listar endereços, o nome e o endereço do serviço. Da mesma forma para os programas e da mesma forma para os projetos. E, da mesma forma para os benefícios. Então ele vai listar os benefícios com os respectivos endereços de funcionamento deste serviço, programa, projeto ou benefício. Estes são ou serão executados pela entidade tal, CNPJ tal, com sede em tal município e estado e encontram-se em acordo com as normativas vigentes, dentre elas, a Resolução CNAS nº 16/2010. A presente inscrição tem validade por tempo indeterminado. Local tal, data tal. Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do município X. O próximo anexo é o anexo, acho que aqui teve um erro de sequência dos anexos, o V, VI e VII. Anexo VI. Parecer/CNAS. Requerente; CNPJ. 2011. Processo nº. Assunto: Indeferimento de pedido de Inscrição no Conselho de Assistência Social. 1. Do pedido. Trata-se de pedido de Inscrição de, aí ele tem várias opções, se é serviço, programa, projeto, benefícios socioassistenciais (especificar conforme requerimento de inscrição apresentado), junto ao Conselho Municipal da Assistência Social Conselho da Assistência Social do Distrito Federal, formalizado em data tal do ano tal. 2. Identificação. Colocar o Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundária Data de inscrição no CNPJ, atividade Principal, endereço, nº de telefone, FAX, e-mail. 3. Análise do requerimento de inscrição e documentos apresentados. 3.1 Da natureza e finalidades estatutárias. Definir sua natureza. Aí ele vai colocar o número da página que define sua natureza no estatuto e o número do artigo. Então ele vai citar o número da página dentro do processo e o artigo do estatuto do

requerente que cita sua natureza. Finalidade estatutária, da mesma forma, ele vai citar o número da página no processo e artigo da requerente no estatuto que fala da sua finalidade estatutária. 3.2 Da análise da documentação apresentada. 3.2.1 Requerimento conforme art. 10 da Resolução CNAS nº16/2010 (para inscrição de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais executados por entidades que atuam em mais de um município). Nós colocamos um quadro onde ele vai responder com relação ao requerimento na forma do modelo pré-estabelecido, se ele apresentou este requerimento, apresentar a página do processo onde se localiza o referido documento. Aí o Conselheiro vai fazer a análise do referido documento no quadro seguinte. Próxima informação. Comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou onde desenvolva o maior número de atividades nos termos do parágrafo 1º e 2º do artigo 6º e do art. 7º na Resolução 16. Então aqui ele vai dizer se entregou ou não, se apresentou ou não, e se apresentou, identificar a página do processo onde se localiza o referido documento e vai apresentar sua análise referente ao documento. 3.2.2 Requerimento conforme art. 11 da Resolução CNAS nº16/2010 este é para o caso de inscrição de programas, projetos e benefícios socioassistenciais, executados por entidades e econômicos que não tenham atuação preponderante na área da assistência social. Neste caso ele também vai apresentar o requerimento na forma do modelo pré-estabelecido, vai dizer se apresentou ou não, identificar a página do processo onde se localiza o documento e apresentar a análise do referido documento. Neste caso, para entidades que não são de atuação preponderante na área de assistência social ele vai ter que apresentar cópia do Estatuto Social, atos constitutivos registrado em cartório. Então ele vai dizer se apresentou, sim ou não, identificar a página no processo e fazer análise. Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria registrada em cartório, da mesma forma. E aqui a gente colocou uma série de artigos referente à Resolução nº 16 para poder facilitar. 3.3 Da análise do Plano de Ação. A requerente apresentou o Plano de Ação da data tal à data tal. 3.3.1 Síntese das ações descritas no Plano de Trabalho. Ele vai fazer uma síntese do Plano de Trabalho apresentou e em seguida, no item 3.3.2 ele vai fazer as considerações sobre as ações do Plano de Ação. 3.4 Da análise do Relatório de Atividades. A requerente apresentou o Relatório de Atividades do período da tal tal à data tal. 3.4.1, Síntese das ações descritas no Relatório de Atividades. No 3.4.2 ele vai fazer as considerações sobre as ações apresentadas no Relatório de Atividades. 4. Análise do relatório de visita. 5. Parecer conclusivo do CMAS sobre o pedido de Inscrição. O Conselho Municipal de Assistência Social, reunido em reunião Plenária no dia X, do mês X do ano de x, no uso da atribuição que lhe confere o artigo X da Resolução CMAS no X/20xx, ao examinar o Processo no , formulado pela entidade/organização inscrita no CNPJ sob o nº deliberou pelo indeferimento do pedido de Inscrição por essa não atender aos seguintes requisitos legais estabelecidos na Resolução CMAS nº tal de 20xx, que encontra-se em consonância com a Resolução CNAS nº16/2010. ,4 A decisão será encaminhada para publicação no DOM do dia tal de tal de 2011, conforme estabelecido na Resolução CMAS nº X/20xx. Ressaltamos que a entidade poderá recorrer da decisão do CMAS junto ao Conselho Estadual de Assistência Social (endereço completo: telefone; endereço eletrônico) no prazo de 30 dias, contados a partir do dia seguinte ao da ciência da decisão do CMAS, conforme artigo 16 da resolução CNAS nº 16/2010. Municipiotal, mês tal, ano tal. Nome completo do presidente do CMAS. Anexo VII, no caso aqui

ele se repete no item 1, 2 e 3, mas este trata de indeferimento de pedido de inscrição no Conselho de Assistência Social. Do pedido. Trata-se de pedido de inscrição de entidade de assistência social junto ao Conselho Municipal de Assistência/ Conselho de Assistência Social do Distrito Federal formalizado no dia tal do ano tal. 2. Identificação. As mesmas informações da minuta anterior. Análise do requerimento. 3. Análise do requerimento de inscrição e documentos apresentados. 3.1 Da natureza e finalidades estatutárias. Definição de sua natureza, cita o número da página no processo e o artigo do Estatuto do requerente que cita a questão. Finalidade estatutária, apresentar a página, citar o número da página em que o documento se encontra no processo, bem como o artigo do Estatuto. Da análise da documentação apresentada. O mesmo quadro da minuta anterior, requerimento conforme art. 3º da Resolução CNAS nº 16/2010, onde ele se manifesta sobre o requerimento na forma do modelo pré-estabelecido, a cópia do Estatuto Social registrada em cartório e a cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria registrada em cartório. Da análise do Plano de Ação, a data de validade do Plano de Ação. O próximo item, 3.3.1, síntese das ações descritas no Plano. 3.3.2 Considerações sobre as ações do Plano. No item 3.4 análise do relatório de atividades, bem como o período do relatório apresentado. No 3.4.1, síntese das ações descritas no relatório. 3.4.2. Considerações sobre as ações apresentadas no relatório. 4. Análise do relatório de visita. 5. Parecer conclusivo do Conselho Municipal sobre o pedido de inscrição. O Conselho Municipal de Assistência Social, reunido em reunião Plenária no dia xxxx, do mês xxxx do ano de xxxxx, no uso da atribuição que lhe confere o artigo xxx da Resolução CMAS nº xxx/20xx, ao examinar o Processo nº , formulado pela entidade/organização inscrita no CNPJ sob o nº tal deliberou pelo indeferimento do pedido de Inscrição por essa não atender aos seguintes requisitos legais estabelecidos na Resolução CMAS nº tal, que encontra-se em consonância com a Resolução CNAS nº16/2010. A decisão será encaminhada para publicação no DOM do dia de de 2011, conforme estabelecido na Resolução CMAS nº X. Ressaltamos que a entidade poderá recorrer da decisão do CMAS junto ao Conselho Estadual de Assistência Social (endereço completo telefone, endereço eletrônico) no prazo de 30 dias, contados a partir do dia seguinte ao da ciência da decisão do CMAS, conforme artigo 16 da resolução CNAS no 16/2010. Município, data, assinatura do presidente do Conselho Municipal de Assistência Social. Continuando. Item 3 da pauta. 3. Elaborar proposta de planejamento de ações para os CEAS. A plenária deliberou que a comissão elaborasse orientações aos conselhos para planejamento de suas ações. A comissão sugere incluir o tema no documento “Perguntas e respostas sobre o funcionamento dos Conselhos de Assistência Social”, a ser discutido na reunião da Comissão em maio. 4. Proposta de pauta para a reunião de maio. 4.1 Apreciar do documento “Perguntas e Respostas sobre o Funcionamento dos CAS. Conselheiros responsáveis Eutália Barbosa e Renato Saidel. 4.2 Debater sobre as contribuições recebidas na Consulta Pública sobre o processo eleitoral dos representantes da sociedade civil no CNAS. Esta consulta pública recebeu as seguintes contribuições: CEAS do Acre, CEAS do Ceará, CEAS do Paraná, Mato Grosso do Sul (Contribuição da Secretaria de Estado de Trabalho de Assistência Social; Colegiado Estadual de Gestores Municipais e CEAS/MS); CMAS/Franca/SP; (Comissão composta em Plenária para preparar proposta); CMAS/Porto Alegre; Fórum Estadual da Assistência Social/Ceará; Fórum Estadual da Assistência Social do Rio Grande do Sul; PUC/SP; e Federação Nacional

*dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil. 4.3 Definir estratégias para acompanhamento das questões apontadas no Censo SUAS referentes aos Conselhos de Assistência Social. 4.4 Apreciar os documentos apresentados pelos municípios sobre o Plano de Providências (Acórdão TCU nº2809/2009) e definir estratégias para acompanhamento dos resultados da oficina realizada com os municípios. Os conselheiros responsáveis José Ferreira da Cruz e Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria. 4.5 Definir estratégias para o cumprimento da determinação de utilização dos 3% do IGD para o funcionamento dos CAS. Conselheiros responsáveis: Eutália Barbosa Rodrigues e Renato Saldeir Coelho. Renato Francisco dos Paula, coordenador da reunião da Comissão de Acompanhamento a Conselhos da Assistência Social; Eutália, Coordenadora empossada da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social.”* Item 2. A Conselheira Simone opinou que estavam mais burocratizando que padronizando a inscrição, devendo se fazer um pré-teste desse instrumento com os Conselhos, com o Censo sendo encaminhado àqueles que contavam com Secretaria-Executiva. Que esse procedimental era importante para avaliar o instrumental, o tempo gastos, o entendimento das questões colocadas e sua utilidade para indeferir, falando sobre a situação e indicando que havia profissionais e condições para fazer essa avaliação. Indagou se esse instrumento ficaria, na Secretaria Executiva do município, o que também não estava claro, testando-se e disponibilizando como um padrão nacional. A Conselheira Simone ponderou que essa questão deveria ser bastante pensada, discutindo-se na Comissão de Normas que todo esse processo deveria ser informatizado. Concluindo, observou que não estava julgando o trabalho da Comissão, mas observações para serem refletidas, visto que estavam normatizando um instrumental que seria disponibilizado para todos os Conselhos de Assistência Social do Brasil. O Conselheiro Wagner manifestou sua preocupação com relação ao instrumental quando pensava na realidade dos Conselhos Municipais do país e que dificilmente teriam condições de acesso a essas informações. Manifestou ser favorável à sugestão da Conselheira Simone de se ser feito um pré-teste, para evitar possíveis dúvidas, apesar do excelente trabalho feito e que escutaria os demais Conselheiros com relação ao anexo VI e VII, que precisavam ser esclarecidas. O Presidente observou ter sentido a preocupação com o excesso de burocratização, tendo em vista o cenário atual e discorrendo sobre o mesmo e indagando se seria o momento de divulgar ou colocar em teste. O Conselheiro Renato Saidel destacou a importância do Anexo V e que havia faltado na Resolução, com alguns Conselhos sentindo falta do mesmo para a inscrição. Concordou com a Conselheira Simone sobre a burocratização, podendo incluir esse documento como sugestão nas orientações para implementação da Resolução 16, com o Conselho avaliando sua utilização ou não. Lembrou que haviam acordado na Comissão que ficariam até o item 2 e depois iriam para o item 5, nesse documento, com o item 3 e 4 fazendo parte do anexo VI e VII e do parecer da Secretaria Executiva, previsto nas orientações, destacando que esse documento havia sido separado em dois. Com relação à proposta de inclusão da inscrição das entidades religiosas nos Conselhos de Assistência Social, e com relação ao art. 1º da Resolução 191, a Comissão havia decidido incluir o parágrafo único desse artigo, que diria que *“as instituições religiosas que não atendam, exclusivamente, aos seus associados, poderão ser inscritas como instituições de Assistência Social”*, indicando que esse assunto havia derivado

do recebimento de um ofício, solicitando que a questão fizesse parte do documento. O Conselheiro Clodoaldo lembrou a discussão sobre o uso de um vocabulário que permitisse conceituar adequadamente serviços, programas, projetos e benefícios. Reforçando a fala do Conselheiro Saidel, observou que se tivessem acesso à degravação da reunião teriam a proposta da Conselheira Eutália com relação a essas entidades religiosas e que pacificaria a questão. A Conselheira Eutália indicou que o instrumental estava maior antes da Comissão discutir, encontrando que o esforço ainda não era suficiente, tendo questionado se seria uma atribuição da Comissão de Conselhos. Que havia colocado que sugeriria à Plenária que o instrumental fosse submetido também à análise da Comissão de Normas, em função dessa preocupação de não burocratizar, conhecendo-se as dificuldades apresentadas pelos municípios. Falou sobre a importância desse instrumental, devendo se fazer um esforço e tornando mais acessível, tentando se construir esse documento, com sua divisão em duas partes não sendo a solução, conferindo uma árdua tarefa para uma Secretaria-Executiva que não existia em grande parte dos municípios. A conselheira Eutália sugeriu que poderiam encaminhar a proposta da Comissão submeter também à apreciação da Comissão de Normas e quem sabe já sair com o indicativo de que pudesse ser utilizado em forma de pré-teste. Falou que a preocupação da Comissão havia sido gerar um documento que desse segurança aos Conselhos Municipais nesse processo de indeferimento das inscrições, ou apenas projetos, programas e benefícios. Respeito ao ofício citado pelo Conselheiro Renato, indicou que havia sido extraído de um ofício assinado pelo Presidente do CNAS em resposta ao Conselho de Assistência do DF sobre uma questão específica de indeferimento para inscrição de uma entidade, subsidiando a Comissão nessa questão. Observou a solicitação dos Conselheiros Clodoaldo e Renato em resgatar a memória, solicitando isso às colaboradoras, para se melhorar a redação, indicando algumas alterações. A Conselheira Simone indicou que o instrumental que estava faltando na Resolução deveria ser publicado, não concordando em mandar para a Comissão de Normas. Ressaltou que sua sugestão concreta era que a Secretaria-Executiva chamasse o DGSUAS e a SAGI e discutissem como testar não apenas esse instrumental, mas todos os demais que estavam na Resolução, registrando os resultados obtidos e se encaminhando apenas para uma Comissão. O Conselheiro Clodoaldo ponderou que a pergunta se as entidades religiosas poderiam ser inscritas nos Conselhos de Assistência Social deveria ser respondida afirmativamente, desde que cumprissem os requisitos previstos no parágrafo único da Resolução 191. A Conselheira Eutália solicitou à Plenária permissão para devolver o debate para a Comissão, por ter questões para colocar, e o gostaria de fazer no âmbito da Comissão. O Conselheiro Renato Saidel solicitou que o anexo V fosse aprovado pela Plenária para ser publicado como alteração da Resolução 16. A Conselheira Eutália informou ter se referido ao documento de perguntas e respostas para ser reanalisado pela Comissão, voltando posteriormente para a Plenária. O Conselheiro Wagner, solicitando registro, propôs que ao se aprovar o Anexo V da Comissão, como também havia sido aprovada a alteração da Resolução 16, saindo alteração única aos Conselhos. A Conselheira Eutália indagou sobre a aprovação apenas do anexo V, indagando qual o encaminhamento que se daria para os outros dois instrumentais trabalhados pela Comissão. Que se não fosse deliberação desse Pleno, devolveriam a discussão para a Comissão ou o Pleno decidiria não ser atribuição do CNAS ou que não

teria interesse em elaborar esses dois instrumentais e aguardar, caso surgisse a demanda. O Conselheiro Clodoaldo observou que considerando que haviam deliberado a prorrogação do prazo das inscrições das entidades, concordava com a proposta da Conselheira da Eutália de discussão dessa questão, mas não entendendo a sua fala ter sido indicada. O Presidente observou que a proposta do Conselheiro Wagner de encaminhar tudo para publicação no Diário Oficial talvez não desse tempo. O Conselheiro José Crus concordou com a sugestão da Conselheira Simone de conversar com o DGSUAS e a SAGI fazer um pré-teste e partir da sua aplicação, retornando-se com uma análise junto com a equipe. O Presidente indicou a ida do instrumental para o pré-teste, voltando para a comissão e sendo aprovado o Anexo V. Item 3. Proposta de planejamento de ações para os CEAS, com a Conselheira Leila elogiando o trabalho da equipe. **Proposta de pauta para a reunião de maio.** A Conselheira Simone indicou como estratégia o uso do Censo e que construir o indicador e o indicador ajudava a acompanhar. Lembrou aos membros da Comissão, que tinha todo ano o Encontro Nacional de Monitoramento do SUAS, onde apresentariam o Censo e seus resultados, podendo indicar ou contratar um consultor para fazer uma leitura do Censo e ser apresentada nesse evento, estando abertos para outras sugestões. **Relato da Comissão de Política.** O Presidente informou ter uma Resolução de recomposição do GT, inciso III, art. 2º, que poderia ser deixada para outra oportunidade, com o Conselheiro Frederico passando à leitura do *“Relato da Comissão de Política, dia 12 de abril. Conselheiros integrantes da Comissão presentes: Célia Mota de Carvalho, Clodoaldo de Lima Leite, Frederico Jorge de Souza Leite, José Araújo da Silva, José Ferreira Crus, Leila Pizzatto, Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Maria do Carmo Tourinho, Marisa Rodrigues da Silva. Ouvinte: Jane Clemente. Ausência justificada: Anna Cláudia Romano Pontes, Rita de Cássia Freitas Coelho. Secretaria-Executiva do CNAS: Carolina Maria Ribeiro da Silva, Maria Auxiliadora Pereira, Rosiely Francini. O primeiro ponto é que o que já falei da leitura, que é o processo de avaliação dos debates dos trabalhadores. Nós ontem dizemos a leitura deste primeiro ponto na avaliação e como encaminhamento deste ponto, acho que não precisa ler, o encaminhamento é pautar para a reunião de maio a definição de estratégias para o processo de reconhecimento das categorias profissionais do SUAS. O segundo ponto é o Censo SUAS, Rede Privada 2010. A Ana Paula Gonçalves, Coordenadora-Geral de Acompanhamento da Rede Socioassistencial do SUAS, DPRP/SNAS, apresentou o primeiro Censo SUAS da Rede Privada realizada em 2010, que teve como corte as entidades conveniadas. Fizeram parte deste Censo 9398 entidades, localizadas em 1439 municípios, sendo que a maioria está concentrada na Região Sudeste e Sul do Brasil, 2808 localizadas em São Paulo, e 1860 em Minas Gerais, e 1099 em Curitiba. 64% das entidades são de assistência social e 36% atuam em outras áreas. Destas entidades, 41,4 são de atendimento, seguindo 33,2 que prestam serviços de atendimento e assessoramento e defesa e garantia de direitos, e 2,8% atendimento e defesa e garantia de direitos. Na Proteção Social Básica há um predomínio de serviços de convivência familiar e fortalecimento de vínculos, enquanto que na Proteção Social Especial de Média Complexidade predominam serviços de proteção às pessoas com deficiência, idosos e suas famílias e na Proteção Social Especial de Alta Complexidade predominam serviços de acolhimento institucional a idosos, 96,% e o serviço de acolhimento institucional a crianças e adolescentes, 7,4%. No momento os dados deste Censo estão sendo cruzados com outras pesquisas de*

*forma a qualificar o processo e formar a base preliminar no Cadastro Nacional das Entidades de Assistência Social. O Censo SUAS Rede Privada 2011 em fase de planejamento será aberto a todas as entidades e preenchidos por elas. Sua formatação permitirá a identificação dos serviços e como eles são prestados pelas entidades. Trata-se de um processo gradativo que aponta caminhos e direções para definição de serviços complementares que é caracterização das entidades de assessoramento e defesa de direitos e programas e projetos, o que permitirá o mapeamento da Rede Privada de Assistência Social, sinalizando para possíveis necessidades de reordenamento. Para além destes desafios mais imediatos faz-se necessário também trabalhar o desenho da gestão do trabalho na Rede Privada. Em seguida foi realizado debate que evidenciou os seguintes desafios na condução deste processo, o Censo SUAS Rede Privada 2010, que contemplou apenas o universo de entidades conveniadas não retrata a realidade do Brasil. Precisamos avançar enxergando a totalidade das entidades que atuam e integram a Rede Socioassistencial para além da origem de recursos que financiam estas ações, mas sem identificar recursos que são aportados para além dos existentes nos Fundos, que também compõem o orçamento da Política de Assistência Social. A primazia do Estado na condução da Política de Assistência Social não é uma realidade, faz-se necessário reiterar e reforçar o papel do Estado quanto ente federativo na gestão do SUAS, porém, reconhecendo seus limites na gestão decorrente da Lei de Responsabilidade Fiscal. Importância do reconhecimento das entidades como parceiras do Estado na prestação dos serviços em caráter complementar e bem como necessidade de apoio e de assessoria e supervisão às mesmas para que elas desempenhem bem o seu papel. Evidência da necessidade de capacitação sistemática e continuada para prestação de serviço socioassistencial integrando Rede Privada e Pública. Reconhecimento a equipes da SNAS e DRP pelo empenho, qualidade e celeridade na realização do Censo SUAS da Rede Privada. 3. Pauta da Comissão para maio. Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS, com a presença do FONSEAS, vigilância social e acompanhamento familiar. Vamos convidar a SNAS e DGSUAS. 3. Definição de estratégias para o processo de reconhecimento das categorias profissionais do SUAS. Frederico Jorge de Souza Leite, Coordenador da Comissão de Política.” O Presidente indicou a Resolução de reconstituição do GT, inciso III, art. 2º. A Conselheira Leila informou que a Comissão de Normas havia apresentado uma proposição e sendo discutido o inciso IV do art. 2º da LOAS sobre a pessoa portadora de deficiência, sendo a proposta de que o atual GT que tratava do inciso III e inciso II acumulasse essa questão, o que demandaria um novo planejamento desse GT, sem prejudicar o que já havia sido feito. Que a proposta era que se concluísse o debate dos dois incisos em agosto, conforme proposto pelo GT, inciso III, devendo se planejar e talvez realizar mais um dia de reunião. Indagou que se iriam integrar ao debate a questão da habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, havia sido sugerida a inclusão de um representante desse segmento, sem aumentar o número de participantes integrantes do GT e sim fazendo uma reconfiguração, que seria da sociedade civil. Relatou que o Presidente em exercício, havia considerado que aguardassem a presença do Presidente visto ser matéria de seu interesse. A Conselheira Leila esclareceu ter ficado consensuada uma nova Resolução incorporando nesse GT esse novo compromisso do inciso IV, indicando os representantes da sociedade civil para recompor o GT e trazer o resultado na próxima reunião. Lembrou que o GT era composto por*

um representante de usuários, um representante de trabalhadores e dois representantes de prestadores de serviços, com a idéia sendo, nesse GT, incorporar um representante dentro do CNAS, que respondesse pelo segmento das pessoas com deficiência. O Presidente sugeriu que poderia acompanhar o trabalho do GT na condição de Presidente e não de membro, sem comprometer a sua estrutura, com a Conselheira Leila concordando com essa proposta. Na sequência, o Conselheiro Frederico procedeu á leitura da *“Resolução nº tal de abril de 2011. Altera a Resolução nº 03, de 15 de fevereiro de 2011, que constitui o Grupo de Trabalho – GT para discussão de forma ampla e intersetorial o inciso III do art. 3º da LOAS. O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 12 a 14 de abril de 2011, no uso das competências que lhe confere o art. 18 da Lei 8742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, resolve: art. 1º - alterar a ementa e o art. 1º, 3º e 4º da Resolução nº 3, Ed 15 de fevereiro de 2011, que passam a vigorar com a seguinte redação. Ementa: constitui Grupo de Trabalho para discussão dos incisos III e IV do art. 2º da LOAS. Art. 1º - constitui Grupo de Trabalho – GT para discussão de forma ampla e intersetorial os incisos III e IV do art. 2º da LOAS, que trazem como objetivo da assistência social a promoção da integração ao mercado de trabalho e habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. Art. 3º - o Grupo de Trabalho terá como objetivo tratar dos incisos III e IV do art. 2º da LOAS, na promoção de oportunidade de inclusão social e produtiva. Art. 4º - O Grupo de Trabalho terá o prazo de 120 para apresentar à Plenária do CNAS as proposições de produtos de seu trabalho. Art. 2º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação. Carlos Eduardo Ferrari, presidente do CNAS.”* O Presidente colocou em votação, com a Resolução sendo aprovada pelo Pleno. Informou que no dia anterior havia sido aprovada a logomarca, sendo necessário publicar uma resolução e solicitando autorização do pleno para que a mesma fosse produzida, sendo autorizada essa proposta. O Conselheiro José Araújo procedeu a uma correção no Censo SUAS Rede Privada, onde dizia que São Paulo tinha 2808 entidades, Minas, 1860, e o Paraná, e não Curitiba, tendo 1099. Só fazer esta correção. O Conselheiro Wagner informou a realização de reunião do GT de Assessoramento e Defesa de Garantias, no dia seguinte, às 9h. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em reunião de        de        de dois mil e onze.